

**Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra**

Retornados: Identidades de Um Grupo (In)Conformado

**Elaborado Por: Cláudia Sofia Pinto
Susana Faria**

Orientado Por: Doutor João Arriscado Nunes

**Seminário de Investigação em Sociologia da Cultura
- Setembro de 1996 -**

Agradecimentos:

A todos aqueles que, de uma ou outra forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Nomeadamente, a todos os que gentilmente nos concederam o seu testemunho.

Índice

	Pág.
Índice.....	2
Introdução.....	4
1. Apresentação do Projecto a Desenvolver.....	5
2. Breve Introdução Histórica.....	5
3. Um Estudo Sociográfico sobre o Retorno.....	7
3.1 As Trajectórias.....	7
3.2 A Integração.....	8
3.3 Ajudas Institucionais.....	11
3.4 O Movimento Associativo.....	14
3.5 As Consequências Socio-Culturais do Retorno.....	14
I - Abordagem Teórica.....	16
1. Definição do Quadro Teórico.....	16
2. Os Estudos Biográficos.....	17
3. As Representações Sociais.....	20
4. Estigma e Rotulagem.....	25
II- Análise Metodológica.....	36
1. Formulação de Hipóteses.....	36
2. Procedimentos de Pesquisa.....	37
2.1 Métodos e Técnicas de Investigação.....	37
2.2 Incursão no Terreno.....	39
2.3 Caracterização dos Actores e Situação de Entrevista.....	40
3. Procedimentos de Análise.....	44
III - O Caso Angolano.....	46
IV - O Caso Moçambicano.....	68
V - Análise Comparativa.....	89

	Pág.
VI - A Segunda Geração.....	94
1. Análise Descritiva.....	94
2. Reflexões Gerais.....	103
VII - Considerações Finais.....	105
Referências Bibliográficas.....	108

Anexos Metodológicos:

- I - Guião para as Recolhas Biográficas - 1ª Geração
- II - Transcrição de uma História de Vida - Angola
- III - Transcrição de uma História de Vida - Moçambique
- IV - Análise de Conteúdo das Biografias - Angola
- V - Análise de Conteúdo das Biografias - Moçambique
- VI - Síntese das Principais Categorias Relativas à 1ª Geração - Angola
- VII - Síntese das Principais Categorias Relativas à 1ª Geração - Moçambique
- VIII - Guião para as Entrevistas - 2ª Geração
- IX - Transcrição de uma Entrevista - Angola
- X - Transcrição de uma Entrevista - Moçambique
- XI - Análise de Conteúdo das Entrevistas - Angola
- XII - Análise de Conteúdo das Entrevistas - Moçambique
- XIII - Síntese das Principais Categorias Relativas à 2ª Geração - Angola
- XIV - Síntese das Principais Categorias Relativas à 2ª Geração - Moçambique

Introdução

1. Apresentação do Projecto a Desenvolver

Tendo em conta que o retorno do meio milhão de portugueses residentes nas ex-colónias constitui um dos fenómenos mais marcantes da década de 70 e simultaneamente a consequência menos estudada do processo de descolonização, procuraremos estudar este importante fenómeno social, no âmbito do nosso Seminário de Investigação em Sociologia da Cultura.

Neste sentido, a investigação que no propomos realizar, tomará como objecto os retornados das ex-colónias ultramarinas, conceptualmente definidos como: *todos os indivíduos que, tendo nascido em Portugal, construíram as suas vidas nas colónias portuguesas e foram obrigados a regressar após a sua independência*. Para além desta população analisaremos também a segunda geração de retornados, ou seja: *os filhos da primeira geração que, tendo nascido em África, regressaram a Portugal com os seus pais, sendo ainda crianças ou adolescentes*.

Concretamente, a principal problemática a estudar será a da integração da população retornada na sociedade portuguesa. Muito embora consideremos inevitável abordar a questão da integração económica, procuraremos dar especial ênfase à integração cultural e social, tendo em conta as estratégias de reinvenção identitária e sua recriação intergeracional.

Quanto à metodologia por nós adoptada, é de salientar desde já que, com base na afirmação de Fernando Barciela Santos de que Angola constituía não só uma colónia de exploração, mas também de povoamento, partimos da hipótese de que estes colonos apresentaram menores dificuldades de integração do que por exemplo os retornados moçambicanos. Por esta razão optámos por analisar separadamente o caso de Angola e de Moçambique, procedendo depois a uma análise comparativa.

Atendendo ao tipo de investigação que pretendemos realizar, recorreremos fundamentalmente às histórias de vida e às entrevistas enquanto procedimentos básicos de pesquisa e associado a estes, à recolha de documentos como cartas, diários, fotografias, etc. Esta opção metodológica prende-se com o reconhecimento da oralidade como a forma mais legítima de abordar este fenómeno. Esta oralidade é tanto mais preciosa quanto, tendo passado já vinte anos desde a chegada da primeira geração de retornados, corremos o risco de vir a perder este grande legado para a análise sociológica.

Paralelamente, e tendo em conta a falta de teorização sobre os assunto, recorreremos a alguns dados secundários produzidos, quer pela imprensa, quer por alguma bibliografia específica como a obra de Rui Pena Pires, ou de carácter mais geral acerca do processo de descolonização.

É desta recolha bibliográfica que, em jeito de introdução ao nosso tema, daremos conta nos pontos que se seguem.

2. Breve Introdução Histórica

Ainda que o governo de Marcelo Caetano fosse uma garantia à salvaguarda do status dos colonos, os portugueses de Angola e Moçambique não se encontravam satisfeitos com ele. Tal devia-se fundamentalmente às contradições de interesses económicos entre Portugal e as colónias e que se centravam nas restrições impostas ao nível do comércio funcionando como freio à indústria das colónias.

Inicialmente, o 25 de Abril de 74 trazia promessas de democracia e liberdade que iam ao encontro dos sentimentos separatistas em relação à metrópole. Contudo, os colonos insurgiram-se contra o rumo dos acontecimentos quando o Governo de Angola foi entregue à maioria africana. De facto, as alternativas de uma federação entre Portugal e as colónias, bem como a de uma transição lenta e gradual para a liberdade não resistiram à pressão do MPLA, FNLA e FRELIMO.

Começa então a avolumar-se entre a comunidade dos colonos um sentimento antiportuguês, especialmente visível entre os jovens, que assume a forma de aversão para com todo um povo, o qual acusam de os ter abandonado à sua sorte. Para com o Governo, a antipatia remonta às suas intromissões na vida da colónia. Relativamente aos militares, são acusados de ter pouco interesse em acabar com a guerra colonial dados os privilégios que esta lhes proporcionava. O 25 de Abril de 74 e o conseqüente programa de descolonização só vêm aumentar esta aversão. Por fim, o colono português descobre um sentimento entre a gente portuguesa que lhe é pouco favorável e que resulta da imagem do colono como um milionário ou explorador de negros indefesos, não olhando com muita simpatia o seu irmão que regressa do além-mar.

De facto, embora alguns tenham feito escala em África de Sul ou na Rodésia, a Metrópole foi o destino da grande maioria dos colonos, com excepção de uma pequena minoria de técnicos qualificados que ali se radicou, beneficiando de excelentes condições de emprego. O Brasil foi também um grande acolhedor de portugueses refugiados do ultramar o que é em grande medida explicado pelos laços de sangue e cultura que uniam os dois países.

No caso angolano, o grande êxodo seguiu-se aos incidentes entre o MPLA e o FNLA em Junho de 75. A comunidade portuguesa, ignorando os apelos da Comissão Nacional de Defesa para que ali permanecessem, exigiu ao governo português a sua evacuação imediata para Portugal ou para qualquer parte do mundo onde pudessem refazer a sua vida. Dado que as companhias aéreas se revelavam insuficientes para proceder a esta operação, os refugiados portugueses foram obrigados a tentar outras vias, sendo a organização da "Longa Marcha" um episódio ilustrativo do desespero em que se encontravam. Foi então que o Governo Português com o auxílio da França, União Soviética, EUA, RDA, RFA, e Inglaterra estabeleceu uma ponte aérea entre os dois territórios.

Quanto a Moçambique, inicialmente, a FRELIMO desencorajava o êxodo dos portugueses, convidando-os a adaptarem-se às transformações políticas e sociais que então se registavam. Joaquim Chissano e Samora Machel apresentavam então o seu movimento como arracista e esclareciam que o seu combate havia sido contra o colonialismo português e não contra a raça branca.

Contudo, em 1975 registou-se um agravamento do êxodo com a chegada a Lisboa dos primeiros portugueses expulsos de Moçambique pelo governo da FELIMO e a quem tinham sido confiscados os bens à partida, prática que aliás se tornou corrente até 1977.

É de salientar que o fluxo moçambicano antecedeu o angolano e se prolongou após o fim deste.

Quanto à população residente, nada ou quase nada sabia acerca das operações de acolhimento dos portugueses regressados e muito menos acerca dos motivos que os levaram a fugir de uma terra que oficialmente tinha sido conduzida à independência com o mínimo de reflexos para a população portuguesa e cujos direitos haviam ficado garantidos no Acordo de Lusaka. Este atraso na consideração do problema dos retornados de uma forma responsável bem como o aspecto caótico que a operação do retorno assumiu até ao 25 de Novembro de 75 deve-se fundamentalmente à utilização do retornado como "bode expiatório" e à consequente deteiorização do termo retornado.

Só quando se começa a ouvir falar que o número de retornados se aproximava já de meio milhão é que o governo português se começa a preocupar com o seu levantamento estatístico, bem como com as inevitáveis consequências económicas e sociais que resultariam de um súbito aumento do número de desempregados. O Governo apela então a todos aqueles que pensavam retornar a Portugal que repensassem a sua decisão e se possível voltassem às ex-colónias tentando os caminhos da paz e da harmonia.

3. Um Estudo Sociográfico

3.1 As Trajectórias

Com base nos dados recolhidos pelo INE através do Censo de 1981, Rui Pena Pires e os seus colaboradores chamam a atenção para algumas características da população retornada que nos parecem relevantes para o nosso estudo. Assim, é de salientar que: quase dois terços dos retornados eram oriundos de Angola; mais de três quartos dos menores de quinze anos em 1981 eram naturais das colónias, bem como cerca de metade dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos; dos 60% nascidos em Portugal, a maioria era natural das grandes áreas urbano-industriais de Lisboa e Porto e das regiões deprimidas do norte e centro interiores.

Desde logo, estes dados deixam transparecer a importância de que se reveste a segunda geração de retornados que é aquela onde os contrastes culturais relativamente à restante população portuguesa serão mais acentuados, transformando-se numa das principais características das novas gerações de portugueses. Por outro lado, vislumbra-se também a hipótese da existência de certos traços culturais dominantes entre a população oriunda das ex-colónias, fruto de percursos migratórios dominantes (origem em Portugal e destino Angola ou Moçambique). Por fim, o facto de a emigração para as colónias não envolver apenas as zonas periféricas do país, mas também os grandes centros urbano-industriais é explicado pelo facto de as colónias atraírem indivíduos com qualificações superiores às que encontramos na emigração europeia.

Quanto à distribuição regional da população retornada, os dados de 1981 revelavam ser bastante desigual, sendo os distritos de Bragança, Guarda, Lisboa e Setúbal aqueles em que a percentagem de retornados na população residente era mais elevada. A totalidade dos distritos do Litoral-Norte e do Alentejo, bem como as Regiões Autónomas surgem, no polo oposto, como aqueles onde a percentagem de retornados era mais baixa. É de salientar ainda que esta percentagem é mais elevada nos centros urbanos do que nas pequenas localidades rurais.

O Distrito de Leiria surgia-nos, em 1981, em oitavo lugar relativamente ao número de retornados (19 141), lugar que se mantém considerando a percentagem de retornados na população residente (4,4%) o que aliás não se verifica na maioria dos outros distritos.

3.2 A Integração

Quanto à integração dos retornados na sociedade portuguesa, é geralmente apresentada como tendo sido relativamente fácil e rápida ainda que se verifiquem inúmeros casos dramáticos de não-integração.

Segundo este estudo, uma das razões que terá facilitado a integração desta população terá sido a persistência durante a sua estadia em África de inúmeros vínculos para com a Metrópole, nomeadamente, vínculos de carácter familiar. Note-se que a esmagadora maioria dos retornados adultos são naturais de Portugal, uma vez que o grande fluxo migratório para as colónias se verificou sobretudo nas décadas de 50 e 60. Terá sido devido a estes factores de carácter não-económico que os retornados se instalaram maioritariamente nas regiões de Portugal onde viviam as suas famílias. Esta estratégia de "retorno às origens" prende-se com a procura de apoio nos momentos que se seguiram ao retorno, apoio este de carácter relacional, cultural e afectivo e que parece ter sido mais importante do que o fornecido pelas entidades governamentais.

Não é contudo de desprezar a hipótese de que a distribuição dos retornados pelo território nacional seja largamente condicionada pela possibilidade de uma rápida inserção no mercado de trabalho, preferencialmente em sectores e condições semelhantes aos da sua anterior vida profissional nas sociedades coloniais. Concretamente, as condicionantes económico-profissionais terão tido maior importância nos processos de integração quando os vínculos dos retornados para com a Metrópole eram mais fracos, caso que se aplica especialmente à população africana refugiada em Portugal.

Uma outra explicação avançada por Rui Pena Pires para a relativa facilidade na integração dos retornados na sociedade portuguesa foi a de esta se ter processado durante um período em que ocorriam na sociedade portuguesa inúmeras transformações e reajustamentos tanto de carácter económico (mercado de trabalho e investimento) quanto cultural, favorecendo a integração profissional dos retornados e proporcionando um clima de relativa abertura face a novos valores e produtos culturais.

Relativamente à questão da integração dos retornados do ultramar este autor salienta ainda que, apesar de existirem entre eles cumplicidade e solidariedades de vários tipos, elas apresentam um carácter relativamente pontual, não se constituindo portanto como uma verdadeira comunidade autónoma. Tal não significa a inexistência de casos em que a fragilidade das solidariedades familiares e locais foi parcialmente compensada pelo desenvolvimento de

relações mais intensas entre os retornados, criando condições favoráveis à emergência de referentes de identidade colectiva. Contudo, parecem adquirir muito maior peso as relações de solidariedade que estes foram estabelecendo nos locais de estudo, de trabalho e residência com a população metropolitana.

A isto se deverá provavelmente o carácter limitado e efémero que caracterizou a maioria das organizações e movimentos políticos de retornados e que contrasta com a sua participação activa na vida política do país, ilustrada pelo papel de liderança a que, especialmente nas regiões mais periféricas, indivíduos retornados ascenderam quer no plano político quer nos planos social, económico ou cultural. Aliás, é necessário distinguir o posicionamento político e ideológico desta maioria de retornados, da posição marcadamente conservadora que aqueles movimentos adoptaram e que se manifesta numa reacção radical em relação à descolonização acompanhada de acrescidas dificuldades de integração.

Esta constatação vem de facto demonstrar a consumação de uma efectiva integração dos retornados na sociedade portuguesa, mas a explicação continua ainda por dar. Na verdade, ela só pode ser dada se atendermos às características específicas da população retornada, nomeadamente, à predominância de camadas relativamente jovens, com formação acima da média e com experiências e competências capazes de pôr em prática estratégias que visam retomar percursos de mobilidade social ascendente, interrompidos pelo retorno.

A questão da estrutura demográfica da população retornada adquire maior importância se atendermos a que ela contrasta fortemente com a da população portuguesa na década de 70, população esta que se apresentava profundamente envelhecida e com uma baixa percentagem de homens e activos jovens, fruto da forte emigração. Quanto à população retornada, apresentava um forte peso relativo de jovens em idade activa e de mulheres em idade fecunda, ao mesmo tempo que registava uma baixa percentagem de idosos. Este forte peso das camadas jovens parece dever-se fundamentalmente ao facto do grande fluxo emigratório para as ex-colónias se ter verificado nos anos 50, bem como ao carácter permanente e predominantemente familiar que este assumiu. Neste sentido, a inserção dos retornados na sociedade portuguesa veio inverter as tendências regressivas que nela existiam, sendo responsável por cerca de metade do acréscimo populacional verificado entre 1970 e 1981. Da mesma forma, terá contribuído para o atenuar de algumas assimetrias regionais no plano demográfico, visto que o retorno teve grande incidência em algumas regiões mais periféricas do território nacional.

Quanto à formação escolar, o Censo de 1981 revela que a população retornada apresenta qualificações acima da média o que parece dever-se ao acelerado crescimento económico e à necessidade que o Estado português sentiu, com o início da Guerra Colonial, de expandir o aparelho administrativo nas colónias e proceder à criação de novos serviços públicos como forma de legitimar interna e internacionalmente a sua presença nos territórios ultramarinos. Tal implicava naturalmente o aumento da procura de mão-de-obra qualificada, em especial de técnicos médios e superiores.

Ao nível das consequências após o retorno desta sobrequalificação relativa da população retornada há que registar: o aumento de mão-de-obra qualificada em certos sectores de actividade e em certas regiões do interior; a maior facilidade de inserção dos retornados no mercado de trabalho de acordo com novas exigências geradas pelo 25 de abril; a já referida presença de muitos retornados em lugares de destaque, tanto no plano profissional como no plano político; e a consequente capacidade de intervenção social em todos os domínios. Note-se que entre os retornados com cursos superiores predominam os formados em tecnologia/engenharia e em ciências agro-pecuárias, áreas directamente ligadas às actividades económicas que se encontravam nesta altura em desenvolvimento.

No que diz respeito às consequências dos elevados índices de escolarização ao nível da própria população de retornados, convém referir que, quando comparada com o resto da população portuguesa, esta começa a procurar trabalho mais tarde, trabalha menos horas e regista uma maior mobilidade profissional, o que coloca a hipótese de se verificarem entre os retornados orientações e atitudes favoráveis a um maior investimento na formação escolar.

Analisando a inserção profissional dos retornados, verifica-se uma grande incidência de trabalhadores por conta de outrem, a par de uma elevada percentagem de patrões. Verifica-se ainda que os grupos profissionais em que os retornados apresentam maior peso relativo são as profissões científicas, técnicas e artísticas, dirigentes, quadros superiores, pessoal administrativo, comerciantes e vendedores. Quanto às profissões em que é mais elevada a proporção de retornados destacam-se os biólogos, os agrónomos, os especialistas em ciências físico-químicas, os professores do ensino primário, secundário e superior e os empregados da banca e seguros. Por contraste, os trabalhos agrícolas, artesanais e as restantes profissões menos qualificadas são aquelas em que a presença de retornados menos se faz sentir.

3.3 As Ajudas Institucionais

Procurando responder às pressões que começavam a surgir da parte dos intelectuais, dos próprios retornados que entretanto se começavam a manifestar e de alguns partidos políticos que se mostravam solidários com eles, nomeadamente o Partido Socialista, o Governo procedeu à criação de algumas instituições que, juntamente com a Cruz Vermelha Portuguesa e com o Ministério da Coordenação Interterritorial, levariam a cabo a difícil tarefa de acolhimento e reintegração dos retornados do ultramar. Neste sentido, destacamos:

. **O Quadro Geral de Adidos** - destinado a defender os interesses dos servidores do Estado anteriormente desenvolvendo a sua actividade em território ultramarino. Sendo que a solução mais fácil e comum era a da aposentação coincidente com o regresso à Metrópole.

. **O Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN)** - cujas funções iniciais eram: fretar aviões para o transporte gratuito de retornados, familiares e bagagens; recepção e acolhimento; viagens gratuitas para as localidades de residência; alojamento nos campos de férias da Caparica, na Quinta da Graça ou em hotéis e pensões para os que tivessem de permanecer algum tempo em Lisboa; concessão de subsídios de viagem, residência, instalação, alimentação e vestuário; apoio médico e hospitalar; e auxílio aos que pretendessem emigrar para outros países. Estas funções foram mais tarde alargadas a subsídios de desemprego, casamento, nascimento, aleitação, doença, maternidade, morte, funeral, termalismo, prótese, pensões de sobrevivência, velhice e invalidez. Passaram também a ser concedidos subsídios e empréstimos para habitação, mobiliário, reintegração profissional, acção social escolar, transporte e desembaraço de viaturas e bagagens.

. **A Secretaria de Estado do Retornados** - integrada no Ministério dos Assuntos Sociais e da qual passou a depender o IARN;

. **A Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR)** - que tinha como finalidade devolver as unidades hoteleiras à sua função específica, na expectativa de que o ano de 1976 se revelasse um melhor ano turístico;

. O **Comissariado para os Desalojados** - desenvolvendo uma política, já não de assistência mas, fundamentalmente de integração dos retornados na sociedade Portuguesa através de uma planificação a médio prazo, susceptível de corrigir distorções injustas na distribuição dos meios disponíveis e reduzir, tanto quanto possível, a ocorrência de subsídios puros, sem carácter reprodutivo.

Para além deste apoio institucional foram levadas a cabo outro tipo de iniciativas, das quais passamos a destacar:

. A sindicalização dos retornados, realização de cursos de aperfeiçoamento e reconversão profissional, direito à inscrição no Serviço Nacional de Emprego e integração nos esquemas da reforma agrária. Os desalojados com idades entre os 18 e os 60 anos de idade com problemas de alojamento e integração económica e social deveriam inscrever-se nos centros de emprego para efeitos de colocação e eventual emigração;

. A conversão gratuita de cartas de condução e de licenças de instrutor emitidas nas colónias anteriormente à independência, em documento emitido em Portugal, bem como a isenção do imposto para registo dos automóveis em território nacional;

. O financiamento de um sistema de crédito selectivo à taxa de 3% ao ano;

. No campo da educação, permitiu-se aos professores efectivos que concorressem para os lugares vagos em todo o país em igualdade de circunstâncias com os seus colegas prestando serviço em Portugal. Possibilitou-se ainda a continuação dos estudos aos retornados que não possuíssem certificados escolares, ficando ainda isentos da respectiva matrícula ou candidatos a bolsa;

. A constituição de uma Comissão Coordenadora de Ajuda Católica por parte do Conselho Permanente do Episcopado Português, a qual veio a receber donativos de diversos países em dinheiro, roupas, géneros alimentícios, medicamentos, etc.

Segundo dados obtidos por Rui Pena Pires, dos vários esquemas de apoio às populações retornadas destacam-se, pelo volume de verbas envolvido e pelos efeitos visados, o Programa de Crédito do CIFRE e o Programa de Crédito à Habitação Própria, ambos de iniciativa governamental, bem como o Programa de Criação de Postos de Trabalho da *Cáritas*

De facto, perante o fenómeno da descolonização, cabia em primeiro lugar aos órgãos de poder instituídos a difícil tarefa de proporcionar os meios necessários à integração social e económica dos cerca de meio milhão de retornados das ex-colónias, a fim de minimizar atritos sociais. Naturalmente, um dos vectores fundamentais para esta integração passava pela criação de postos de trabalho, o que atendendo às condições político-administrativas da altura não poderia ser conseguido através do funcionamento normal do mercado de trabalho.

Neste sentido, o Governo procurou aproveitar as capacidades de trabalho e de iniciativa da população retornada estabelecendo as condições necessárias à criação de pequenas e médias empresas, o que contribuiria simultaneamente para o desenvolvimento do tecido produtivo empresarial. Com estes objectivos foi criada em Julho de 1976 a Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados (CIFRE), cujos fundos rondavam os 20 milhões de contos, o que dava um valor médio de cerca de 200 contos para a criação de cada posto de trabalho. De acordo com o princípio da selectividade, as actividades consideradas prioritárias eram: agricultura, pecuária, apicultura e piscicultura; actividades agro-industriais; indústrias alimentares; aproveitamento de recursos florestais; indústrias metalo-mecânicas; aproveitamento de desperdícios e actividades turísticas, sendo privilegiadas as iniciativas que se constituíssem sob a forma de propriedade social, designadamente cooperativas.

Paralelamente ao programa CIFRE, o Governo decidiu implantar um conjunto de medidas tendentes a minimizar o problema da habitação dos desalojados tendo em conta, não só as dificuldades económicas da grande maioria das famílias, mas também a situação do próprio sector da habitação. Depois de várias tentativas menos bem sucedidas, o Governo optou pelo lançamento de um programa para a construção ou aquisição de casa própria que beneficiava os mutuários através do regime de crédito bonificado, da fixação de taxas de juros variáveis mas inferiores a 5% e com períodos de amortização que iam dos 8 aos 10 anos. Este programa era destinado a famílias com rendimentos per-capita inferiores a 120 contos, tendo dele beneficiado cerca de 906 empréstimos no valor total de 827 752 contos.

A mobilização de esforços para promover a integração dos retornados das ex-colónias na sociedade portuguesa envolveu também organizações de carácter humanitário, das quais se destaca a *Cáritas*, que com auxílio externo lançou também em 1976 um programa destinado à criação de postos de trabalho. De características marcadamente diferentes dos outros esquemas de auxílio, este programa dirigiu-se fundamentalmente a pequenos empreendimentos de âmbito local, valorizando a componente social do projecto mais do que os aspectos

técnico-económicos e procedeu ao acompanhamento constante do desenvolvimento das iniciativas, procurando assim assegurar a efectiva inserção das famílias desalojadas. Paralelamente, esta organização atribuía um subsídio suplementar de ajuda básica destinado à compra de mobiliário essencial ou reparação de casas para habitação.

3.4 O Movimento Associativo

Por seu turno, os portugueses refugiados em Portugal manifestavam-se já desde 1975 em grupos institucionalizados, como sejam: a Comissão de Deslocados do Ultramar, a Comissão de Refugiados de Angola, o Movimento Nacional de Fraternidade Ultramarina, a Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar e a comissão Nacional dos Desalojados Ultramarinos. Estes grupos denunciavam as medidas que estariam a ser tomadas no sentido de desincentivar o retorno a Portugal e procurar o regresso aos territórios ultramarinos. Nomeadamente, denunciavam o problema do Quadro Geral de Adidos que colocava, por período indeterminado, os funcionários da administração ultramarina com metade do vencimento, lançando na dúvida, incerteza e insegurança milhares de funcionários e seus familiares. Outra reivindicação feita dizia respeito às bagagens que tinham ficado para ser enviadas via marítima, bem como à transferência de fundos depositados em bancos angolanos e à impossibilidade de trocar o dinheiro angolano.

Para além destes grupos, foi criado o Centro Social Independente (SCI) que, conglomerando diversas pequenas associações, anunciou que se iria constituir em partido político chamando a si a defesa, não só dos retornados e refugiados como também dos emigrantes que entretanto viessem para Portugal. O SCI não participa nas eleições legislativas de Abril de 1976, mas designa Pompílio da Cruz como candidato às eleições para a Presidência da República em Junho seguinte.

3.5. As Consequências Socio-Culturais do Retorno

Uma das principais razões que nos leva a considerar o retorno como de extrema importância é a consequente inclusão na sociedade portuguesa de um grande número de indivíduos com trajectórias muito distintas das que caracterizavam a grande maioria dos portugueses e que naturalmente veio

introduzir nela novos saberes, estilos de vida e valores. De facto, as sociedades coloniais apresentavam traços particulares que possibilitaram: a emergência de percursos de mobilidade ascendente; a atenuação de alguns constrangimentos morais de origem tradicional, associados ao controlo social da vida quotidiana; e o contacto directo com civilizações diferentes da europeia e da ocidental.

Ao nível das consequências do retorno para a sociedade portuguesa, estas particularidades contribuíram para: uma recomposição das hierarquias sociais; uma maior liberalização dos costumes; a adopção de novas orientações estéticas e novos usos da linguagem; bem como para a incidência de novos valores e comportamentos.

Relativamente ao impacto do retorno no plano cultural são de salientar as novas atitudes face ao casamento, à família e à religião. No caso do casamento, verifica-se uma maior incidência do casamento na população retornada, contudo este acontece geralmente mais tarde, fruto de uma formação escolar mais prolongada, e tem um carácter menos durável. No que diz respeito à família é de salientar que as atitudes e tendências relativamente à sua estrutura e dimensão sofreram inúmeras influências contraditórias, ditadas pela guerra, crescimento económico, percursos de mobilidade ascendente e finalmente processos de desenraizamento e adaptação. Em todo o caso, constata-se que as famílias de retornados tendem a ser menos numerosas do que as restantes famílias portuguesas. Em relação à religião há que destacar a contribuição do retorno para o incremento de alguns grupos religiosos minoritários em Portugal, sendo que a grande maioria destes grupos religiosos são originários de Moçambique.

I - Abordagem Teórica

1. Definição do Quadro Teórico

Como já referimos, uma das razões que nos levaram a analisar o fenómeno social do retorno foi o facto de se tratar de um tema geralmente "contornado" por todos aqueles que se propuseram estudar o processo de descolonização. Se tal foi determinante para o aguçar da nossa curiosidade sociológica, veio mais tarde a revelar-se uma dificuldade adicional ao nosso trabalho de investigação. De facto, a falta de teorização sobre este tema levantou-nos algumas dificuldades na definição do nosso quadro teórico.

A este propósito, é de salientar que o único trabalho que encontramos especificamente sobre este tema foi um estudo sociográfico, coordenado por Rui Pena Pires e publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Contudo, este trabalho não se assume como uma teoria substantiva à cerca dos retornados, mas antes como um ponto de partida e um desafio a estudos posteriores, desafio este aceite por nós.

Procurámos então construir um quadro teórico flexível a partir daquilo a que poderemos chamar a livre associação de um conjunto de teorias formais, tomando-as como um repertório de categorias e conceitos que nos permitissem lançar um olhar sociológico sobre o fenómeno social do retorno. Naturalmente, a construção de um quadro teórico deste tipo seria impensável se feito *a priori*, foi apenas à medida que o nosso estudo empírico foi avançando que algumas destas categorias e conceitos se foram tornando relevantes para o nosso estudo, obrigando-nos a um trabalho de teorização constante.

O nosso ponto de partida foram então os trabalhos levados a cabo por Michael Pollak e Pierre Bordieu na área dos estudos biográficos, nos quais os processos de reinvenção da identidade e gestão da memória assumem especial relevância.

Paralelamente, procurámos analisar a importância das representações sociais para a construção e preservação de referências identitárias sólidas, recorrendo para isso aos trabalhos de Howard Becker.

Tendo verificado que, aquando do retorno, a relação entre residentes e retornados era a de uma forte hostilidade, recorremos por fim aos trabalhos sobre estigma e rotulagem de Erving Goffman e Howard Becker, respectivamente. Procurámos com

isto, demonstrar o papel que a categorização social poderá ter desempenhado na criação e preservação de uma identidade própria e forte coesão deste grupo social.

Chegámos então ao que designaremos como um triângulo teórico, onde as referências identitárias assumem um papel claramente central.

Visto ter sido o trabalho empírico o que alimentou a nossa imaginação teórica, considerámos impossível separar estas duas componentes do nosso trabalho de investigação, razão pela qual procurámos, sempre que o julgámos conveniente, fundamentar a nossa abordagem teórica com excertos das biografias por nós recolhidas.

2. Os Estudos Biográficos

Tendo como fonte teórica os escritos de Michael Pollak, nomeadamente os referentes ao processo de reinvenção de identidade e memória em situações extremas, procurámos estabelecer uma relação teórica entre os seus principais conceitos e raciocínios que de uma forma ou de outra estejam associados ao nosso trabalho de investigação.

Sendo assim, situações extremas como as vividas pelos retornados incluídos na nossa amostra são reveladoras da identidade como uma imagem de si, por si e para os outros. Ou seja, os testemunhos devem ser considerados como verdadeiros instrumentos de reconstrução da identidade e não somente como relatos factuais, sobretudo quando relatam situações que marcam uma ruptura com o *mundo habitual* dos indivíduos em questão.

A este propósito convém aqui referir o conceito de *Gestão de Identidade*, definido por Pollak como sendo "o trabalho permanente de interpretar, ordenar ou recalcar toda a experiência vivida de forma a torná-la coerente com as experiências passadas, assim como com as concepções de si e do mundo que eles moldaram" (Pollak, 1986:52). É este trabalho permanente elaborado pela ordem mental que sustenta o *habitus* graças ao qual a pessoa aparece como sendo dotada de coerência. Para além desta *Gestão de Identidade* o indivíduo que relata a sua autobiografia é igualmente monido de uma *Gestão de Memória*. Ou seja, os factos do passado que não são referidos pelo entrevistado, são na maioria das vezes fruto da *Gestão de Memória* e não um produto do esquecimento. Muitas das vezes o silêncio é utilizado como um modo de gestão da identidade do indivíduo.

É a propósito desta mesma problemática que Bourdieu nos fala de *Ilusão Biográfica*. Assim, também para Bourdieu os relatos autobiográficos inspiram-se na preocupação de dar um sentido contínuo e coerente à sua vida de modo a que seja possível o estabelecimento de relações inteligíveis entre si. Para este autor, a apresentação pública de uma representação privada da própria vida, ou seja, a criação de um modelo oficial da sua apresentação, implica a existência de um conjunto de limitações e censuras específicas uma vez que, "o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, dos quais cada um é único".

Na verdade, no decorrer do nosso trabalho de campo enquanto recolhíamos as autobiografias dos retornados, estas foram-nos apresentadas de um modo mais ou menos coerente e cronológico. Mesmo que tivéssemos voltado ao mesmo tema em sessões diferentes, a sua reprodução foi sempre igual.

Retomando o trabalho de Michael Pollak e com ele a ideia de que os entrevistados se consideram como os *guardas da verdade*, os representantes de um grupo e os porta-vozes de uma causa, referiremos aqui o facto de termos encontrado este mesmo sentimento em alguns dos nossos entrevistados. Aliás, este sentimento é mais forte quando a idade avançada faz temer o esquecimento ou a deturpação da situação vivida:

"Eu queria sublinhar que se formos ao fundo da questão, e é possível que nunca se lá chegue porque isto daqui a meia dúzia de anos já ninguém se lembra de nada e aqueles como eu, com a minha idade, já não são vivos e vocês jovens nuncam ficam a saber a verdadeira história de Angola".

"Nós os que lá estávamos não fomos os responsáveis pela presente situação. Por conseguinte, nunca, nunca se diga isso, porque isso é mentira! Nós não provocámos absolutamente nada. Fomos apenas vítimas. Isso é bom que fique bem claro, e se no teu trabalho puderes pôr isso como final de história eu agradecia. Nós não fomos, nem de longe nem de perto, responsáveis pela terrível guerra d'África!"

Curiosamente, este último entrevistado está incluído na situação paradoxal em que o seu testemunho tende a inserir-se numa causa que ele nunca conheceu como sua:

"Porque se se dirigissem a mim como retornada, eu dizia-lhe imediatamente: «Meu caro senhor ou minha cara senhora, está plenamente enganada, porque eu retornada não sou coisíssima nenhuma. O mais que posso ser é uma exilada ou uma refugiada. Agora, retornada não sou!»".

No que diz respeito ao trabalho de construção de uma memória colectiva dos retornados, ou adoptando o conceito de Maurice Halbwachs de uma *Comunidade Afectiva* de retornados, esta é construída pela memória, muitas vezes pouco detalhada, dos retornados. Assim, o seu «eu» de retornado confunde-se com o «nós» de retornados das ex-colónias portuguesas. É esta *Comunidade Afectiva*, reforçada pela existência de Associações formais ou informais de retornados, que é o lugar da construção de uma memória colectiva e da gestão de memórias individuais aptas a atenuar os eventuais conflitos ou ressentimentos vividos pelas vítimas.

Salientaremos aqui o facto de que o aparecimento da *memória* como objecto específico de investigação nas ciências sociais deveu-se igualmente ao sociólogo Maurice Halbwachs, autor do conceito de *Comunidade Afectiva* mencionado anteriormente. Em seu entender, os indivíduos adquirem memórias diferenciadas em função dos agregados a que pertencem. Sendo assim, a memória é social porque é adquirida em determinado contexto, desenvolve-se em interacção e através das práticas, experiências e códigos simbólicos partilhados, é estruturada pela linguagem e faz parte do processo de reprodução social.

Será igualmente importante referir que a sobrevivência dos retornados no momento do regresso, resulta da capacidade de recriação e adaptação permanente a novas ligações sociais. A este propósito mencionaremos aqui um dos nossos entrevistados:

"Quando chegámos fomos muito hostilizados. O retornado foi muito hostilizado. Tanto que muitos não conseguiram permanecer aqui e foram para o Brasil, para a Venezuela, para muitos lados, e não quiseram ficar cá."

Esta afirmação vem confirmar o processo de rápida adaptação a uma nova realidade social que os retornados tiveram que enfrentar e que nem todos conseguiram acompanhar da melhor forma. Segundo Des Prés os sobreviventes de situações extremas possuem uma qualidade específica: Ou seja, pelo facto de guardarem uma distância e um cepticismo em relação ao jugo da moral corrente, eles são os percussores de uma nova moral orientada para a sobrevivência da espécie e

muitas vezes rompem com os valores da civilização corrente. Este é o caso de um nosso entrevistado para o qual a reconstrução da sua identidade exige a recusa de qualquer influencia portuguesa:

"Eu digo-te uma coisa com toda a verdade. Eu tenho para mim como ponto de honra, não admitir nenhum hábito, mas nenhum hábito que seja de Portugal continental!(...) Por conseguinte, não uso a linguagem que usam cá! Não quero usar a linguagem que usam cá!"

Outro aspecto que identificámos nas autobiografias dos nossos entrevistados e que vai de encontro ao pensamento de Michael Pollak, é o facto de existir uma tensão e um desdobramento permanente da identidade dos retornados. São muitas as vezes que o termo *retornado* e *português* são confundidos. A maioria dos nossos entrevistados ora se integram ora se excluem de ambos os grupos e das suas características. Se não, vejamos as palavras de mais um dos nossos entrevistados:

"Mas de qualquer forma houve um espírito generalizado de rejeição que é natural entre nós portugueses. Nós somos muito xenófobos, somos!"

É este trabalho de comparação e de tomada em consideração de múltiplas alternativas que o indivíduo, através de um trabalho de identificação, faz coincidir o seu próprio sentido de si e da sua identidade, com o que é considerado como normal.

Finalmente, salientaremos o facto de que ao sobrepor todos os relatos autobiográficos, identificámos um núcleo duro característico dos retornados que muitas vezes surgiu de uma forma idêntica palavra por palavra.

3. As Representações Sociais

No ponto anterior abordámos os relatos biográficos dos nossos entrevistados tendo como ponto de partida o conceito de gestão de memória e de identidade, tal como ele nos aparece no trabalho de Michael Pollak. Neste sentido, assumimos o processo de reconstrução da identidade como a construção de uma imagem que o retornado faz *de si por si e para os outros*.

Parece-nos então inevitável reconhecer que as *representações sociais* assumem um papel preponderante ao longo deste processo, enquanto instrumentos de orientação da percepção e de elaboração de respostas. Estes instrumentos derivam de

determinada estrutura social e contribuem para a comunicação entre os membros de um grupo ou comunidade, possuindo por isso um carácter eminentemente social (Cf. Moscovici *in* Vala, 1986). Neste sentido, as representações sociais contribuem para a formação de uma identidade social e com isso para a diferenciação inter-grupal, organização significativa do real, orientação e justificação de determinados comportamentos.

Embora esta abordagem constitua um importante marco no campo da Psicologia Social, parece-nos ser o trabalho de Howard H. Becker (Becker, 1986) aquele que melhor nos permite compreender e interpretar os relatos que os nossos entrevistados fazem das suas próprias vivências, à luz da teoria das representações sociais.

Para este autor, as representações sociais da realidade não são mais do que uma imagem parcial dessa mesma realidade simplesmente porque cumprem determinadas funções em determinados contextos. Ora, se analisarmos o contexto em que os relatos por nós obtidos foram recolhidos, rapidamente chegamos a um dos problemas que afecta as ciências sociais em geral e a sociologia em particular, é que os entrevistados tendem a produzir um discurso que vai de encontro ao que pensam que o seu interlocutor quer saber. Por outro lado, procuram produzir um discurso plausível, lógico e coerente com o contexto em que se encontram e com o papel que o seu interlocutor representa.

Esta questão, aparentemente redutora do rigor científico de uma investigação, deixa de o ser se, como sugere Max Weber, assumirmos a sociologia como interpretativa e reconhecermos que toda a realidade social é construída, que a atribuição de sentido constitui uma condição da acção social e que o nosso objecto não é a realidade em si, mas as próprias representações que os sujeitos fazem dela em determinados contextos. Esta perspectiva torna-se ainda mais frutífera se atendemos à forma como as representações sociais são produzidas. É precisamente a este nível que H. Becker tem uma importante contribuição a fazer, na medida em que nos permite compreender os processos que levam à construção das representações sociais e as convenções que as adequam a determinadas funções.

Retomemos o caso dos retornados e com ele o conceito de *comunidade interpretativa* de que nos fala S. Fish. De facto, parece-nos evidente que os retornados constituem não só uma *comunidade afectiva* (ver capítulo anterior), mas também uma comunidade interpretativa no sentido em que, enquanto pertença colectiva, viabiliza a partilha de uma série de pressupostos. Na verdade, se ao sobrepormos todos os relatos autobiográficos pudemos encontrar um núcleo duro de representações, tal deve-se em grande medida ao facto de a representação que cada

um dos entrevistados faz das suas vivências não ser individual, mas sim o resultado da partilha de um conjunto de recursos interpretativos. É esta partilha que torna cada discurso individual plausível para quem pertence a essa mesma comunidade, reforçando desta forma a própria pertença grupal:

"Eu também não falava dessas coisas, é o que o meu marido diz, só vale a pena falar de retornados com pessoas que nos compreendem, que tenham tido a mesma vivência e os mesmos problemas. Esses compreendem! Agora falar disso com outras pessoas que não têm essas vivências é como estar a «malhar em ferro frio», não vale a pena! E eu não falava!"

Nas palavras desta nossa entrevistada é bem evidente a forma como a comunidade interpretativa reforça a coesão de grupo através de representações colectivas, mas vai mais longe na medida em que demonstra simultaneamente uma estratégia de fechamento, ou mesmo retraimento em relação ao exterior. Esta questão assume particular importância, na medida em que poderia ter funcionado como um obstáculo à nossa investigação. Não só corremos o risco de os nossos entrevistados se recusarem a falar como também o de se recusarem falar de determinados aspectos ou pelo menos tentarem fugir a eles, produzindo um discurso mais ou menos oficial e eventualmente diferente do produzido no interior do grupo.

Esta questão introduz aquele que nos parece ser um dos mais importantes processos que segundo H. Becker estão na origem das representações sociais e que é a selecção de informação. De facto, como já foi referido, qualquer representação da realidade social é necessariamente parcial, cobre determinados aspectos ao mesmo tempo que omite outros de acordo com o fim para que foram produzidas. Nas palavras de H. Becker "... todas as formas de representação social da realidade são boas para alguma coisa" (Becker, 1986:125), mas a sua utilidade é sempre limitada. A questão que se coloca é então a de saber quais os objectivos que norteiam os produtores das representações neste processo de selecção de informação.

No nosso caso, encontramos alguns objectivos que nos parecem mais ou menos transversais a todos os nossos entrevistados: o de deixar o seu testemunho, assumindo-se como *guardas da verdade*, representantes de um grupo ou porta-vozes de uma causa, bem como o de ir de encontro aos assuntos que pensavam que mais nos interessavam. A este propósito parece-nos significativo o facto do tipo de entrevista que fizemos ser pouco estruturada, visto tratar-se de histórias de vida, o que aliás causou alguma preocupação a um dos nossos entrevistados que constantemente dizia:

"É assim! Mas não sei o que é que queres saber? (...) Vê lá as perguntas que tens para me fazer! (...) Se calhar estou a fugir ao que queres saber! (...) Não sei se respondi ao que tu querias!"

Não obstante, parece-nos possível encontrar objectivos mais individuais se atendermos às características narrativas de cada relato e ao tipo de discurso produzido em cada caso. Assim, encontramos num dos nossos entrevistados um discurso que podemos considerar de vitimização, o qual estrutura a maioria das representações que faz do retorno e que o leva a centrar o seu discurso quase exclusivamente no ponto de vista económico:

- "Sabe quando é que nos deram quando o problema cambial e dos bancos estava ainda na posse dos brancos? 5 contos a cada um (quando eu na altura ganhava 15) 5 contos para pagar o transporte, chegar a Lisboa, pagar as despesas de pensão e pagar 2 ou 3 caixotes de umas coisas que a gente trouxe (uma geleira, uma cama, 2 cadeiras e uma estante). Quando cheguei aqui aos Barreiros tinha, creio que 2 ou 3 contos no bolso. Não queira saber o que foi a minha vida durante 5 anos! Fome, não havia dinheiro para comer, ainda fui a Lisboa trocar uma moedas em prata que trouxe de lá, para ver se a gente ao menos não morria de fome! Não tínhamos onde pernoitar, não tinha casa! Tinha aquela casa ali em construção, que nem nunca tive coragem de a acabar porque parece que estou a ver a imagem dela quando me fui embora!"

Não menos curioso é o discurso quase humorístico que também encontramos no nosso trabalho de campo e que nos dá uma representação do retorno como uma questão ultrapassada:

"Bem, chegamos a Lisboa e foi assim uma espécie de odisséia! (...) Bem, então onde é que é o Cacém, onde é que não é o Cacém. Nós na nossa santa ignorância! Ele toca de explicar o que a gente tinha que fazer e então acabámos por ir de comboio porque de taxi ficava caríssimo. Bem, na nossa santa ignorância nós julgávamos assim: Chegamos ao Cacém e encontramos logo ali um bairrinho (risos) com os retornados todos cá fora, talvez a gente até conheça alguns. Quando nós chegamos ao Cacém, entretanto eu recordo-me que trazia uma blusa branca que já estava muito suja... as pessoas no comboio olhavam para mim com um ar assim esquisito porque eu estava de facto com um ar nauseabundo! Pronto, então chego ao Cacém, olho à minha volta e só vejo prédios, prédios... Era uma cidade autêntica diante dos meus olhos e eu pensei: «Bem procurar aqui o meu cunhado é como procurar uma agulha num palheiro!» Rigorosamente!"

Outro dos processos a que H. Becker se refere como fundamental para a construção das representações sociais é o processo de tradução. De facto, os nossos entrevistados utilizaram diversas vezes termos angolanos ou moçambicanos, cujo significado tiveram que explicar por não existirem termos equivalentes em português. Retomando a questão da comunidade interpretativa, os retornados entre si utilizam uma linguagem carregada de representações de determinada realidade que não tem equivalente em Portugal e portanto têm alguma dificuldade em explicar o seu significado a pessoas que não tenham estado em África. Por sua vez, essas pessoas tem dificuldade em descodificar essa representação.

"A *restinga* era uma zona muito bonita, era uma ponta de areia... O que é uma *restinga*? É uma entrada de de areia pelo mar, que forma uma *restinga*. Aquilo era comprido, tinha uns 10 Km de comprimento, onde ficavam praias bonitas. Portanto, o Lobito formava ali uma baía onde o mar entrava, era o porto e depois era tudo praias muito bonitas, com *casuarinas*, uma espécie de pinheiros que não há cá, do género do pinheiro manso, mas não tão farfalhudo, mais levezinho!"

Por último, H. Becker refere o processo de organização através do qual os produtores das representações sociais procuram imprimir uma ordem lógica, contínua e coerente aos seus relatos, procurando estabelecer relações inteligíveis entre os vários factos biográficos. Vejamos como um dos nossos entrevistados começou a primeira entrevista, sem que lhe tenha sido colocada qualquer questão:

"Em 1940 entrei para os Serviços Hidráulicos como contador. Depois, passado um ano ou coisa assim, promoveram-me a apontador geral, uma vez que se intensificaram as obras do Liz, na desobstrução do Rio Liz desde a foz até Leiria.

Com a vinda de máquinas alemãs passei para chefe de armazém, onde estive a trabalhar até 1945, data em que me despedi, voluntariamente, uma vez que tendo em Angola um irmão meu que era lá militar me mandou a carta de chamada, documento que era necessário nessa altura para se ir para Angola. Cheguei lá em fins de Agosto de 1945."

Como vimos no capítulo anterior, a apresentação mais ou menos cronológica dos factos constitui uma das formas mais usadas pelos nossos entrevistados de proceder a esta organização, mas talvez mais importante do que isto é a tendência generalizada para omitir determinados factos que de alguma forma entrem em contradição com a imagem que tentam produzir das suas vivências e possam desta

forma pôr em causa a sua credibilidade ou consistência. Neste sentido, podemos afirmar que nas suas narrativas biográficas os produtores de representações sociais efectuam uma espécie de censura dos vários acontecimentos biográficos, de modo a apresentar uma determinada imagem de si.

4. Estigma e Rotulagem

"Quando nós chegámos e tivemos necessidade de arranjar o 1º emprego aqui, era certo e sabido que à frente da resposta que nos era dada, ou comentando o nosso pedido de emprego diziam: «é retornado!». Ou mesmo para localizar uma pessoa. E portanto nós não gostávamos que nos chamassem retornados."

Afirmações como esta, levaram-nos a pensar que a problemática dos retornados, nomeadamente a da sua integração na sociedade portuguesa poderia ser pensada à luz dos vários trabalhos que vêm sendo publicados sobre o estigma, dos quais destacamos o de Erving Goffman: *Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*.

Partindo da definição genérica de *estigma* como a da "situação de um indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena" (Goffman, 1988:7), acreditamos poder encontrar um fio condutor para o conjunto de questões que desde o início estruturou o nosso trabalho, a saber: o processo de reinvenção da identidade e memória em situações extremas e a sua recriação intergeracional, bem como o contributo das trajetórias para a elaboração de dispositivos estruturadores das práticas sociais.

Começemos pelo próprio conceito de estigma, tal como ele nos aparece na obra de Goffman. De facto, é já um lugar comum aceitar que cada sociedade procede a uma categorização na qual espera poder "encaixar" todos os seus membros. É esta categorização social que permite que um indivíduo estranho seja imediatamente incorporado em determinada categoria social, tomando-se a sua identidade social perceptível e portanto o seu comportamento relativamente previsível. Neste sentido, criam-se uma série de expectativas normativas associadas ao que Goffman designa como *identidade social virtual*. O estigma aparece quando se verifica uma discrepância específica entre essa *identidade social virtual* e a *identidade social real*, isto é, entre a categoria do indivíduo e os atributos que ele prova possuir.

Segundo Goffman, esta incongruência com o estereótipo que criamos relativamente a uma categoria de indivíduos gera geralmente um descrédito muito grande, colocando o indivíduo estigmatizado numa situação de desvantagem. Contudo, e como veremos adiante, esta carga negativa nem sempre está presente, por vezes uma característica distintiva pode ser gerida de forma a tornar-se um trunfo, mais do que um *handicapt*, mas neste caso estaremos na presença de um caso de rotulagem e já não de estigmatização.

Não obstante, se nos reportarmos à época do retorno, a condição de retornado parece-nos constituir não só um estigma em si mesmo, mas uma condição que comporta uma multiplicidade de estigmas. De facto, aquando da sua chegada, o retornado era não só um indivíduo cujo *habitus* reflectia de alguma forma a cultura africana e se encontrava portanto desarticulado com a cultura portuguesa (situação que se assemelha à do emigrante), mas era também, na maioria dos casos, um indivíduo que se encontrava desempregado e que passou por um processo de despromoção social. Ora, cada uma destas situações, pelas contradições que regista com a categorização social vigente e pelo descrédito que geram, parece constituir um estigma em si, com a agravante de se encontrarem concentradas num único indivíduo - o retornado.

Dada a grande abrangência de que se reveste o conceito de estigma julgámos conveniente recorrer à tipologia que Goffman utiliza para distinguir os vários tipos de estigma existentes, a fim de melhor enquadrar a situação dos retornados do ultramar. Assim, encontramos em primeiro lugar, as abominações do corpo, onde se inserem naturalmente toda a espécie de deformações físicas; em segundo lugar, encontramos os defeitos de carácter associados às culpas de carácter individual; e por fim os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. Na sua análise, Goffman dá especial atenção à primeira categoria, constituída sobretudo por aqueles que denomina como os *desacreditados*, isto é, aqueles cuja característica distintiva é imediatamente perceptível.

Quanto a nós e ao nosso objecto de estudo parece-nos estarmos na presença da terceira categoria de estigmatizados, curiosamente a menos desenvolvida por Goffman. O desafio que se nos coloca será portanto o de saber até que ponto a análise que este autor faz de deficientes físicos, se ajusta aos retornados do ultramar, cujo estigma apresenta um carácter essencialmente cultural e que por oposição aos *desacreditados* se apresentam como *desacreditáveis*, isto é, como indivíduos cuja característica distintiva pode não ser imediatamente perceptível. Esta distinção entre

desacreditados e desacreditáveis, que aliás nos parece pouco clara na obra de Goffman, parece-nos válida se considerarmos que, pelo facto da característica distintiva não ser imediatamente perceptível no caso dos retornados, estes individualmente considerados se enquadram na categoria de desacreditáveis, isto é, susceptíveis de ser identificados como retornados enquanto grupo, sendo que o grupo se encontra na situação de desacreditado.

A este propósito, vejamos as palavras de uma das nossas entrevistadas:

" Houve um período em que eu não falava com as pessoas, eu estava num grupo em que por qualquer razão eu entrei e conversava normalmente com as pessoas sem sequer citar as minhas origens, de onde vim ou de onde não vim. E fazia-o deliberadamente porque sabia que ao dizer aquilo eu estava automaticamente a pôr um rótulo em mim que me desfavorecia."

Nestas palavras é bem patente o medo de se tornar desacreditada e a tensão que a situação de desacreditável pode imprimir às relações que os indivíduos estigmatizados mantêm com as pessoas ditas «normais». Estas relações parecem ser marcadas por uma atitude de reserva e por uma estratégia de encobrimento que neste caso resulta precisamente do receio de passar da situação de desacreditável à de desacreditado. "A questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contactos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito. Exibi-lo ou oculta-lo; contá-lo ou não contá-lo, revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e em cada caso, para quem, como, quando e onde.." (Goffman, 1988:51).

Daqui decorrem uma série de respostas defensivas que, dependendo do grau de intimidade que o indivíduo estigmatizado mantém com o indivíduo com quem a relação se estabelece, podem ser entendidas, como o próprio Goffman refere, como uma expressão directa do seu defeito, podendo mesmo vir a criar um novo tipo de estigma, o de carácter. De tal maneira que defeito e resposta passam a ser considerados, em conjunto como uma justificativa da maneira como, neste caso os residentes, tratam os retornados. Um exemplo disso é o facto de ouvirmos por vezes críticas aos retornados pelo facto de estes adoptarem uma postura de desconfiança. Esta é uma característica que não se deve à cultura africana ou a qualquer sentimento de hostilidade em relação aos residentes, constitui simplesmente uma resposta defensiva à sua condição de estigmatizado.

A agressividade pode também constituir uma outra forma de responder à situação de estigma, tão válida como o retraimento ou a desconfiança. Em todas estas

situações, o que está em causa é que a interacção será sempre marcada pela insegurança e pela angústia que resulta: no caso do retornado, do medo de ser descoberto e desacreditado; no caso do residente, do receio de que as suas palavras ou acções possam ser mal interpretadas. O problema da manipulação da tensão gerada durante os contactos sociais torna-se então evidente. Será conveniente referir que hoje em dia, este sentimento tem vindo a diminuir ou mesmo a desaparecer visto que o termo retornado deixou de ser insultuoso para passar a ser descritivo, tal como alentejano ou algarvio.

Este receio de se tornar desacreditado é tanto mais constante quanto o desacreditável é portador de alguns símbolos que, por oposição aos *símbolos de status*, Goffman designa por *símbolos de estigma*. No caso do retornado estes símbolos eram, aquando da sua chegada, geralmente pouco visíveis, daí termos assumido que ele era fundamentalmente um desacreditável e não tanto um desacreditado. Contudo, através da linguagem, da pronuncia ou mesmo da maneira de vestir (desadequada ao nosso clima), os mais perspicazes podiam a qualquer momento identificá-lo. Naturalmente, hoje encontramos apenas alguns vestígios destes símbolos, na maioria das vezes quando a identidade que sugerem é voluntária (revelando uma estratégia de separação e não de assimilação) mas há 20 anos atrás eram bastante mais perceptíveis.

Como a pessoa estigmatizada responde a tal situação?

A análise que temos feito até ao momento, acerca do retornado como um indivíduo estigmatizado, reporta-se fundamentalmente ao momento da chegada a Portugal e aos primeiros anos que se seguiram. Contudo, o âmbito do nosso trabalho centra-se sobretudo na sua situação actual. Importa portanto analisar a forma como ao longo destes 20 anos o retornado lidou com a sua condição de estigmatizado e a forma como hoje ele encara essa situação.

Também aqui, o trabalho de Goffman nos pode dar algumas pistas. Uma das atitudes mais frequentes da parte dos estigmatizados parece ser a procura de outros indivíduos que compartilhem o seu estigma: "... algumas delas podem instruí-lo quanto aos artificios da relação e fornecer-lhe um círculo de lamentação no qual ele possa refugiar-se em busca de apoio moral e do conforto de sentir-se em sua casa, em seu ambiente,..." (Goffman, 1988:29). Tal explica o aparecimento de diversas associações de retornados, encontros de convívio e até mesmo, num dos casos por

nós encontrados, a criação de um jornal "fraternal, de solidariedade e de informação utilitária". Mas, mais do que isso, esta necessidade de refúgio entre iguais, explica o estabelecimento de relações sociais preferenciais com outros retornados, mesmo sem a existência de um conhecimento prévio. Se não vejamos:

"Nós evidentemente que quando regressámos arranjámos outras amizades, e aquelas que nos mereceram consideração e respeito continuamos a mantê-las. Mas não posso conceber, nem eu, nem ninguém que esteve em Angola, que voltemos as costas uns aos outros. Temos vizinhos aqui, uns que vieram de Moçambique e outros que vieram de Angola, que não conhecíamos lá, mas agora somos muito amigos, damo-nos muito bem! (...) Só porque a gente sabe que vieram nas mesmas condições que nós (o que viveram antes não conta), que temos uma situação semelhante, falamos da mesma coisa e orgulhamo-nos daqueles que conseguiram libertar-se pelo menos da fome."

Esta aproximação, na medida em que fomenta a pertença grupal, vem aliás reforçar a nossa convicção de estarmos na presença clara de uma situação de estigma. De facto, encontramos frequentemente no discurso dos nossos entrevistados termos como: «nós» ou «a nossa gente», o que comprova que independentemente da existência de diferenciações internas, os retornados se assumem como uma totalidade; uma categoria específica da sociedade portuguesa. É a esta subtileza conceptual que Goffman se refere quando afirma que: "Uma categoria pode funcionar no sentido de favorecer entre os seus membros as relações e formação de grupo mas sem que o seu conjunto total de membros constitua um grupo." (Goffman, 1988:33) Na verdade, a coesão do grupo é necessária para fazer frente a qualquer agressão potencial, mas não é suficiente para encobrir a grande diversidade de representações que os indivíduos têm da sua ligação ao grupo.

Apesar desta aliança entre estigmatizados ser bastante evidente, encontrámos também nas nossas entrevistas casos de afastamento que julgamos conveniente referir:

"Olhe, aqueles encontros de retornados, eu numa 1ª fase nunca lá fui! (...) Eu não tenho muito feitiço para o choradinho e estou convencida que aquelas reuniões no princípio era um bocadinho o chorar o leite derramado! E eu não estava para aí virada! Estava a apontar para o futuro e para construir uma vida nova, e era aquilo que eu tinha que fazer!"

Estas palavras parecem deixar bem evidente o quanto o convívio com os companheiros de sofrimento se pode revelar angustiante. Mas Goffman vai mais longe afirmando que este pode ser um dos maiores castigos para quem tem um estigma, sobretudo quando o indivíduo se considera perfeitamente integrado, acreditando assim ter ultrapassado o seu estigma. Neste caso, estaremos certamente perante um caso do que Goffman designa por *ambivalência de Identidade* e que não é mais do que a tendência que o indivíduo estigmatizado tem para "...estratificar os seus iguais conforme o grau de visibilidade e imposição do estigma. Ele pode, então, adoptar em relação àqueles que são mais evidentemente estigmatizados do que ele, as atitudes que os normais tomam em relação a ele." (Goffman, 1988:117)

Aliás, um outro tipo de resposta da pessoa estigmatizada à sua situação é precisamente tentar corrigir directa ou indirectamente aquela que considera a base objectiva do seu defeito. No caso do retornado, as dificuldades económicas, associadas à dificuldade de arranjar emprego, surgem como a tal situação que é imediatamente percebida como a base do seu defeito, é pelo menos aquela que é mais sentida pelo retornado. Daí que a primeira estratégia por ele adoptada seja a de alcançar uma condição económica mais favorável ou, se possível, recuperar o percurso de mobilidade social ascendente interrompido pelo retorno. Com isto, o retornado espera conseguir pôr fim ao seu estigma, ainda que de uma forma indirecta. Ele não deixará de ser um retornado, nem de se sentir como tal, mas pelo menos terá conseguido superar o estigma de desempregado e de despromovido socialmente.

" Aquilo que eu encarei como uma ofensa gravíssima (não me podiam chamar coisa pior), hoje, se me permite a expressão, virou-se o feitiço contra o feiticeiro, porque todos aqueles que vieram de Angola, de uma maneira geral, não estão bem na vida, mas também não passam fome. Provaram aos que cá estavam que é preciso ter muita força, mas que nós com muita força vencemos. Sinto muito orgulho, todos nós!"

Estas palavras, de outro dos nossos entrevistados, vêm de facto reforçar a ideia que o estigma de retornado se encontra subjectivamente associado às dificuldades económicas e que uma vez ultrapassadas, a condição de retornado deixa de ser sentida como um estigma (visto perder o seu sentido depreciativo), podendo mesmo constituir-se como uma fonte de orgulho. Mais uma vez, Goffman explica: "onde tal concerto é possível, o que frequentemente ocorre não é a aquisição de um *status* completamente normal, mas uma transformação do ego: alguém que tinha um defeito

particular se transforma em alguém que tem provas de tê-lo corrigido." (Goffman, 1988:18)

Paralelamente parece verificar-se um processo de socialização que Goffman designa como *aprendizagem do estigma*. Tal não é mais do que a apreensão e incorporação das normas e valores da sociedade envolvente, o que passa pela aceitação do seu próprio estigma de tal forma que ele se torne relativamente irrelevante e portanto deixe de constituir uma fonte de insegurança e de tensão nas relações sociais que estabelece com os «outros». A mesma entrevistada que reconhecia esconder por vezes as suas origens, afirma adiante:

"Hoje não tenho qualquer preocupação em dizê-lo! Quer dizer, posso estar num grupo e nem sequer referir isso, mas se de repente me lembrei por qualquer razão... E digo isso sem qualquer problema, porque a partir desse momento eu não noto qualquer diferença no comportamento das pessoas em relação a mim. Mas no passado não era assim!"

Mais do que demonstrar o processo de aprendizagem do estigma de que nos fala Goffman, esta passagem deixa antever uma outra questão que no caso dos retornados nos parece bem mais importante, é que também a sociedade portuguesa parece ter passado por um processo de normalização, pelo qual aprendeu a conviver e a aceitar os retornados como normais. Na perspectiva de Goffman, o que está aqui em causa é também aquilo que ele designa com a *história natural do próprio estigma*, isto é, a sua origem, difusão e progressiva perda de capacidade de estigmatização. É aliás por isso que 20 anos depois do retorno parece fazer mais sentido falar de rotulagem do que de estigmatização relativamente à situação do retornado. Embora persista, a característica distintiva perdeu o seu peso negativo passando por um processo que poderemos designar por inversão do estigma e que não é mais do que transformar o facto de ser retornado num trunfo e até em fonte de orgulho.

Do Estigma ao Rótulo

Na verdade, ao longo dos últimos vinte anos, os retornados souberam fazer uma apropriação das características positivas do grupo e hoje são rotulados de uma forma mais favorável.

De modo a analisarmos convenientemente o processo desta rotulagem e da alteração do seu sentido ao longo do tempo, recorreremos ao trabalho teórico produzido por Howard Becker em "Outsiders".

Antes de mais, cabe aqui referir que "o acto de rotulagem é uma construção levada a cabo pelos organizadores morais de cada sociedade" (Becker, 1973: 179). Assim sendo, tal acto não deve ser concebido como a única explicação para o que é ou não é alegadamente correcto ou para o que é ou não é positivamente rotulado.

Adaptando os conceitos de "obedient" e "rule-breaking" ou de "commission" e "noncommission", podemos afirmar que os residentes portugueses são o grupo que se define como "obedient" e que actuam de foma "commission" pois não saíram do seu país e não viveram num sistema colonial. Foi este grupo que rotulou a população retornada como sendo um grupo de comportamento "noncommission" e de "rule-breaking" ou seja, como um grupo desviante. Para Becker, "Os grupos sociais criam o desvio ao fazerem as normas cuja infracção constitui o próprio desvio, e ao aplicarem essas normas a determinados indivíduos e ao rotularem-nos como marginais. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do acto que uma pessoa pratica, mas antes a consequência da aplicação, por parte dos outros, das normas e das sanções ao desviante". (Becker, 1973: 9)

Na verdade, ao retornado foram muitas vezes associadas as ideias de *racista*, *altaneiro*, *responsável por todos os males que existiam em Portugal*. Funcionavam mais ou menos como um bode-expiatório para a má situação socio-económica a que o regime fascista induziu, esquecendo-se dos seus aspectos positivos como o *dinamismo*, a *franqueza*, o *espírito de iniciativa* e o *conhecimento* que esta população trouxe para Portugal. Tais características só posteriormente foram reconhecidas e incluídas no seu "rótulo".

"Enquanto que antigamente se atribuía todos os males aos retornados, muitos desses retornados conseguiram começar do zero e conseguiram produzir algo de bom. (...) Por isso acho que hoje as pessoas já têm outra maneira de ver os retornados. Acho que já somos mais respeitados".

No seu trabalho, Becker refere a existência de um poder diferencial no momento em que os grupos sociais se definem uns aos outros. O grupo que num determinado momento se encontra na posição de superior, utilizará o seu poder para definir o modo como os outros grupos serão considerados, compreendidos e tratados. Quanto ao grupo subordinado, apesar de também definir os outros actores sociais, a sua

rotulagem não será aceite como a verdadeira pois os meios e o poder com que o fazem não são os momentaneamente legítimos.

Assim sendo, facilmente compreenderemos que o grupo subordinado dos retornados foi exteriormente definido e rotulado pelos residentes, enquanto que a sua caracterização da população portuguesa não foi tida em conta. Esta situação deve-se ao facto de que na altura do retorno quem detinha o "monopólio da verdade" e a "wholestory" aclamada pelos indivíduos das posições de poder e de autoridade eram os residentes e não os retornados.

"Quando regresssei acho que desejei ser mesmo africana porque nós fomos muito mal recebidos aqui. Todos os males que tinham vindo para este país tinham sido por causa dos retornados; Não haviam empregos por causa dos retornados. Às vezes ficava manhãs inteiras num cantinho da sala de espera do hospital a ouvir as coisas mais incríveis sobre nós. (...) Quando chegámos fomos muito hostilizados, o retornado foi muito hostilizado. (...) Quando oiço falar em retornados, ai..., dá-me uma aflição porque lembro-me daquele tempo da chegada de África. É uma coisa que nos marca. Isso foi uma época que me marcou bastante, mas pelo negativo. Porque me sentia posta à margem, hostilizada na minha própria terra".

Para Becker, a raiz do desvio está na própria ordem social e no processo desencadeado pelo controlo social. A partir do momento em que os indivíduos não se integram normativamente nessa ordem, não lhes resta outro caminho que não o de evoluir para comportamentos desviantes. As normas e a moral que os grupos sociais utilizam funcionam como produtores de estigma e de uma rotulagem negativa que, em última análise, gera o desvio. Assim sendo, o controlo social funciona mais como elemento de desorganização social do que como elemento de socialização e de coesão social.

Segundo Becker, devemos estudar todas as partes que entram no "drama do desvio" pois todas as actividades - desviantes ou não desviantes - requerem a cooperação aberta ou implícita de pessoas ou de grupos para que as acções ocorram. Assim, o desvio é uma acção colectiva na qual participam os indivíduos que cooperam na produção do acto em questão e os indivíduos que cooperam no drama da moralização pelo qual o "wrongdoing" é descoberto e negociado. De facto, seria sociologicamente interessante analisar, para além do grupo dos retornados, o grupo dos residentes e a forma como eles definiam e definem o primeiro grupo. Por não caber nos âmbito do nosso projecto, dadas as limitações que lhe são inerentes, não faremos aqui esta abordagem, mas deixamos a sugestão para futuras investigações.

Como nota, referiremos que ao tratarmos o grupo dos retornados como desviante aquando da sua chegada a Portugal se deve ao facto de eles terem sido definidos como tal e não porque nós os consideremos assim.

Na verdade, os actos desviantes e as definições de desvio variam ao longo do tempo. Assim, um acto pode ser definido ou rotulado como não-desviante num dado momento e pode ser desviante num outro momento. É à luz deste pressuposto que verificamos que a forma como os retornados foram rotulados há vinte anos atrás é diferente da forma como hoje são rotulados. Enquanto há vinte anos atrás os retornados eram estigmatizados, hoje são muitas das vezes admirados e louvados.

"Hoje já nem ligo e hoje praticamente isso já nem se houve dizer. Às vezes são os próprios retornados que dizem uns aos outros por brincadeira: «Adeus oh retornado!», mas por brincadeira, porque praticamente essa palavra já foi esquecida. Nós integramo-nos no sistema e a maioria vingou, vingou e lutou mais do que os outros que estavam habituados a uma vida mais calma, àquela vida que existia em Portugal".

Trajectória individual e identidade pessoal

Parecem não restar dúvidas que os retornados constituem uma categoria particular de indivíduos, dotados portanto de uma identidade social própria. Não obstante, se é verdade que não podemos compreender as relações sociais que o retornado mantém com os outros indivíduos sem atendermos à sua condição de estigmatizado ou rotulado, também não o poderemos fazer sem levar em linha de conta a sua trajectória individual, isto é, a sua própria biografia.

Neste sentido, somos obrigados a reconhecer que, ao lado da sua identidade social, o retornado tem também uma *identidade pessoal*, que resulta de uma série de factos biográficos e que lhe confere uma certa unicidade, a qual não pode ser totalmente desligada da sua identidade social, na medida em que a estrutura. A este propósito, é preciso não esquecermos o que atrás ficou dito acerca da constituição do grupo e da possibilidade de dentro dele poderem existir diferenciações internas, mais ou menos significativas.

Relativamente à biografia, e voltando aos trabalhos de Goffman, parece-nos interessante referir a distinção que este autor faz entre *factos biográficos activos* e *inactivos*. Esta distinção, parece-nos interessante, na medida em que chama a atenção para o facto de nem todos os acontecimentos na vida de um indivíduo serem

relevantes para a sua trajectória individual. Muitos dos acontecimentos biográficos revelam-se como momentos mortos, já que não se revestem de um significado especial para o indivíduo e por isso acabam por não ser sequer referidos. Os factos biográficos activos, pelo contrário, revelam-se como momentos decisivos na vida do indivíduo e por isso se tornam centrais no seu discurso biográfico. Acrescente-se que esta centralidade pode ser inconsciente, mas de alguma forma acaba por estruturar a própria reconstrução que o indivíduo faz da sua trajectória individual, e no nosso caso específico, do próprio processo de descolonização.

Esta distinção parece-nos tanto mais relevante quanto permite abordar uma outra questão que é a possibilidade de encontrarmos entre os retornados casos de *descontinuidades biográficas*. Segundo Goffman, estas descontinuidades podem surgir quando um indivíduo abandona uma comunidade na qual residiu bastantes anos e onde naturalmente construiu uma determinada identificação pessoal. Ora, ao integrar-se numa nova comunidade, no nosso caso na sociedade portuguesa, é natural que o retornado se modifique (até por força do processo de integração social que lhe é exigido) e portanto, que a sua biografia apresente discrepâncias significativas entre estes dois momentos. Contudo, estas descontinuidades, de uma maneira geral, não representam uma ameaça para o retornado visto que não põem em causa a sua vivência anterior, apresentam-se antes como simples lacunas. Uma amputação, para utilizar as palavras de uma das nossas entrevistadas:

"... quer dizer, eu faço a minha vida normal, nem sequer me lembro, mas há de facto uma falha de 20 anos na minha vida, que não está cá! Aquelas referências, a escola, os colegas de escola... Eu tenho um colega que nasceu cá, conhece toda a gente que anda por aí, cumprimenta toda a gente... é esta parte que me falta! É uma amputação! É que não só não está perto, como já nem existe!"

II - Abordagem Metodológica

1. Formulação de Hipóteses

Tendo como principal problemática a questão da integração da população retornada na sociedade portuguesa, partimos para esta investigação de um conjunto de sete hipóteses formuladas com base na já referida escassa bibliografia que encontramos sobre este assunto.

A primeira destas hipóteses, e que poderemos considerar como a nossa hipótese central, parte da afirmação feita por Fernando Barciela Santos de que Angola constituía, além de uma colónia de exploração, uma colónia de povoamento, o que não acontecia com as outras colónias, nomeadamente com Moçambique.

«Porque se limitaram a trasladar a cultura portuguesa para Angola, os colonos angolanos viveram menos a cultura africana do que os de Moçambique. Se tal se vier a confirmar, os retornados de Angola poderão ter tido menores dificuldades de integração na sociedade portuguesa do que os de Moçambique.»

A segunda hipótese poderá formular-se da seguinte forma: *Trajectórias comuns entre retornados explicam uma certa identidade cultural independente das suas posições sociais.*

Relativamente à terceira hipótese por nós formulada diz respeito à *plausibilidade de se ter verificado uma retoma relativamente generalizada dos percursos de mobilidade ascendente, interrompidos com a descolonização.*

Quanto à quarta hipótese, parte da distinção feita por Ann Swedler relativamente à utilização dos repertórios culturais em períodos de estabilidade e instabilidade sociais. *No período de instabilidade que foi o 25 de Abril, alguns retornados souberam gerir o seu repertório de recursos culturais de modo a atingir lugares de destaque.*

Da mesma forma, *é provável que se encontrem entre os retornados orientações e atitudes favoráveis a um forte investimento na formação escolar, uma vez que foram os elevados níveis de qualificação e escolarização que facilitaram a absorção da população retornada na sociedade portuguesa.*

Por fim, a sexta hipótese tem por base a suposição de os vínculos familiares terem contribuído fortemente para a definição das zonas de acolhimento após o retorno. Sendo assim: *a Sociedade Providência parece ter sido mais eficaz dos*

que os apoios estatais no que diz respeito à integração dos retornados na sociedade portuguesa.

Paralelamente a estas hipóteses, que se centram fundamentalmente na primeira geração de retornados, procurámos ainda analisar a segunda geração, conceptualmente definida por nós como: *os filhos da primeira geração que, tendo nascido em África, regressaram a Portugal com os seus pais, sendo ainda crianças ou adolescentes*. Relativamente a esta população, a hipótese que colocámos foi a seguinte:

Haverá ou não uma recriação intergeracional da identidade de retornado, a qual justifique nos nossos dias alguma espécie de clivagem entre jovens residentes e jovens retornados? A ser verdade esta afirmação, poderemos estar na presença de um mecanismo de reforço da coesão deste grupo social.

Tidas em conjunto, primeira e segunda geração de retornados do ultramar, afigura-se-nos então uma última hipótese que poderemos considerar final para a nossa investigação:

A verificarem-se, as fortes referências identitárias e coesão do grupo social dos retornados, promovem uma estratégia de auto-exclusão que nos permite considerá-los como uma comunidade autónoma, na sociedade portuguesa.

2. Procedimentos de Pesquisa

2.1 Métodos e Técnicas de Investigação

Tendo em conta o nosso objecto de investigação e as hipóteses de trabalho por nós definidas, a oralidade surgiu-nos como a forma mais legítima de o abordar. Desde logo, porque se trata de uma população bastante alargada e dispersa, cujo conhecimento prévio é praticamente impossível, levando-nos a pôr imediatamente de parte a hipótese da observação directa ou da análise quantitativa.

Paralelamente, acreditamos que o método biográfico constitui o método mais apropriado para analisar a adaptação de um grupo social a um contexto social novo, sempre que isso implique a redefinição da sua identidade e das suas relações com os outros. Em nosso entender, é o ponto de vista subjectivo dos actores sociais envolvidos, nomeadamente o significado que atribuem às suas

acções e às relações que mantém com os restantes actores sociais, que deve ser privilegiado sempre que estão em causa fenómenos de aculturação, emigração, relações interétnicas, transformações sociais ou económicas.

Neste sentido, as histórias de vida constituíram ao longo do nosso trabalho de investigação o método de recolha de informação privilegiado. Mais especificamente, recorreremos ao cruzamento de várias histórias de vida como forma de alcançar uma perspectiva mais alargada do fenómeno social do retorno.

Relativamente ao método de trabalho por nós adoptado, é de salientar ainda que, tendo em conta a nossa primeira hipótese, analisámos separadamente o caso de Angola e de Moçambique, procedendo de seguida a uma análise comparativa.

A nossa opção metodológica assenta na concepção da representatividade em função da exemplaridade dos casos seleccionados, na sua adequação à análise comparativa e na sua capacidade de testar hipóteses e teorias seleccionadas. Por oposição à representatividade estatística, a representatividade pela exemplaridade ganha relevância e significado pela intensividade do estudo que viabiliza, em detrimento da exaustividade. Naturalmente, esta abordagem impõe algumas limitações ao nível das conclusões a retirar de um estudo como este, sobretudo no que diz respeito à sua capacidade de generalização, contudo, permite detectar fenómenos e significados a que só através de um estudo pormenorizado de um número limitado de actores poderemos chegar. Julgamos, contudo, que esta abordagem não invalida, numa fase posterior, o recurso a métodos complementares de natureza quantitativa que, por demasiado ambiciosos, não cabem no âmbito do nosso projecto de investigação, ainda que bem vindos numa investigação futura.

No que diz respeito ao número de biografias a recolher, apontámos no início do nosso estudo para a realização de cinco relatos para cada um dos casos a analisar, Angola e Moçambique, sendo definido à partida que o nosso fechamento analítico se daria pela saturação da informação. Neste sentido, recolhemos apenas oito biografias, visto que a partir da terceira, para cada caso, a quantidade de elementos introduzidos começava a decrescer.

Visto que as histórias de vida constituem o tipo de entrevista não directiva por excelência e o que nos interessava era captar os relatos dos nossos entrevistados nos seus próprios termos, foi dada uma grande margem de liberdade aos nossos entrevistados no que diz respeito à organização e ritmo dos seus discursos biográficos. Mas porque acreditamos que a liberdade de palavra pode e deve ser controlada e que a não directividade pura não existe, elaborámos um guião de entrevista ainda que, naturalmente, pouco estruturado. Assim, optámos por organizar as várias sessões, com cada um dos nossos entrevistados, em função de

quatro grandes momentos que considerámos fundamentais nos seus percursos: a partida para África, a estadia, o retorno e a actualidade. Por fim, reservámos uma secção para um conjunto de questões que considerámos mais ou menos transversais e que designámos como perguntas de opinião.

Dentro de cada uma destas secções, cuja linearidade é meramente metodológica visto haver interacções evidentes, delineámos um conjunto de tópicos que considerámos relevantes para cada um destes momentos e aos quais recorreremos como uma espécie de *recordatária* (ver anexo I). Esta preocupação adicional prende-se com as exigências que a comparatividade impõe a partir do momento em que optamos por recolher histórias de vida múltiplas. De facto, o cruzamento das várias histórias de vida só faz sentido se cada uma delas corresponder a um desenho mais ou menos homogéneo.

Resta sublinhar que por se tratar de um tipo de entrevista pouco directiva, a sua complexidade é acrescida, por outro lado exige um esforço de atenção suplementar, não só porque é necessário encorajar o nosso interlocutor a prosseguir o discurso nos seus próprios termos, mas também porque toda a informação não-verbal é importante e por isso deve ser anotada. Este conjunto de razões justificaram que todas as sessões fossem gravadas. Estas gravações foram ouvidas antes de cada nova sessão, de modo a permitir eventuais rectificações ou aprofundamentos, sendo posteriormente transcritas e acompanhadas das anotações que julgámos relevantes.

Relativamente à segunda geração, considerámos que, por se tratar de uma população mais jovem, não se justificava a realização de histórias de vida. Recorremos então a um tipo de entrevista semi-directiva, durante a qual mantivemos a estrutura em torno dos três momentos fundamentais (excluímos naturalmente a partida), tendo adaptado a esta população os tópicos a abordar (ver anexo VIII). Quanto ao número de entrevistas realizadas, mantivemos a amostra de quatro, embora reconheçamos que esta população justificasse um número mais alargado. Contudo, esta população revelou-se especialmente difícil de contactar, além do que, julgámos que a diversidade de variáveis por nós encontradas entre esta população mereceria uma análise de carácter quantitativo.

2.2 Incursão no Terreno

Antes de mais, convém sublinhar que o nosso terreno de investigação foi circunscrito ao Distrito de Leiria, onde considerámos reunir melhores condições de acesso às fontes de informação. Tal deveu-se ao facto de considerarmos que o

conhecimento prévio de alguns retornados constituía a melhor forma de chegarmos até eles.

Neste sentido, começámos por contactar a ACRENARMO (Associação Cultural e Recreativa de Naturais e Ex-Residentes de Moçambique), sediada em Leiria, a fim de estabelecer os primeiros contactos com a população retornada. Da mesma forma, aproveitámos a nossa familiaridade prévia com alguns retornados para levar a cabo algumas conversas informais, o que nos permitiu uma primeira aproximação ao terreno.

Estas conversas informais, juntamente com as leituras por nós realizadas permitiram-nos a familiarização com o tema, a qual se revelou fundamental para a definição da nossa problemática de investigação.

Foram também estes primeiros contactos que nos permitiram o acesso aos nossos entrevistados, indicando-nos quem poderíamos entrevistar e nalguns casos apresentando-nos a eles, funcionando assim como intermediários.

2.3 Caracterização dos Actores e Situação de Entrevista

A caracterização dos indivíduos entrevistados no âmbito desta investigação parece-nos justificar-se na medida em que permite evidenciar atributos pessoais que poderão vir a revelar-se significativos na análise das percepções que estes actores têm do retorno. Da mesma forma, julgamos que as condições em que decorreram as entrevistas podem vir a revelar-se importantes para a sua análise.

Começemos então pelo caso de Angola. Relativamente aos quatro entrevistados da primeira geração, convém referir que se trata de duas mulheres e dois homens, rondando os primeiros os 80 anos de idade e tendo emigrado para Angola nos anos 40, ambos com família já constituída, embora Jorge tenha partido sozinho e António com a família. Quanto às nossas entrevistadas, Teresa tem cerca de 50 anos, foi para Angola com 6 e tinha já estado a estudar em Portugal, onde tinha os seus pais. Lurdes ronda os 45, nasceu já em Angola e tinha vindo a Portugal apenas em criança. Contudo, considerámos que o seu testemunho seria tão válido como o daqueles que foram para as colónias em criança. Por coincidência, ou talvez porque os contactos foram sucessivamente estabelecidos em função uns dos outros, três dos nossos entrevistados são professores (um deles já reformado) e Jorge é empregado de escritório, igualmente reformado. Quanto à naturalidade, dos que nasceram em Portugal, apenas um nasceu na zona de Leiria, os outros dois nasceram na zona de Coimbra e Figueira de Castelo de Rodrigo.

No que diz respeito à situação de entrevista é de salientar que todos se mostraram bastante receptivos a falar da sua experiência. Depois de contactados por interposta pessoa ou por telefone, marcaram os encontros, sempre em suas casas.

A entrevista de Jorge, não deixa de ser curiosa por ser aquela em que o aspecto formal da entrevista mais se fez sentir. Assim que chegámos esperava-nos uma mesa com duas cadeiras que definiam o estatuto de entrevistador e de entrevistado e uma série de apontamentos que reuniu sobre a sua vida, depois de contactado e informado sobre o tipo de entrevista a realizar. Estes apontamentos, como que formalizando e organizando as suas respostas, deixaram transparecer desde logo a sua preocupação de permanecer fiel à história e a sua assunção do papel de *guarda da verdade*, bem como a importância que atribuiu à entrevista em si. Da mesma forma, a mulher esteve sempre presente, mas limitava-se a aparecer ocasionalmente e a intervir muito esporadicamente. Sugerindo uma pausa na entrevista foi-nos sempre oferecido lanche, ocasião que dava lugar a conversas mais informais, geralmente participadas pela mulher. Resta sublinhar que a utilização do gravador terá certamente contribuído para um certo retraimento inicial, o que se comprova por alguns pedidos de *off-record*, em assuntos em que se sentia menos à vontade. À medida que as sessões se foram sucedendo, tendo sido realizadas 4 sessões consecutivas, esta formalidade foi diminuindo e o grau de confiança foi aumentando sucessivamente, dando lugar a um discurso mais fluído e informal. Abandonámos a mesa logo na segunda sessão e o *off-record* foi ainda algumas vezes pedido, mas para introduzir apartes considerados supérfluos para a entrevista por Jorge e que resultaram desta familiaridade crescente. A título de exemplo e por a considerarmos representativa, apresentamos no anexo II a transcrição desta biografia.

Já a entrevista com Lurdes foi marcada por um ambiente completamente distinto, se não oposto. Com toda a informalidade fomos convidados a sentar-nos no sofá de uma sala onde o marido esteve quase sempre presente, intervindo regularmente. Aliás, não deixa de ser curioso que por alguns momentos nos tenhamos sentido como que meros observadores de uma conversa entre marido e mulher, situação que não deixou de se revelar proveitosa para a nossa análise, na medida em que enriqueceu o conteúdo da entrevista, pelo acesso a diferentes perspectivas. No desenrolar da entrevista, durante a qual nos foi oferecido café, biscoitos e até doces, o nosso papel de entrevistador baseou-se quase exclusivamente em fornecer tópicos muito gerais, algumas das vezes bastou citar o momento em que iríamos centrar aquela sessão, a partir dos quais a nossa

entrevistada nos foi relatando de uma forma fluida, entusiástica e por vezes quase anedótica, os episódios mais marcantes da sua vida.

Quanto à entrevista com António foi a que nos apresentou maiores dificuldades por ser aquela em que a assimetria dos papéis de entrevistador e entrevistado mais se fez notar. De facto, a concepção tradicional de entrevista que Alexandre manteve ao longo das várias sessões, forçava-nos ao formato pergunta-resposta que, de alguma forma, fugia ao tipo de entrevista que pretendíamos realizar. Embora inúmeras vezes tendesse a afastar-se do tema da nossa entrevista para relatar alguns episódios, o momento seguinte era sempre de uma forte expectativa quanto à questão que lhe seria colocada de seguida. A partir da segunda sessão, a mulher passou a estar presente e a intervir activamente, ajudando o nosso entrevistado a recordar situações e associações esquecidas

Quanto à entrevista com Teresa, pouco há a salientar. Durante as três sessões, que decorreram num quarto de modo a evitar interrupções, a nossa entrevistada falou de modo igualmente fluído e linear sobre a sua experiência. Foi, no entanto, a única que confessou ser-lhe um pouco difícil falar do retorno, revelando uma certa angústia em recordar aquele que foi afinal o período mais difícil da sua vida.

No que diz respeito à segunda geração, reunimos uma professora de aeróbica que veio de Angola com 6 anos, sendo também o seu pai natural de Angola, (Sónia); um economista, que tinha também 6 anos quando chegou a Portugal (Manuel); e dois estudantes, que tinham aquando do retorno dos seus pais 3 e 4 anos (Vitor e Carlos). Resta salientar que Carlos e Manuel são irmãos e filhos de Teresa, a fim de melhor analisarmos a influência familiar na eventual recriação intergeracional da identidade de retornado.

Quanto à forma como decorreram estas entrevistas gostaríamos apenas de salientar que nos deparámos em alguns casos com uma certa inibição e impaciência, o que poderá ter resultado da familiaridade prévia com o entrevistador e a sua conseqüente suspensão temporária. A preocupação de demarcar os limites entre a entrevista e a conversa instalou a expectativa de que a entrevista decorresse segundo o formato de pergunta-resposta, o que pensamos ter empobrecido as entrevistas em termos de fluidez e pormenor. Também aqui optámos por apresentar, como exemplo, a transcrição da entrevista com Carlos no anexo IX.

Quanto ao caso de Moçambique, entrevistámos quatro indivíduos da primeira geração. A primeira entrevistada foi Antónia com a qual já tínhamos um conhecimento prévio. Ao contactá-la por telefone a sua predisposição para

colaborar nesta investigação foi notória. Antónia tem cerca de sessenta anos e é a única entrevistada da primeira geração que nasceu em África. Relativamente à situação de entrevista, convém referir que esta ocorreu em sua casa no espaço onde actualmente dá aulas de inglês. Foram feitas quatro sessões durante as quais o clima de cumplicidade foi crescendo. Neste caso, assim como em todas as entrevistas da primeira geração, a narração autobiográfica decorreu num ambiente no qual o papel de entrevistador e de entrevistado estava claramente definido.

A segunda narrativa bigráfica foi concedida por Carla com a qual também já tínhamos conhecimento prévio. Carla foi para Moçambique juntamente com a mãe e a irmã para juntarem-se ao pai e tinha na altura dez anos. O seu local de partida e de naturalidade é Freixeda do Torrão, uma aldeia perto de Figueira de Castelo Rodrigo. Esta entrevistada tem cerca de cinquenta anos e é doméstica. A entrevista ocorreu num quarto da casa e de um modo mais ou menos formal. Foram feitas três sessões ao longo das quais a nossa entrevistada foi-nos mostrando fotografias da sua passagem por Moçambique e alguns poemas escritos por ela onde o tema principal é África. Apesar da proximidade entre nós e a narradora, os papéis de entrevistador e de entrevistado foram sempre diferenciados. Contudo, não podemos esquecer que as entrevistas com indivíduos com os quais temos uma grande proximidade podem provocar o encurtar da narrativa uma vez que estes pressupõem que nós já conhecemos os factos e por isso não vêm a necessidade de os repetir, a não ser que sejam directamente interrogados.

De seguida entrevistámos António que é um empresário com cerca de sessenta anos de idade. Nasceu em Lisboa e foi para Moçambique com dezoito anos. Quanto à situação de entrevista, ela ocorreu no seu local de trabalho e decorreu de uma forma bastante sintética mas com muita clareza. Devido a este facto, esta autobiografia foi por nós escolhida para aparecer no anexo III. Foram apenas marcadas duas sessões ao fim das quais os temas principais estavam abordados. Não podemos esquecer no entanto que, a par destas sessões formalmente marcadas, e uma vez que o conhecimento com a maioria dos nossos entrevistados era prévio, socorremo-nos muitas das vezes de conversas informais através das quais recolhemos informações importantes para a nossa investigação.

A última história de vida por nós recolhida foi narrada por Filomena, uma empregada de escritório com cerca de cinquenta anos de idade que nasceu no Distrito de Leiria. Foi para Moçambique com dezoito anos de idade para se juntar ao marido que já lá trabalhava e só regressou três anos depois da independência.

Depois de marcarmos o dia da entrevista, foram feitas duas sessões nas quais a disposição e o acolhimento foram bastante positivos. Recebidos na sala, foram-

-nos oferecidos bolos e bebidas e depois dos primeiros minutos já estávamos completamente ambientados. Convém referir que esta foi a única entrevistada com a qual não tínhamos conhecimento prévio. Também foi a única entrevistada que narrou a sua biografia acompanhada pelo marido com o qual mantinha pequenos diálogos sempre que era necessário precisar nomes ou datas.

No que diz respeito à segunda geração, recolhemos quatro entrevistas. Três dos nossos entrevistados são irmãos, empresários, e tinham respectivamente aquando do retorno, quinze anos (Jorge), doze anos (Paulo) e nove anos de idade (Manuel). A outra nossa entrevistada (Cristina) é uma recém licenciada em Relações Internacionais e tinha três anos quando chegou a Portugal. Em virtude da menor idade e do nosso conhecimento prévio, as situações de entrevista decorreram de um modo menos formal do que as da primeira geração. Duas das entrevistas tiveram lugar no quarto, uma na sala e outra numa varanda. Todos eles, sem excepção, demonstraram um enorme prazer em ceder a entrevista. Algumas das vezes, não foi necessário colocar certas perguntas que faziam parte do guião uma vez que, por si próprios eles iam respondendo às questões que nós pretendíamos colocar. Neste caso optámos por apresentar, como exemplo, a transcrição da entrevista de Paulo no anexo X.

3. Procedimentos de Análise

A análise de conteúdo constituiu sem dúvida o método de tratamento da informação por nós privilegiado, por o considerarmos o único capaz de captar a riqueza de formas e conteúdos de um discurso tão livremente produzido como o das histórias de vida ou das entrevistas abertas, no caso da segunda geração.

Neste sentido, a escolha dos actores citados por parte dos nossos informantes, a sua frequência ou ausência e o modo como foram dispostos ao longo dos relatos, foram elementos que assumiram para nós especial importância, pois foi através deles que tentámos descodificar as representações sociais e os juízos que a nossa população produz à cerca do fenómeno social do retorno.

Relativamente à forma como procedemos à análise de conteúdo, é de salientar que, mais do que uma análise temática, procedemos a uma análise por actores sociais ou acções, acreditando que o conteúdo dos discursos dos nossos entrevistados podia ser concentrado sobre algumas personagens ou situações e sobre o tipo de relações que com elas estabeleciam. Neste tipo de análise, a análise das correlações, enquanto associação de actores sociais e de estes a determinados temas ou acções, assumiu particular relevância por nos permitir

conhecer as interpretações, representações e sensibilidades da nossa população, bem como as reacções latentes ao fenómeno social dos retorno.

Elaborámos então grelhas de análise das biografias (anexos IV e V) e das entrevistas com a segunda geração (anexos XI e XII) através das quais procurámos reconstruir os discursos dos nossos entrevistados, adoptando como categorias de análise os actores sociais ou as acções relevantes para cada um deles. A comparação das diferentes relações estabelecidas ou das atribuições de causalidade foi feita com base num quadro onde sintetizámos as principais categorias encontradas (anexos VI e VII para a primeira geração e XIII e XIV para a segunda). Comparação esta que diz respeito, não só à comparação final entre o caso de Angola e Moçambique, mas a uma comparação constante entre as várias entrevistas, que subjaz à noção de histórias de vida cruzadas e entrevistas múltiplas.

III - O Caso Angolano

Partindo da análise de conteúdo dos quatro relatos biográficos por nós recolhidos (anexo IV) procurámos então encontrar um núcleo duro de actores sociais ou personagens relevantes para os nossos retornados, estabelecendo o tipo de relação que estes mantêm com cada um deles.

Neste sentido privilegiámos na nossa análise uma perspectiva relacional. Não obstante, encontrámos também algumas categorias causais importantes, associadas a determinadas acções. Analisando cada uma destas categorias procurámos então chegar a uma caracterização mais ou menos comum dos retornados de Angola, sem perder de vista os limites que um estudo como o nosso levanta ao nível da generalização.

O Intermediário

Para a maioria dos nossos entrevistados o intermediário, entendido como o indivíduo que viabilizou a sua ida para Angola, assume um papel importante na sua vida, nomeadamente no momento da chegada a Angola.

Convém aqui referir que todos eles foram para Angola nos anos 40, altura em que para ir para Angola era ainda necessária a *carta de chamada*, um documento no qual constava que havia alguém na colónia que se responsabilizava pela sua subsistência nos primeiros tempos e que lhes arranjaría trabalho, assegurando desta forma a sua integração imediata. É portanto natural que o intermediário desempenhe um papel decisivo para a integração do emigrante português na sociedade colonial angolana. Ele funciona como o elo de ligação entre a vida vivida em Portugal e a nova realidade angolana, a pessoa que o seduziu a ir para Angola e frequentemente a única pessoa que lá conhece.

Parece-nos significativo que para quase todos os nossos entrevistados o intermediário tenha sido um irmão ou irmã, indicando assim a importância que teve a via familiar na decisão de ir para Angola. Neste sentido, parece-nos estarmos na presença de uma migração de tipo familiar, que de alguma forma ajuda a explicar a existência de focos de partida bem delimitados. Esta ideia é aliás avançada por uma das nossas entrevistadas:

"No fundo foram-se ajudando uns aos outros e acabou por cair lá tudo! Esse tio onde está a minha filha era um dos irmãos mais novos do meu pai. Ele foi para lá muito jovem e os irmãos ajudaram-no, nomeadamente o meu pai que o ajudou monetariamente para ele estudar!"

O que está em causa não é tanto a causa da emigração, mas sim a escolha de Angola como destino. De facto, o motivo da saída de Portugal é sempre prioritariamente económico, os nossos entrevistados foram para Angola em busca de uma vida melhor e por isso encontramos, nos levantamentos por nós consultados, as regiões deprimidas do norte e centro interiores como as principais zonas de partida, nos anos 40. É essencialmente a escolha do destino que nos parece ser condicionada por esta migração familiar e pela necessidade da *carta de chamada*. Se não vejamos as palavras de um dos nossos entrevistados:

"Eu já devia ter ido para Moçambique 6 anos antes. Estava lá um Governador que tinha sido professor da minha irmã e ela falou-lhe. Mas quando eu estava com tudo tratado, ele saiu de lá. Nessa altura já não fui e tive que me arranjar em Coimbra! (...) Entretanto escreve-me o meu irmão de Angola, rapaz que eu mal conhecia e que seria 8 anos mais velho do que eu e disse-me: «Vens para Angola porque aqui toda a gente se safa e tu já nem precisas mais do Magistério Primário!»."

A Metrópole

Sendo Angola uma colónia portuguesa, preocupámo-nos em identificar a existência de laços com a Metrópole durante a estadia em Angola e em estabelecer o tipo de relação que os nossos entrevistados com ela mantinham. Procurávamos com isto descobrir até que ponto os colonos de Angola possuíam uma identidade portuguesa ou se, pelo contrário, se identificavam como angolanos ou africanos.

Concluímos então que o afastamento era uma constante, ainda que com algumas variantes, e que este era particularmente notório nas camadas mais jovens que tinham já nascido em Angola ou emigrado para lá em crianças.

Assim, relativamente àqueles que foram para Angola já em idade adulta, nomeadamente os que haviam já constituído família em Portugal, o afastamento era essencialmente geográfico. Porque ficava longe e o único meio de transporte que havia era o marítimo, era raro virem a Portugal. Mas identificaram-se sempre como portugueses e aproveitavam sempre que tal lhes era concedido, as chamadas "férias coloniais" ou "graciosas". Se a maioria não enviava poupanças

para Portugal era porque não tencionava regressar e por isso investia tudo em Angola, ou simplesmente porque havia fortes limitações à saída de divisas, se não vejamos:

"Quis sempre ser português, mas repare bem: Uma coisa é ter nacionalidade portuguesa, outra coisa é viver cá. Não queria viver cá!"

Para esta geração, Angola seria sempre uma colónia portuguesa. Estar em Angola era, de facto, estar em Portugal, até porque em termos culturais tinham procedido a uma *trasladação* de costumes e tradições da Metrópole para Angola. A ligação com a Metrópole era portanto significativa embora *sui generis*.

É também nesta geração que nos aparece um outro tipo de relação com Portugal, e que podemos designar de contribuição. Associado ao orgulho que sentem em ser retornados, estes consideram ter constituído um factor de desenvolvimento para Portugal após o retorno, dado o dinamismo e espírito de iniciativa que existia entre os colonos angolanos.

"Também é verdade que Portugal não perdeu com a nossa vinda para cá, quem perdeu foi Angola. As pessoas que para cá vieram, e não foram poucas, não envergonharam Portugal. Portugal não se envergonhou dos seus filhos que voltaram cá!"

Já para as camadas mais jovens, que haviam nascido em Angola ou sido levados para lá em crianças, Portugal ficava bem mais longe. Frequentemente a única ligação que tinham eram os familiares que sabiam residir em Portugal, mas que mal conheciam e a quem eram obrigados a escrever ocasionalmente. Na melhor das hipóteses tinham alguma curiosidade em conhecer as suas origens e gostavam de cá vir passar as férias coloniais:

"Eu falo por mim... eu não tinha a mínima ligação com isto! Mas é que não tinha, tenho que ser franco! Mas é que nem tinha, nem tinha vontade de ter, as coisas são assim. Se tivesse, tinha aproveitado para cá vir, mas nunca quis! E eu julgo que isso era muito generalizado!"

Talvez por isso a perspectiva de ficar em Angola depois da independência fosse encarada com toda a naturalidade

"Sabe que nós também queríamos de alguma forma, não da forma como acabou por acontecer, mas no fundo nós também desejávamos a independência daquilo. Nós também vivíamos uma grande separação, não só geográfica, mas a todos os níveis. Portanto a nossa

ideia, o ideal para nós, era aquilo ser independente. O que é que nós tínhamos que estar agarrados a isto aqui? Isto não nos dizia nada! Especialmente na nossa geração, em que no fundo éramos nascidos lá, ou se não éramos nascidos lá, era o caso do meu marido que foi com 2 anos. Quer dizer, não tínhamos qualquer raiz cá e portanto não fazia sentido continuarmos agregados a isto!"

Os Governantes

Como seria de esperar, os governantes constituem o alvo privilegiado dos nossos entrevistados, mantendo com eles uma relação essencialmente de responsabilização e abandono.

Esta responsabilização não diz respeito apenas ao momento do retorno, à forma como decorreu o processo de descolonização e ao abandono em que então foram votados. Os Governantes e poderosos são apontados como responsáveis pelo ódio que os negros tinham em relação aos brancos, pelo desinteresse que manifestaram em relação a Angola até aos anos 60, pela forma desorganizada e descontinua como se fez o povoamento de Angola e pelo atraso no seu desenvolvimento económico devido às leis proteccionistas que regiam o comércio ultramarino.

Moçambique

Contrariando um pouco as nossas expectativas, a relação que os colonos angolanos mantinham com Moçambique era de uma certa dissociação. Embora relativamente próximo de Angola e sendo também uma colónia portuguesa, Moçambique constituía uma realidade à parte da angolana.

Na base desta diferença estava naturalmente a influência inglesa que, via África do Sul, lá se fazia sentir e que se reflectia tanto ao nível económico como social e cultural. De facto, Moçambique apresentava um índice de desenvolvimento maior do que Angola e isso reflectia-se no nível de vida dos seus colonos. Mas mais do que isso, era o *Apartheid* e os costumes e tradições inglesas que afastavam o colono moçambicano do angolano, gerando até uma certa rivalidade.

"...era frequente, nós comentarmos uns com os outros, até num termo assim um bocado chato: «Oh pá, aqueles gajos lá da outra costa têm um bocado de *peneiras*». Eles estavam ali pegados à África do Sul, onde havia contactos com pessoas mais civilizadas e onde o *Apartheid* era bem definido, e Moçambique foi desenvolvido junto a eles. Havia mais

desenvolvimento em tudo e eles tinham um bocado de sentimento de superioridade em relação a nós. Se perguntar a outras pessoas e elas forem sinceras, mais de 80% respondem-lhe isso porque nós sabíamos e comentávamos isso."

Hoje, parece que esta distinção tende a diluir-se pela experiência comum do retorno. De facto, a aproximação que todos os nossos entrevistados reconhecem existir entre os retornados, estende-se aos retornados de Moçambique:

"Só porque a gente sabe que estiveram lá e que vieram nas mesmas condições que nós, o que viveram antes não conta, temos uma situação semelhante, falamos da mesma coisa e orgulhamo-nos daqueles que conseguiram libertar-se pelo menos da fome!"

Angola

Angola é sem dúvida a grande referência de todos os nossos entrevistados e por isso a categoria que mais espaço ocupa nos seus discursos, ainda que o tipo de relação se vá alterando invariavelmente, em função do momento da sua vida que nos estão a relatar.

Assim, no momento da chegada a Angola, apenas um dos nossos entrevistados confessa ter-se arrependido. Mas mesmo este, rapidamente se rendeu aos encantos de Angola. Estes encantos, segundo os nossos entrevistados, não se encontravam apenas na beleza natural do país, a qual se diz exercer um forte feitiço sobre quem lá passa, mas também nas próprias pessoas e no seu modo de vida. O fascínio que sentiam por Angola era indissociável do modo aberto e descontraído como as pessoas se relacionavam entre si.

"Lá havia uma abertura tão grande que as pessoas não se conheciam mas recebiam toda a gente de braços abertos. Em qualquer sítio, não precisávamos de conhecer, se a gente passasse numa quinta e batesse à porta, entrava-se e sentava-se à mesa como se fosse da mesma família e se conhecessem bem!"

Da mesma forma, todos referem a abundância e o conseqüente bem-estar que se vivia em Angola, embora a geração mais nova tenda a relativizar a ideia de abundância, preferindo falar de bem-estar relativo. O que é um facto e que não só os salários eram melhores do que em Portugal e havia uma grande variedade de actividades a que as pessoas se podiam dedicar com sucesso, como tudo era mais barato, devido à abundância que resultava da imensidão e riqueza natural de Angola.

"Angola Tinha água por todos os lados, tinha altitudes que lhe davam todas as variedades de clima, de maneira que podia produzir de tudo! Aquilo era rico em sisal, café, hortaliças, arroz, milho, fruta... tudo se dava lá bem!"

Por tudo isto, a relação que os colonos angolanos mantinham com Angola era de uma forte identidade que se reflectia no desejo de lá permanecer para sempre e no investimento que faziam de todas as suas poupanças.

"Nós nunca queríamos deixar Angola, de maneira nenhuma! Aquela era mesmo a terra que nós amávamos e na qual apostávamos tudo, onde nós gostávamos de viver e trabalhar!"

Uma vez obrigados a regressar, e passados 20 sobre o retorno, ficou a saudade. Contudo, apenas um dos nossos entrevistados regressou a Angola e nenhum outro tem vontade de o fazer. De facto, o medo da desilusão parece mais forte do que a saudade que sentem, preferindo reter a imagem daquilo que conheceram.

Não obstante, à medida que os relatos avançam, os nossos entrevistados começam a colocar a hipótese de um dia visitar Angola se a situação de guerra se resolver. Mas referem que tanto Angola como a própria sociedade angolana, tal como a conheceram, já não existe e portanto é impossível reviver o passado. A sensação que fica é então a de *amputação* como bem descreve uma das nossas entrevistadas:

"Em relação a mim o que eu noto é que... quer dizer, eu faço a minha vida normal, nem sequer me lembro, mas há de facto uma falha de 20 anos na minha vida, que não está cá! O meu crescimento, no fundo, não está cá! Aquelas referências, a escola, os colegas da escola... eu tenho um colega que nasceu cá, conhece toda a gente... e esta parte faz-me falta! É como que uma amputação! É que não só não está cá, como já nem existe. Quando a gente é emigrante sabe que se vier cá está cá! As coisas estão cá, a escola está no mesmo sítio, as pessoas continuam por aqui. Metade da terra estará lá, mas as pessoas, que são quem faz a terra, de facto não estão!"

O Espírito Angolano

Com tanta ou mais relevância que Angola, o espírito angolano aparece, para alguns dos nossos entrevistados, como uma categoria autónoma, a qual serve na maioria das situações como contraponto para a realidade portuguesa.

De facto, ao contrário do que acontece com a categoria "Angola", o *espírito angolano* é uma categoria que permanece estável ao longo de todo o discurso dos nossos entrevistados. Embora reflectindo um processo de reconstrução da sua identidade após o retorno, na medida em que só faz sentido quando confrontada com o *espírito português*, é uma categoria que tanto é usada para descrever a vida na colónia como a própria integração na sociedade portuguesa.

Neste sentido, o *espírito angolano* é caracterizado pela descontração, no sentido de viver a vida dia após dia; pela abertura de espírito que proporcionava a facilidade no estabelecimento de contactos sociais diversificados; o convívio, como uma constante em todas as formas de actividade e tempos livres; a solidariedade; a integração social e racial; e o dinamismo típico de uma sociedade descrita como meritocrática.

Como alguns dos nossos entrevistados referem, geralmente o emigrante português em Angola não tinha família, pelo menos durante os primeiros anos de emigração. Tal parece explicar não só a necessidade de convívio e a sua abertura, na medida em que os amigos são tomados como uma grande família, mas também a ausência de uma estrutura social rígida e a consequente necessidade que cada um sentia de se afirmar por si próprio, pela sua personalidade e dinamismo. Longe da família, a grande maioria dos colonos encontrava-se mais desprotegido, mas simultaneamente gozava de uma maior liberdade de acção.

O Clima

Ainda que a hipótese anterior permaneça válida, o clima assume-se talvez como a mais forte condicionante do espírito angolano. Esta é aliás uma posição defendida por uma das nossas entrevistadas:

"Depois não posso deixar de referir o clima, de facto acho que o clima era espantoso e que se calhar o clima também foi uma grande determinante da maneira de ser das pessoas. Porque eu noto que as pessoas cá, quando chegam ao Verão..., e isso agora que eu sou uma realidade aqui, também acontece o mesmo comigo. No período de Inverno eu estabeleço menos relações, isolo-me mais porque o clima também não é favorável. No Verão a gente sai mais para a rua, vamos mais aos cafés, conversamos mais umas com as outras. Portanto há uma aproximação maior entre as pessoas. Se calhar, o clima é a chave desta questão, é capaz de ser a chave, não é?"

O Trabalho

Ao falarmos do dinamismo e espírito de empreendimento dos colonos angolanos, não podemos deixar de referir a identidade e orgulho que encontramos por parte dos nossos entrevistados, especialmente nos mais idosos, em relação ao seu emprego.

"Eu é que fiz as retretes e os balneários para os pretos. (...) A Biblioteca! Como é que eu fiz a Biblioteca? Ah foi com os porcos! Comecei a explorar os porcos, porque a comida que ia para os porcos eram os restos da mesa. (...) Tínhamos ali as oficinas para todos os garotos, fotografia... Tínhamos câmara escura, feita por mim e pelos meus pedreiros. Tínhamos um compartimento na cave que era a casa das malas, porque aquilo não havia uma casa onde os miúdos pudessem pôr as coisas. Passava na casa das malas a canalização para um poço exterior que estava sempre cheio de água porque às vezes faltava a água 2 e 3 dias. Câmaras frigoríficas também fiz e equipei. Fiz aquela cozinha toda em mármore, fiz uma *chitaca*, uma propriedade agrícola de onde iam todos os produtos que lá se gastavam. (...) aumentei os pomares, plantei 150 tangerineiras que ainda agora quando lá fui estavam tão lindas...!"

De facto, o trabalho assume-se como uma categoria central no discurso destes entrevistados, ocupando sensivelmente o mesmo espaço que Angola. Em nosso entender, tal deve-se fundamentalmente ao ritmo de crescimento que Angola conheceu a partir dos anos 60 e portanto ao orgulho que esta geração sente de ter construído um país do nada.

Da mesma forma, sendo um país em crescimento havia fortes oportunidades de enriquecimento e de ascensão social, tal encorajava as pessoas a investir todas as energias na sua actividade, ou mesmo em diversas actividades em simultâneo.

"No fundo as actividades estavam todas interligadas e desde que as pessoas fossem minimamente atrevidas e dinâmicas, conseguiam singrar na vida. Dada a própria imensidão e riqueza natural de Angola, havia não só muita variedade de matéria-prima, mas também um vasto mercado pronto a consumir tudo quanto se produzisse."

Este espírito de iniciativa é tanto mais relevante para os nossos entrevistados quanto, na sua perspectiva, foi o que lhes permitiu recuperar a sua situação económica, ou pelo menos subsistir, após o retorno. Contudo, é também esta dedicação ao trabalho e à construção de um país, o que mais revolta esta geração de retornados, sentem que dedicaram toda a sua vida a uma causa em vão, não tendo tido sequer direito às respectivas reformas.

Os Negros

A relação que os colonos angolanos mantinham e ainda hoje mantêm com a população negra é provavelmente a mais complexa que encontramos no nosso estudo. Os sentimentos que encontramos são extremamente diversificados, mesmo quando centramos a nossa análise num único entrevistado, chegando mesmo a ser contraditórios.

Em nosso entender, tal tem a ver desde logo com o facto de se tratar da categoria que sofre maiores alterações ao logo do relato. À medida que os nossos entrevistados relatam diferentes momentos da sua vida, o tipo de relação que descrevem com o negro diverge. Em segundo lugar, trata-se de um assunto que os retornados abordam cuidadosamente, reagindo antecipadamente a qualquer acusação de racismo que lhes possa ser dirigida. Por fim, parece-nos difícil, se não imprudente, considerar a população negra como uma massa uniforme, naturalmente que os nossos entrevistados mantinham diferentes relações com os negros, em função da proximidade ou convivência que mantinham com eles e também da classe social a que uns e outros pertenciam.

Em todo o caso, tentámos tecer algumas considerações relativamente à forma como os colonos angolanos se relacionavam com a população negra.

Desde logo, não podemos deixar de distinguir a camada mais jovem de retornados da mais idosa porque o que está em causa é também a própria história do racismo. A este propósito, um dos nossos entrevistados estabelece uma cronologia interessante:

"Angola tem uma característica muito engraçada: há muitas centenas de anos ou há muitas dezenas de anos, foi uma terra onde as misturas ráticas se fizeram com muita naturalidade. Depois, quando veio o colonialismo a sério é que acabaram por acabar. E agora, nos últimos anos, a partir da guerra, portanto a partir de 61, voltaram a regressar!"

De facto, a geração que foi para Angola nos anos 40 deparou-se com uma sociedade racista, no sentido em que era a cor da pele que determinava o estatuto social e económico do indivíduo. Contudo, havia já negros que gozavam de um certo prestígio que lhes era concedido por pertencerem a famílias tradicionais. Provavelmente essas famílias, que aliás conjugavam negros, mulatos e brancos, teriam ascendido socialmente num período anterior, durante o qual as misturas raciais eram relativamente comuns.

À medida que o interesse de Portugal pelas colónias se intensificou e a população branca de Angola foi crescendo, intensificou-se o separatismo. O racismo e as desigualdades raciais tornaram-se então uma realidade com a qual os

nossos entrevistados que foram para Angola nos anos 40 se depararam. Embora manifestem alguma admiração pela população negra, nomeadamente pela sua solidariedade e união, e frequentemente adoptem uma atitude em sua defesa, apontando os governantes e os poderosos como os responsáveis pela sua situação de inferioridade, não deixam de aceitar esta inferioridade como uma realidade imutável.

"Só profissionalmente é que eles não ocupavam os lugares que a gente tinha, porque não tinham nem habilitações literárias, nem conhecimentos técnicos sobre absolutamente nada. Além de andar a trabalhar na cana, no café ou no gado. Tinham empregos em conformidade com os seus conhecimentos!"

Mesmo a amizade que geralmente demonstram ter para com um outro negro assenta frequentemente numa relação de poder. Este tipo de relação é aliás reconhecida por outro dos nossos entrevistados:

"... ponho o pé em terra e vi uma rapariguita aí de 13 ou 14 anos e disse-lhe «Olha lá...». Ela percebeu que eu estava a falar com ela e parou logo! Mas parou por um espírito submisso, não parou porque gostava de falar comigo, parou porque era uma autêntica escrava! O que me fez muita impressão! Ela parou porque foi um branco que lhe falou! Não gostei nada, tive pena dela!"

Já nos anos 60, foi o próprio governo que foi obrigado a promover a integração social da população negra como resposta à situação de conflito que então surgia. Abolidas as leis discriminatórias iniciava-se um lento processo de nivelamento que levaria a que a nova geração de colonos viesse a conviver de forma mais intensa, quer na escola quer no emprego, com a população negra. As desigualdades persistiam, mas eram vistas pela maioria da população branca como exclusivamente económicas e culturais, com tendência a desaparecer.

"Ouça, eu tenho a minha mulher a dias, por exemplo, que eu trato com o maior respeito, mas ela não faz parte do meu grupo de amigos, como é evidente! Pronto, aí está uma diferença a nível social. (...) Essas diferenças que existem cá, também existiam lá entre brancos e pretos. Agora, aqueles pretos que estudaram connosco, no fundo conviviam connosco, eram nossos colegas de trabalho e tal, em que no fundo o nível social era igual, não estabelecíamos diferenças no nosso convívio!"

A geração mais idosa foi aquela para quem foi mais difícil lidar com esta nova realidade, chegando a identificar este nivelamento como a causa da rebelião da

população negra. Nesta perspectiva, este nivelamento fomentou a ambição da população negra que, entrando em concorrência com a população branca, se apercebeu que as suas oportunidades de ascensão social seriam facilitadas sem a presença branca em Angola. O conflito agudizou-se e as situações de confronto directo, envolvendo o insulto e a agressão, caracterizaram a nova relação entre colonos e nativos.

Passados 20 anos, o sentimento que mais comumente encontramos entre os retornados é o de mágoa, ainda que por vezes acompanhado de compreensão:

"Nunca fiz diferenciação, nem na alimentação, nem nas instalações, pronto eles conviviam connosco! Por isso eu digo, se toda a gente os tivesse tratado da mesma maneira, de certeza que não havia tanto medo e tantos problemas!"

A Cultura Africana

A camada mais jovem desta primeira geração de retornados é aquela onde a atracção pela cultura africana mais se faz sentir. Os cânticos, as danças, o ritmo, a comida e mesmo a história de Angola constituíam uma curiosidade para aquela geração que desde a infância teve um contacto mais próximo com a população negra.

"Lembro-me que nós, *putos*, até gostávamos de ir lá experimentar. Os nossos pais não comiam, não gostavam, a comida da lavadeira era comida abaixo de cão! Mas nós tínhamos curiosidade!"

Embora durante o período colonial se tenha tentado destruir a cultura africana, sendo pelo menos uma das acusações que os novos partidos angolanos apontavam aos portugueses, o que se verificou foi um fenómeno de aculturação através do qual ambas as culturas se influenciaram mutuamente:

"Qualquer coisa também lhes servia para cantar, não é? Até a tristeza! Nós brancos da minha geração também a tínhamos. Havia uma grande assimilação da nossa parte à música deles! (...) É qualquer coisa que me está cá dentro! No fundo fomos criados no meio dela!"

Uma prova de que a cultura angolana continua viva dentro de todos os retornados, é que um dos encontros de retornados de Angola, promovido pelos *Amigos do Huambo*, tenta recriar esta cultura. Todos os anos, durante um fim-de-semana há um acampamento, nas Caldas da Rainha, onde encontramos a

famosa *muamba* e um grupo musical africano que, com o seu *merengue*, anima todos os retornados que a ele ocorrem à procura dos velhos tempos.

O Terrorismo, os Partidos Políticos e a Guerra

A Guerra colonial foi durante muito tempo minimizada por todos os nossos entrevistados. Era algo que se passava no mato, longe das cidades e da qual tinham conhecimento apenas por causa do cumprimento do Serviço Militar. O convívio com a população negra fazia-se de forma regular e sem confrontos significativos.

"Pareceu-me que a guerra em Angola, aquilo que se estava a fazer em Angola, era uma coisa pouco significativa no aspecto de perigo, eu nunca pensei em perigo! Toda a gente tinha obrigação de me conhecer e eu era um bem intencionado e não havia problema! Mas depois tive que me aperceber que não era bem assim!"

Foi apenas com o terrorismo de 1961 que os colonos angolanos começaram a tomar consciência da existência de conflitos. Se é verdade que estes acontecimentos marcaram um ponto de viragem, no sentido de uma maior integração da população negra na vida económica e social de Angola, também é verdade que esta política de humanização em relação ao negro foi um pouco tardia e por isso o terrorismo marca também o início de um período em que os incidentes entre brancos e negros se foram tornando cada vez mais comuns.

Com a retirada da tropa portuguesa depois de 74 a situação veio a agravar-se e o período que deveria ter funcionado como um período de preparação para a independência, tornou-se o mais conturbado e difícil para os colonos portugueses. Assim, a anarquia, a insegurança e o isolamento constituem as principais características apontadas pelos nossos entrevistados para este período.

Embora a maioria acreditasse ainda poder continuar em Angola após a independência e chegasse mesmo a simpatizar com este ou aquele partido político, depressa estes se revelaram uma ameaça à segurança dos colonos:

"Bom, depois então ainda tivemos esperança que os brancos lá pudessem ficar. Mas começaram-se a complicar as coisas porque os partidos políticos, que eram mais partidos de guerrilha, se guerreavam uns aos outros e os brancos no meio, não é? (...) Portanto, pode-se dizer que foram os portugueses que fizeram as fronteiras de Angola! Inicialmente eram tribos que se guerreavam entre si. O sentimento tribal é muito forte e hoje vimos,

nestes últimos 20 anos o que é que aconteceu? Foram as tribos, o Savimbi com a sua tribo, os outros do Norte com outra, os de Cabinda a quererem a libertação e outros por aí fora!"

A Independência

A independência de Angola parece ter sido uma ideia que desde sempre teve uma boa aceitação junto de todos os nossos entrevistados, sobretudo entre a camada mais jovem que, como vimos, não tinha qualquer ligação com a Metrópole. Mas mesmo um dos mais idosos afirma:

"Eu sou e sempre fui apologista da independência, mas dada de outra maneira. Com condições, como aconteceu na Namíbia, de modo que as pessoas lá pudessem ficar, os que quisessem, com os seus bens. Os que quisessem vir embora vinham, e então aquilo continuava... Porque o facto de ser governado por um branco ou por um preto... a mim não me importava nada!"

Talvez por isso, outro dos nossos entrevistados chega mesmo a classificar a Guerra Colonial como uma guerra muito *sui generis*:

"O que acontecia era que eles tinham informação e normalmente onde estava a tropa de lá, não se passava nada. Havia quase um acordo de cavalheiros: «tu não me atacas e eu não te ataco!»."

O que os colonos portugueses não esperavam é que com a independência fossem praticamente expulsos de Angola. É aqui que a responsabilização do Governo, pela forma precipitada como procedeu à descolonização, se torna uma constante nos vários discursos por nós encontrados.

O Retorno

O retorno a Portugal constitui sem dúvida o momento mais traumático da vida de todos os nossos entrevistados. Trata-se de uma acção que envolveu uma série de consequências negativas que, se para uns foram ultrapassadas, para outros continuam a determinar o seu modo de vida.

Este momento é marcado, à partida, por um período mais ou menos longo de indecisão, o qual foi geralmente ultrapassado pela iniciativa das mulheres. De

facto, em todos os casos que encontramos foram as mulheres que acabaram por não resistir à pressão e lideraram, de uma ou outra forma, o processo de retorno.

"Aí a decisão até foi minha, eu disse ao meu marido que estava com muito medo, sobretudo por causa da Sónia que tinha um ano e tal, e portanto eu achei que era melhor nós irmos. O meu marido nunca... até porque tinha-lhe surgido uma oportunidade muito boa. Ele tinha 23 anos, era muito jovem e tinha sido convidado para chefiar um sector. Era uma oportunidade única para ele. (...) Como ele não queria vir de jeito nenhum eu tomei esta opção: «eu vou tratar do voo, ficamos com tudo tratado e depois logo se vê!». Foi um bocado assim, eu acabei por o pressionar desta maneira!"

Pela descrição dos nossos entrevistados, parece ter-se gerado uma situação de pânico colectivo e de desespero, ao qual as mulheres terão sido mais sensíveis. Este pânico, não se instalou apenas por causa da situação de guerra, à qual alguns conseguiam resistir, mas deveu-se em muito à sensação descrita por todos eles de ver toda a gente a debandar. De facto, uma das descrições mais curiosas, porque comum a todos os relatos, é a do barulho que se ouvia, dia e noite, de martelos a fechar caixotes. Não era só a família e os amigos que estavam a vir embora, eram todos os vizinhos numa espécie de corrente, comandada pelo som dos martelos.

Depois foi o imprevisto, maior ou menor consoante os casos. Se alguns conseguiram trazer alguma coisa, outros não trouxeram rigorosamente nada, uns porque a decisão de embarcar foi tomada em cima da hora, outros porque encararam o retorno como provisório.

"Deixámos a casa mobilada com tudo. A nossa casa particular ficou com tudo. Nós só trouxemos... tínhamos 2 frigoríficos, trouxemos um, tínhamos um jipe e uma carrinha, trouxemos a carrinha e deixámos o jipe. Das mobílias não trouxemos nada, loiças, também praticamente nada! Trouxe algumas roupas, deixei lá outras. Trouxe a máquina de costura porque depois lá tínhamos facilidade em comprar outra. Portanto, nós viemos para passar aqueles primeiros meses! Eu reformava-me e depois nós voltávamos... Só que depois as coisas complicaram-se!"

Não menos curiosa é a forma como este nosso entrevistado designa o local de embarque - *Campo de Concentração* - indo ao encontro da descrição feita por todas as pessoas com que contactámos:

"Chegámos a Luanda e estivemos 3 dias em casa de um sobrinho, mas disseram-nos que se não fôssemos para lá, para o *campo de concentração*, não tínhamos vez para embarcar para cá. Então estivemos lá quase uma semana. Durante esse tempo, não

tínhamos nada para comer, davam-nos água para no lavarmos numa bicazita, deram-nos um cobertor e uma tendita. Íamos para a tenda durante a noite, de manhã íamos para a tal bicazita. as pessoas faziam bicha para lavar a cara. Íamos então para outra bicha para nos darem um bocadito de leite, de manhã e à tarde um copo com uma sopa de feijão. Ainda íamos à cidade para comprar coisas, mas não havia nada para comprar. De vez em quando é que íamos a casa desse meu sobrinho ou outras vezes ia lá ele levar-nos comida, mas houve pessoas que a primeira refeição que tiveram foi no avião!"

Uma vez chegados a Portugal a sensação de angústia é a que melhor descreve o sentimento de todos os nossos entrevistados. A certeza de que as suas vidas iam mudar radicalmente, o desconhecimento de Portugal que muitos tinham, a incerteza e as dificuldades económicas que sabiam ter de enfrentar, associados à saudade de tudo o que deixaram em Angola, marcaram desde o primeiro momento a chegada a Portugal. Depois veio o desemprego, na maioria das vezes mais prolongado do que esperavam e especialmente difícil para a camada mais idosa, bem como a sensação de queda social. De facto, quase todos os nossos entrevistados referem que não estavam preparados para viver as dificuldades e privações a que foram sujeitos, a vida que tinham em Angola era uma referência que não podiam esquecer e que contrastava com a sua nova situação, dificultando a integração na sociedade portuguesa.

Sobretudo para a camada mais jovem, a luta pela recuperação económica foi a estratégia desenvolvida para proceder à integração, procurando afirmar-se na sociedade portuguesa com o mesmo dinamismo e espírito de iniciativa que caracterizava o espírito angolano. Para a geração mais idosa, parecia demasiado tarde para começar uma vida nova, esquecendo tudo o que ficou para trás. Se alguns o conseguiram, outros encontraram grandes dificuldades e ainda hoje sofrem as consequências do retorno.

A este propósito julgamos poder encontrar entre a camada mais jovem um sentimento que os defensores da Teoria dos Grupos de Referência, nomeadamente Robert Merton, designam de *privação relativa*. Esta geração tem consciência que os seus pais tiveram que enfrentar uma situação muito pior do que a sua, levando-os a considerar que tiveram até muita sorte. Visto terem conseguido alcançar uma situação económica estável, conseguiram esquecer mais facilmente o que deixaram em Angola. Se não vejamos:

"Por essa razão é que essa gente caiu cá numa situação difícil! A maioria! Nós com a vantagem, em relação a eles, de cairmos cá sem nada, mas sermos muito jovens, ainda com muito espírito de aventura e ainda com muitos anos para viver e para recuperar a vida, não é? Por isso é que alguns deles..., se você for a ver e falar com a minha mãe ou

com amigos da minha mãe que estão cá, ainda hoje são muito saudosistas, percebe? Têm um lado deles muito saudosista, em função do que tinham lá! Ainda hoje eles estão muito mais marcados e ressentidos do que nós por esse passado que, no fundo, lhes foi cortado!"

Leiria

Quanto às razões que levaram os nossos entrevistados a vir para Leiria são algo diversificadas, mas a maioria acaba por se assumir como um retorno às origens. Na verdade, apenas um dos entrevistados regressou à terra de onde partiu para Angola, residindo aliás na casa que então abandonou. No entanto, outra veio para Leiria porque era a terra onde tinha a sua avó e outra porque era onde estavam as raízes do seu marido.

Não obstante, a centralidade de Leiria também teve um peso significativo na tomada de decisão. Se apenas um dos entrevistados veio para Leiria casualmente, porque foi o lugar onde a mulher conseguiu colocação como professora do ensino primário, a oportunidade de emprego constituiu para todos os outros um factor de ponderação. Aliás, a importância deste factor é bem demonstrada por uma das nossas entrevistadas que só ao fim de 20 anos considera ter conseguido alguma identidade com a cidade:

Houve alturas em que cheguei a pensar muito seriamente: «Agora que saí da minha terra, estar aqui ou acolá... A terra para onde eu for viver é aquela que me der melhores condições de vida!». Agora já não, agora já tenho uma relação afectiva com isto, com a terra e com as pessoas. Mas durante muito tempo não tinha esta relação afectiva e se me surgisse a oportunidade de ir trabalhar para outro sítio, com melhores condições, tinha partido sem qualquer problema!"

As Ajudas Institucionais

Todos os nossos entrevistados revelaram manter uma afastamento considerável em relação a todas as instituições e associações que concediam apoio aos retornados. Tirando alguma ajuda mínima, em cobertores e agasalhos que a maioria confessa ter recebido, apenas um, dos mais idosos, recebeu durante algum tempo um subsídio do IARN enquanto esteve desempregado.

Quanto aos outros, afirmam não ter conhecimento deste tipo de iniciativas, ou não saber como chegar a elas. Além disso, todos eles consideram que a distribuição destes apoios era desigual e insinuam que a atribuição era injusta,

que favorecia apenas aqueles que tinham ligações familiares ou de amizade com os responsáveis por estas associações. Sublinham ainda o carácter tardio deste tipo de ajudas, nomeadamente a do Quadro Geral de Adidos, que contrastava com o carácter urgente de que os problemas financeiros se revestiam.

Em todo o caso, são os mais idosos aqueles que se consideram abandonados e injustiçados por este tipo de iniciativas. Quanto aos mais jovens, foram eles próprios que optaram por se manter afastados destas instituições, considerando não ser a forma mais adequada de resolver a sua situação, ainda que a mais imediata.

"E creio que o resultado também não foi feliz, porque ao que me é dado saber, muita dessa gente não foi feliz! Foram-se arrastando nos hotéis, criaram aquele espírito de mordomia e acabaram por se atrasar a construir uma vida e a arranjar emprego."

A Família

Contrariando as nossas expectativas iniciais, a maioria dos retornados também não parece ter encontrado um apoio significativo por parte da família residente em Portugal. Mesmo duas das entrevistadas que reconhecem ter recebido por parte desta um grande apoio e encontrado uma grande solidariedade, reconhecem que a grande maioria não teve a mesma sorte.

De facto, o abandono por parte da família parece ter sido a situação mais encontrada pelos retornados do ultramar, situação que ainda hoje marca a relação que têm com ela e que é de um grande afastamento. A grande maioria das famílias parece ter temido ter que suportar os encargos da situação desfavorável em que se encontravam estes seus familiares, preferindo afastar-se antes que lhes fosse pedido auxílio. Nos casos em que este pedido aconteceu, parece ter sido concedido, geralmente sob a forma de acolhimento, mas segundo os nossos entrevistados de uma forma um pouco forçada, o que os levou a afastar-se assim que uma pequena melhoria o permitiu.

Esta situação é tanto mais paradoxal quanto, segundo referiu um dos nossos entrevistados, lhes era perguntado à saída do aeroporto se tinham família em Portugal, sendo esta resposta um factor decisivo para o seu encaminhamento, ou não, para estratégias de acolhimento e reintegração institucionais. No caso de haver família, teria que ser esta a suportar o encargo, o que não foi bem aceite pela maioria das famílias.

Quanto à família também vinda do ultramar, aqui sim encontramos uma relação de aliança muito forte, a qual se manifesta não só na entreatada, mas também na escolha do seu seio como local privilegiado de refúgio entre iguais.

"Pronto, a gente antigamente juntava-se muito com a família, mais do que agora. Íamos muito a Lisboa, conversávamos com o meu cunhado e de vez em quando conseguíamos uns videozinhos e uma coisas de lá e a gente lá se punha todos saudosistas a recordar coisas de lá!"

Os Retornados

Esta relação de aliança estende-se aliás a todos os retornados, desenvolvendo uma forte aproximação e identidade entre todas as pessoas que estiveram em África. De certa forma, a família, o grupo restrito de amigos retornados ou as associações mais formais, constituem os únicos lugares onde as lembranças de Angola podem ser livremente vividas, sobretudo se atendermos ao clima de hostilidade que então se gerou por parte dos residentes.

Mesmo aqueles que não se conheceram lá, tendem a conhecer-se e a tornar-se amigos após o retorno. Tal parece dever-se ao facto de haver uma vivência comum e portanto de falarem das mesmas coisas e compartilharem os mesmos sentimentos e linguagem, mas também a um sentimento de solidariedade, acompanhado de um certo orgulho, bem presente nas palavras deste nosso entrevistado:

"Todos aqueles que viámos de Angola, de uma maneira geral, não estão bem na vida..., mas também não passam fome. Provaram aos que cá estavam que é preciso ter muita força, mas que nós, com muita força, vencemos! Sinto muito orgulho, todos nós!"

Quanto às pessoas com quem conviveram em Angola, e passado aquele momento inicial em que não se sabia o paradeiro de praticamente ninguém, a maioria não perdeu o contacto. Para isso contribuíram em grande medida os diversos encontros de retornados que se realizam por todo o país e que, dada a imensidão de Angola, têm geralmente um carácter regional. A pouco e pouco a realização destes convívios anuais foi-se divulgando e a lista de presenças foi-se completando até se conseguir uma reconstituição quase completa de cada uma destas regiões.

Durante estes encontros é o espírito e a cultura angolana, por vezes recalcado, que se reanima, juntamente com o prazer de novos reencontros que sempre

acontecem. De facto, os primeiros anos foram os que mais marcaram os nossos entrevistados, pois foram aqueles onde os reencontros eram quase constantes. Hoje, já nem todas as pessoas aparecem, até porque, uma vez descobertos os paradeiros, foram-se diversificando as formas de reencontro, mas há ainda quem não falte nunca a este convívio anual e há mesmo pessoas que, tendo permanecido em Angola ou residindo noutros países, aproveitam estas ocasiões para vir a Portugal e rever velhas amizades.

Os Residentes

Como já foi referido, o tipo de relação mais comum que encontramos entre retornados e residentes, aquando da sua chegada a Portugal, é o de uma certa hostilidade. Na verdade, todos os nossos entrevistados se queixam de uma certa incompreensão por parte dos residentes e mesmo de terem sido estigmatizados por estes.

Esta ideia de estigma, já desenvolvida na nossa abordagem teórica, é comprovada pelo sentido depreciativo que o próprio termo *retornado* carregou durante alguns anos e que só agora parece ter perdido. Segundo os nossos entrevistados, os residentes receavam que a avalanche de pessoas vindas do ultramar pusesse em perigo os seus empregos, não compreendendo que eles eram afinal portugueses e que enquanto tal deviam ser tratados em condições de igualdade.

De facto, o *retornado* parece ter sido eleito como bode expiatório da situação económica desfavorável em que Portugal se encontrava. Não só vinha aumentar a densidade populacional do país e complicar a sua situação económica e social, como aparentemente não tinham qualquer contributo a dar-lhe, dada a situação desfavorável em que se encontravam. Pelo contrário, precisavam do apoio estatal para se reintegrarem na sociedade portuguesa, o que nem sempre foi bem aceite. Por isso parece ter-se desenvolvido uma campanha de deteiorização do termo *retornado*, através da qual a acusação de exploração do negro, de enriquecimento fácil e de oportunismo se tornaram as ideias mais generalizadas.

A reacção mais comum a esta hostilidade mais ou menos generalizada parece ter sido a de um certo retraimento. Segundo a maioria dos nossos entrevistados, as relações que mantiveram com a população residente foram inicialmente marcadas por uma tensão que se traduziu algumas vezes no não referir que tinham vindo de África, se tal não lhes fosse perguntado directamente, outras vezes no silêncio relativamente a questões relacionadas com África ou os retornados. Por isso, optavam na maioria das vezes por não se envolver em

discussões que consideravam inúteis, ignorando alguns comentários ou críticas mais ou menos indirectas. Foi o caso desta nossa entrevistada:

"Ainda tive assim um ou outro problemazito (com uma colega) de me sentir magoada por dentro! Sobretudo uma vez teve assim uma expressão, mesmo a atacar forte e feio e esqueceu-se que eu também era, também tinha o estigma, mas como eu não me servia a carapuça! No fundo, por dentro talvez isso me tenha feito impressão, mas nunca me manifestei!"

Passados 20 anos esta tensão parece ter sido ultrapassada, tendo-se verificado uma aproximação entre retornados e residentes, a qual resulta fundamentalmente da sua integração económica. De facto, todos eles referem manter relações de amizade com a população residente, uma aproximação que se foi verificando pouco a pouco, mas que é hoje uma realidade.

"Também não sou, nem como as pessoas de cá em relação aos que vieram de lá «o que vem de fora não presta!», nem como muitos de nós «a gente de cá não presta!» e ponto final. Mete-se um rótulo e a partir daí não há nada a fazer. Eu não sou nada disso, acho que aqui existe gente boa e gente má, como existia lá. É evidente que as mentalidades são diferentes a vários níveis, mas acho que é perfeitamente possível estabelecer-se relações e foi isso que fiz. Tenho amigos aqui de quem gosto muito! Pode haver às vezes particularidades que não têm muito a ver comigo, mas pronto... ninguém é perfeito!"

Com isto o termo retornado perdeu para a maioria dos nossos entrevistados o peso negativo que carregava, passando a ser encarado como um rótulo que lembra a sua passagem por Angola. Neste sentido, o termo retornado é até encarado com algum orgulho, desde logo por considerarem que a estadia em Angola foi uma experiência que os enriqueceu, mas também porque se orgulham de ter ultrapassado as dificuldades com que se depararam logo após o retorno.

O Espírito Português

Como já foi referido, o *espírito português* surge geralmente como um contraponto ao *espírito angolano*, sendo na maioria das vezes utilizado como uma forma de criticar os residentes. Mais do que isso, serve quase sempre para explicar a rejeição que sentiram aquando da sua chegada a Portugal. Neste sentido, o *espírito português* é caracterizado: pela falta de abertura, pedantismo, hipocrisia, desconfiança, conservadorismo e forte discriminação social.

Uma vez atenuada a situação de hostilidade entre residentes e retornados, o *espírito português*, usado em tom de crítica, parece ter sido o que ficou desta situação de tensão. Na verdade, parece tratar-se de uma crítica que funciona, já não como um factor de conflito, mas como um paliativo, como quem diz: «eles não têm a culpa, o *espírito português* é mesmo assim!». Isto é tanto mais curioso quanto, com a progressiva integração na sociedade portuguesa, alguns entrevistados chegam mesmo a inserir-se neste mesmo espírito:

"Nós somos um país pequeno, pensamos muito pequeno, os nossos horizontes são muito pequenos a todos os níveis. Talvez por isso a gente receie tanto o que vem de fora e de que forma é que vem de fora. Não nos vão estragar o nosso cantinho!"

A Integração

Relativamente à efectiva integração na sociedade portuguesa, os nossos entrevistados são unânimes em considerá-la positiva. De facto, o problema do retorno, subjectivamente considerado, é visto como ultrapassado. Hoje sentem-se tão portugueses como todos os outros e a maioria considera ter reconquistado o seu estatuto económico e social.

Não obstante, parece-nos que a questão do retorno é encarada por todos os nossos entrevistados como uma questão quase exclusivamente financeira. Salvo os casos em que a instabilidade profissional continua a ser uma realidade, os nossos entrevistados conseguiram recuperar o seu percurso de mobilidade social ascendente e por isso consideram-se integrados na sociedade portuguesa. Contudo, se atendermos à integração cultural, que é afinal de contas a que mais nos interessa, verificamos que continuam a existir algumas clivagens entre os retornados e os restantes portugueses.

Neste sentido, a valorização do espírito angolano em detrimento do espírito português, questão já por nós abordada, revela uma estratégia de auto-exclusão e simultaneamente de preservação da identidade de retornado. Da mesma forma, encontramos ao longo do discurso dos nossos entrevistados frequentes oposições entre o "nós" e o "eles" que vêm reforçar esta ideia, embora haja inúmeras contradições a este respeito. De facto, e como vimos, os nossos entrevistados ora se incluem ora se excluem do espírito e modo de vida portugueses, revelando aquilo que podemos considerar uma identidade ou pertença dupla.

Parece-nos então mais plausível falar de assimilação, em vez de integração, na medida em que revela uma estratégia que envolve um processo de recalcamento e

e de adaptação forçada, aliás reconhecida por uma das nossas entrevistadas, e que nem sempre consegue ser mantida:

"No conjunto, eu estou integrada! (...) É que eu também mudei, em determinados aspectos eu reconheço que para pior! De determinado ponto de vista, fazendo uma autocrítica, eu penso que eu era melhor do que aquilo que sou. Fiz uma assimilação que, em certa medida foi negativa! Assimilei uma série de coisas que eu reconheço que não precisava delas, não me faziam falta nenhuma, antes pelo contrário! No fundo, foi uma adaptação forçada!"

IV - O Caso Moçambicano

A fim de procedermos posteriormente a uma análise comparativa, analisaremos agora as biografias referentes ao caso moçambicano, cuja análise de conteúdo nos aparece no anexo V.

A Partida

A partida de Portugal para Moçambique é uma das acções sociais mencionadas pelos nossos entrevistados. Ela significa a partida para o desconhecido, para uma nova realidade que eles não conhecem. É o deixar a casa, a família, a aldeia onde têm as suas relações e posições sociais já estabelecidas e ir para uma nova realidade que eles ouvem que é melhor do que a sua, mas que nunca a viram. A angústia é um sentimento presente neste momento da vida dos nossos entrevistados. António é o entrevistado que refere mais este aspecto, contudo convém referir que esta angústia, este medo de partir, está relacionado com o facto de ter apenas dezoito anos e de partir sozinho. O ser-se criança ou jovem tem aqui um peso importante no tipo de relação que estes indivíduos estabelecem com o momento da partida.

"O barco começou a ir ao largo, ouvia-se aqueles apitos característicos dos grandes transatlânticos - era o navio Pátria - e claro, foi-se afastando até eu deixar de ver as pessoas. Vi-me então sozinho num barco muito grande cheio de gente. Então fugi para um sítio isolado que era a chaminé do navio, muito grande e muito larga. Aí encostei-me e chorei, chorei, chorei. E os primeiros tempos, os primeiros oito ou dez dias de viagem não fazia outra coisa se não chorar".

A par com o medo, coexistia o gosto pela aventura e o desejo de se reencontrarem com os irmãos, com o marido ou com o pai que já lá estavam. Todos os nossos entrevistados, à excepção da Antónia que nasceu em Moçambique, foram para África ter com algum familiar. Verifica-se assim o forte peso que as migrações do tipo familiar tiveram no processo da colonização africana nas décadas de quarenta e de cinquenta.

A Viagem

A viagem de barco para Moçambique marca o início de uma nova etapa. Tanto Carla, como António ou Filomena referem-se à viagem como um momento inesquecível das suas vidas. Durante cerca de um mês, os nossos entrevistados navegaram em direcção a Moçambique. O contacto com novas terras como, a ilha da Madeira, o Lobito em Angola ou a Cidade do Cabo na África do Sul, dava-lhes a noção que uma nova etapa começava na sua vida. Em lugar da angústia e do medo sentidos no momento da partida, vem ao de cima a curiosidade e o fascínio por tudo aquilo que de novo e diferente conhecem.

"Foi uma coisa deslumbrante para mim! Porque numa aldeia lá do interior da província onde eu não conhecia o mar fui para um lugar completamente diferente. (...) A viagem foi maravilhosa e deslumbrante".

O Feitiço Africano

Para os nossos entrevistados este é um dos actores sociais com o qual mantêm uma forte relação de fascínio, amor e saudade. As referências a África são narradas com uma emoção impressionante. Apesar dos vinte anos que passaram, as suas ligações com aquele continente continuam muito fortes. Na verdade, não podemos deixar de observar os objectos de pau preto ou de marfim que os nossos entrevistados espõem em suas casas como troféus da sua passagem por África.

"Tudo me parecia uma fantasia e um sonho, já que a palavra África exercia em mim uma certa magia. Pois desde pequena me habituei a ela e a sermos distinguidos na aldeia porque tínhamos um pai que vivia em África. (...) África, África fica no nosso coração. Não sei por quê!? É como alguém disse, parece que tem feitiço. Porque África ficou no coração, não se consegue esquecer".

Apesar da *estranheza* sentida no momento da chegada, já que tudo era tão diferente do que tinham visto até ali, depressa os nossos entrevistados se deixam seduzir pela beleza da paisagem africana. Chegam mesmo a referir o facto de se terem apaixonado imediatamente por África. Ao longo das narrativas biográficas, as

referências à beleza da paisagem africana é uma constante. Vejamos apenas uma destas alusões:

"O que era mais maravilhoso no Garuzo era que parecia que estávamos no paraíso. Às vezes estava sentada na minha varanda numa cadeira de lona, e ao fundo havia um lago onde via os flamingos pescar. Era maravilhoso! Do outro lado tinha uma grande cordelheira onde na serra principal corria uma nascente - Era essa a água que nós bebíamos. Ali fazíamos piqueniques e apanhávamos orquídeas; orquídeas que nasciam naturalmente. Parecia um jardim de Éden, uma coisa linda, linda, linda!".

Contudo, convém aqui refirir que a adaptação a África não foi isenta de dificuldades. Para Carla, por exemplo, que nasceu numa aldeia da Beira Alta e foi para a selva moçambicana acompanhar a construção do caminho-de-ferro que o seu pai orientava, deparou-se com o isolamento e com um conjunto de dificuldades próprias de quem habita essas zonas.

"Não tinha crianças com quem brincar, não tinha escola, não tinha nada. (...) Era uma zona extremamente difícil porque para além daquela bicharada toda, era a zona da mosca de *tsé-tsé*. Chamavam o "Inferno de África" àquela zona entre Beira e Tete. Era uma zona muito quente, muito quente, onde não se via uma verdura para além das árvores. Se se semeasse alguma coisa o sol queimava tudo, mesmo que fossem regadas. (...) Fomos mesmo para o interior onde havia lugares em que a selva era tão profunda, tão profunda que não se via o sol. (...) Rara era a noite em que não ouvíssemos os animais mais ferozes a rondar a nossa cabana; Como era o caso do leão, do leopardo e da hiena que muitas vezes ia à capoeira roubar galinhas".

Moçambique - *A Terra Prometida*

Na verdade, Moçambique ocupa um lugar central nos discursos de todos os nossos entrevistados. É curioso verificar que todos eles, ao construírem a sua biografia, dispensam muito mais tempo e centram principalmente as suas descrições naquilo que de bom viveram em Moçambique. Porém, ao entrarmos no tema do retorno, rapidamente os nossos entrevistados relatam esse percurso biográfico e referem-se a aspectos menos positivos das suas vidas. A imagem que nos é descrita é

a de que, realmente Moçambique é um país único no mundo e desde logo destacam a sua riqueza natural.

"Moçambique é um país rico, a produção de milho era muito grande, a produção de algodão era muito grande, a produção do açúcar é conhecido, era muito grande! A produção do chá, toda a gente conhece o que era a produção do chá no Gurué. A nossa costa era extensíssima, era riquíssima em peixe. Havia pedras preciosas, havia ouro, havia estanho, portanto era um país em muitos aspectos rico".

Para além desta riqueza natural, Moçambique é descrito como um país onde a ascensão económica e social eram facilmente alcançadas. Ainda que nem todos tenham ido para lá com o principal objectivo de enriquecer, mas simplesmente para ir cumprir o serviço militar como fez António ou para ir ter com o marido como fez Filomena, o certo é que o nível de vida rapidamente se modificou. As dificuldades económicas que eram sentidas em Portugal nas décadas de trinta e quarenta depressa deixaram de preocupar esta população que foi para África uma vez que lá encontraram uma vida melhor do que a que tinham tido.

"Mas como eu tinha tido uma vida pior e estava numa vida boa, livre e simples não pensava na vida que tinha levado porque aquela é que era a boa. Tinha um bom carro, tinha todas as comodidades, tinha dinheiro para tudo. (...) Passados três anos de lá estar comprei logo um carro; Um carro jeitoso".

Para além da ascensão económica, também é referido a proximidade existente entre as diferentes classes sociais. Na verdade, viviam numa sociedade onde a mobilidade social ascendente era notória.

"Porque naquela terra africana havia facetas muito interessantes. E uma que se passou comigo por exemplo, é que eu um dia passo pelo Hotel Embaixador, (...) estava a beber o *whisky* e depois olho para trás e estava o Dr. Andrade e Silva que era o meu médico (...) e estava lá o Sr. António Champalimaud que era o dono do Banco Pinto e Sottomayor e que agora é novamente, e dos cimentos. (...) Eu aqui nunca terei o privilégio de entrar num bar onde esteja o Sr. António Champalimaud. E lá havia esse privilégio, não havia problemas de espécie nenhuma. (...) Eu passava na rua, ia no passeio e eu ia para lá e vinha para cá o Sr. Eng. Jorge Jardim que era dono de meia Beira. Ele de balalaica e eu também de balalaica. Eramos homens iguais, ele passava, eu passava, eu não o cumprimentava e ele

também não me cumprimentava a mim, pronto. E eu era uma simples pessoa e ele era um homem grande (...) mas isso a mim não me importava nada, não me importava nada".

Talvez por toda esta vida favorável, por toda a identificação que sentiam com o país e com os seus habitantes, é visível o orgulho com que todos os entrevistados falam da sua passagem por Moçambique.

"E eu costumo dizer que é um grande privilégio eu ter vivido a vida que vivi. Ter saído de Portugal e ter ido para outras terras que não conhecia, outra vivência, outros conhecimentos. Mas... isso ninguém me tira, ninguém me tira o ter este privilégio de estar vinte e dois anos fora de Portugal com outras vidas, outras maneiras de viver diferentes, onde fui feliz."

Por oposição à vida em Portugal, todos os nossos informantes referem-se ao *espírito aberto* e descontraído que se vivia em Moçambique.

"Lá o povo era mais aberto. Eu estava habituada a outro meio onde eu podia estar com uma bata e de chinelos, ir ao supermercado ou à peixaria e ninguém olhava para isso. Não tínhamos esse preconceito."

Por outro lado, uma das principais marcas que Moçambique deixou nos que nela viveram, foi o seu ambiente multiracial onde se estabeleciam contactos com diferentes tipos de raças e de religiões. São muitos os exemplos referidos dessa vivência e dessa construção de amizades com pessoas de raças ou religiões diferentes. Para estes indivíduos, toda esta vivência ensinou-os a respeitar as diferenças e a aceitar com mais naturalidade o que de novo surge na sociedade portuguesa.

"Tivemos que nos confrontar com outras culturas, tivemos que assimilar um bocadinho de todos mantendo a nossa posição. Porque eu tinha amigas que eram holandesas, alemãs, inglesas, portuguesas, indianas, goesas, sei lá..., mauricianas. Pronto, no nosso dia-a-dia convivíamos com muitas pessoas diferentes e aprendemos a saber respeitar as diferentes culturas e diferentes ideias".

Apesar de toda esta convivência racial, notemos que segundo o que António nos relata, a convivência estabelecia-se mais a nível comercial do que social. O

conhecimento das diferentes raças e religiões era inevitável, contudo verificamos que cada grupo manteve e cultivou os seus próprios hábitos. Sendo assim, a influência de outros povos e de outros hábitos sobre os retornados, ocorreu principalmente de uma forma indirecta via comercial, e não tanto de uma forma directa via amizade.

"Havia sempre uma separação, eles fechavam-se entre eles; O clube chinês era só frequentado por chineses, o português não entrava. O inglês era a mesma coisa. Com o indiano era praticamente a mesma coisa embora não impedissem a entrada do português. Mas era talvez devido ao sistema político que existia, devido talvez ao racismo eles fechavam-se neles próprios. Só durante o dia é que o comerciante chinês ou o comerciante indiano tinha contacto com o comerciante português".

Um outro tipo de relação que estes retornados estabelecem com Moçambique, é o sentimento de saudade. Este sentimento surge de um modo muito marcado em todas as narrativas biográficas. É o recordar de amigos que deixaram sem se despedirem, é a saudade da casa onde criaram os seus filhos a qual fecharam sem nunca mais poder lá regressar, é a saudade *dos melhores anos* das suas vidas, enfim é a saudade do passado que eles sabem que nunca mais se repetirá.

"Vivi lá vinte e dois anos da minha vida e... não sei... toda aquela vivência toda aquela gente... Todos os dias penso muito neles, sobretudo nas épocas festivas vêm-me à memória de forma muito viva. Às vezes quero até esquecer... Não sei, talvez porque tenham sido os melhores anos da minha vida, não é?"

Lembro-me de tudo com muita força, muita força! Está tudo muito forte, muito presente e muito vivo.(...) Eu adorava aquele país, aquelas pessoas".

Para todos os entrevistados, com a excepção de António que não pensa mais voltar a Moçambique, todos eles transmitem o profundo desejo de um dia regressar e voltar a pisar a terra moçambicana com a qual eles mantêm uma forte relação de fascínio e amor. Contudo, não deixam de referir que o Moçambique que possivelmente irão encontrar será diferente do Moçambique que eles deixaram.

Não poderíamos deixar de assinalar o facto de que ao longo das várias entrevistas por nós acompanhadas, os nossos entrevistados assumiram de tal forma o seu papel de *guardas da verdade* que, o nível de cumplicidade estabelecido entre o entrevistador e o entrevistado foi crescendo progressivamente. Por algumas vezes

assistimos mesmo ao *contar da estória* com lágrimas nos olhos dos nossos entrevistados.

A Vida Inglesada

Todos os nossos entrevistados, *inclusive* os da segunda geração, como teremos oportunidade de analisar, referem a influência que os países de língua inglesa com os quais faziam fronteira e que os ingleses com os quais dividiam o mesmo país exercia sobre eles. Este aspecto é muitas vezes descrito como sendo algo enobrecedor para todos os que estiveram em Moçambique. Como também teremos oportunidade de analisar de uma forma mais detalhada, uma das principais causas pelas quais os retornados moçambicanos se acham diferentes dos retornados angolanos, deve-se a esta influência inglesa que lhes ensinou a abordar a vida de um modo diferente.

"Mas não era por peneiras, era simplesmente pelo sistema de vida que nós tínhamos que, é o inglês. Porque a nossa fronteira juntava-se com a África do Sul e com a antiga Rodésia do Sul onde a gente aprendia talvez mais... O sistema inglês tem outra maneira de estar na vida; Boa, e eles não tinham. Notava-se a diferença que existia entre uma pessoa que estivesse em Moçambique e outra que estivesse em Angola. Era completamente diferente".

De facto todos eles viveram em zonas directamente influenciadas pela presença inglesa. Tanto Antónia, Carla como António, viveram na cidade da Beira que fazia parte da Companhia de Moçambique. Esta era uma empresa privada inglesa que tinha alugado ao governo português a administração de uma parte da colónia por cinquenta anos. Mesmo ao nível dos empregos, as posições principais eram guardadas para os que dominassem a língua inglesa. Assim sendo, este facto dificultava a vida dos que só falassem o português. Também Filomena foi viver para uma zona fortemente influenciada pelos ingleses: o Luabo. O Luabo era a zona onde estava instalada a Senna Sugar que era uma propriedade privada inglesa de exploração de cana de açúcar onde as mais pequenas regras de funcionamento eram exclusivamente inglesas.

Mesmo ao nível do lazer e do forte clubismo existente, dos tipos de desportos e jogos por eles praticados, verifica-se *a vida inglesada* a que os nossos entrevistados tanto se socorrem para marcarem a sua diferença.

"Fazíamos chás de canastra, tínhamos campeonatos de *bridge*. Os homens faziam campeonatos de ping-pong, de ténis, de golf, de futebol. Tínhamos uma convivência muito grande uns com os outros. Contavam-se anedotas, outros improvisavam um teatro, outros jogavam, outros conversavam. Ficávamos assim até às duas ou três da manhã nos fins de semana. Também fazíamos muitos jantares e recebíamos vinte ou vinte e cinco casais em casa. Haviam também os *Sun Downers*, os *Garden Partys*. (...) Os homens usavam muito o *smoking*, preto ou branco, e as senhoras geralmente usavam um vestido comprido; Às vezes até eram coisas muito simples, mas pronto, era um vestido comprido, era um penteado diferente que se fazia, era um toque diferente".

É curioso verificar que, apesar do peso da presença inglesa sobre o modo de vida dos portugueses residentes em Moçambique, ela não deixa de ser ao mesmo tempo uma influência indirecta. Esta particularidade deve-se ao facto da comunidade inglesa fazer uma vida à parte das outras comunidades.

"Eu aprecio muito os ingleses em muitas coisas, mas nesse aspecto eles sempre foram: orgulhosos, altaneiros, altivos, sempre senhores superiores. Os ingleses sempre fizeram uma comunidade à parte. Talvez até pela língua eles não se entendiam, porque os ingleses não aprendem línguas, isso é próprio deles. (...) Os ingleses tinham o clube deles, era um clube praticamente só inglês. Eles fundaram porque o povo inglês é muito desportista, tinha lá o seu barzinho, faziam lá as suas festas, jogavam o seu ténis, o seu futebol. (...) Levaram os seus hábitos europeus para lá, até na sua forma de vestir".

O Trabalho

O sucesso e a rápida ascensão social que os empregos em Moçambique proporcionavam, são um dado adquirido. António, por exemplo, refere o facto de ter comprado um automóvel novo passado três anos de chegar a Moçambique e salienta que nessa altura circulavam um número reduzido de automóveis em Lisboa. Isto só foi possível porque as remunerações praticadas em Moçambique eram muito mais elevadas do que as praticadas na metrópole. António refere mesmo o facto do seu irmão mais velho ter chegado a ser remunerado com libras em ouro. Perante este quadro de uma vida economicamente favorável, tudo colaborava para que os portugueses que residiam em Moçambique não quisessem voltar para Portugal nem

mandassem poupanças para cá, mas antes preferissem adoptar Moçambique como a sua verdadeira terra.

"Quando lá cheguei, em 1957, tinha o meu marido recebido de bónus de produção quatro mil e quinhentos escudos. Só para lhe dar uma ideia, ganhava aqui um professor seiscentos escudos".

A par deste sucesso profissional, os nossos entrevistado referem as dificuldades e os sacrifícios passados para que pudessem ter sido profissionalmente bem sucedidos. A coragem e o espírito de luta são alguns requisitos que estes indivíduos tiveram de demonstrar ao longo dos seus percursos profissionais.

"Quando ia para o norte vender, ia naqueles barcos costeiros mas os barcos não atracavam porque não havia porto para atracar. E havia alturas que havia tempestades, e nós para sairmos do barco e para irmos para o *gasolina* tínhamos que nos agarrar às cordas, sempre a agarrar com muita força para não cairmos. Quer dizer... com grandes sacrifícios... as pessoas não sabem o sacrifício que uma pessoa fez... Mas sempre de boa vontade. Passei muitos perigos, muitos perigos, muitos perigos. Mesmo em 1968, já estava estabelecido, já havia a guerra em Moçambique. E eu ia para zonas de terroristas, zonas perigosas, e ia com um *Land Rover* na mão e não tinha medo. Sempre a pensar no que pudesse acontecer: ser interceptado, ou existir uma mina, mas nunca deixava de ir porque eu tinha de ir!".

O avanço tecnológico e o espírito de iniciativa vividos ao nível do trabalho são outro aspecto largamente referidos. É todo um ambiente de desenvolvimento e progresso que existia em Moçambique e que faltava na metrópole.

É interessante verificar que, basicamente os nossos entrevistados fizeram a sua integração através do seu espírito de iniciativa e dinamismo ao nível do trabalho. Para estes, o principal trunfo para o êxito da sua integração foi o trabalho.

O Negro Moçambicano

A relação entre os colonos portugueses e os negros é uma relação complexa e muitas vezes difícil de perceber o verdadeiro sentimento que norteia a interacção entre brancos e negros. Se por um lado todos referem o bom convívio e as grandes

amizades estabelecidas com a população negra, por outro lado aceitam viver debaixo de um sistema racista onde a cor da pele faz a diferença.

Lembremos que existe uma grande diferença entre o racismo em Angola e em Moçambique. Todos os nossos entrevistados viveram numa sociedade fortemente racista onde a influência via África do Sul era notória. Ao negro eram concedidos os lugares de *criados* tratando os seus superiores por *patrão* ou *senhor*. Um negro e um branco nunca passavam no mesmo passeio pois o primeiro desviava-se para dar a passagem ao *patrão*. Mesmo com todas estas práticas, verificamos a relutância por parte dos nossos entrevistados em falar-se sobre a exploração da raça negra.

"Quem diz assim é porque nunca esteve lá é porque nunca viveu em contacto com o negro e nunca percebeu o que era o relacionamento do branco com o negro. (...) Portanto, dizer que escravizavamos o negro isso é absoluta mentira. Se havia algum caso de exploração, era pontual".

Para este grupo de retornados, a sua posição de superioridade não era voluntária, era antes o fruto de um sistema estabelecido há vários séculos sobre o qual não exerciam qualquer forma de influência.

"Se houve muita injustiça, foi devido ao sistema existente em que a raça é que fazia a distinção. Portanto, mesmo nos locais de trabalho havia discriminação. Se era preto tinha um ordenado, se era branco tinha outro; Isto na mesma função. Nisso eu estava contra; Se ele exercia bem a sua função, se sabia ocupar o seu lugar, não tinha nada que ser discriminado pelo branco".

Na verdade, todos eles concordavam com a independência do país.

"Para nós termos um Presidente da República preto ou branco era exactamente a mesma coisa. O que nós queríamos era viver naquele país".

Os registos de amizade do branco pelo negro são notórios. Todos relatam experiências de profunda amizade com a população negra a qual consideravam como sendo sua família. Até mesmo a cultura africana é alvo de comentários respeitadores e apreciativos.

Outro aspecto diferenciador entre o negro moçambicano e o negro angolano é a separação das actividades domésticas entre mulheres e homens.

"O que é mais engraçado, e que em Moçambique era diferente de Angola, é que a mulher não se dedicava ao serviço doméstico. E em vez de ser o homem a cultivar a terra era a mulher. Isto porque parece que associavam o facto das mulheres gerarem os filhos, com a terra que também gerava os alimentos. Assim, elas cultivavam a terra sempre com as suas crianças presas às suas costas, e eles trabalhavam na casa dos seus senhores como empregados domésticos".

Sem pretendermos antecipar a análise a desenvolver nos próximos capítulos, pensamos ser importante sublinhar que, os entrevistados falam consoante os auditórios. Assim sendo, temos consciência que relativamente a este actor social, se estivessemos num outro tipo de papel que não fosse o de entrevistador, certamente teríamos oportunidade de tecer um outro tipo de considerações às quais os nossos entrevistados estrategicamente se recusaram a falar. No nosso caso, recorreremos essencialmente às conversas formais e temos consciência das suas limitações sempre que se abordam assuntos mais sensíveis e problemáticos.

A Metrópole

Curiosamente, o tipo de relação estabelecido com a metrópole, é uma relação de afastamento. As suas vidas em Moçambique eram suficientemente boas para que o desejo de um dia regressar a Portugal não existisse. Segundo eles, a sua vida foi construída de modo a ficarem em Moçambique e todos os bens que possuíam na metrópole foram levados para lá.

"Eu no que me diz respeito, nunca me interessei em vir à metrópole, nunca! Nem nunca vim, eu tinha muito que conhecer em África. (...) Portanto quando viemos não tínhamos posto nada em Portugal, nunca tínhamos pensado vir para Portugal".

A própria distância geográfica agravou esta relação de afastamento. Ainda assim, todos os nossos informantes sempre se sentiram portugueses e referem que o hino e a bandeira portuguesa sempre foi para eles algo de muito importante. António chega mesmo a definir o *sentimento pátrio* que todos os colonos portugueses sentiam por Portugal.

"Havia outra coisa que realmente existia em todo o europeu que lá estava que, era o sentimento pátrio. Coisa que cá não existe. Isto só existe com as pessoas que estão para fora de Portugal. (...) Quando a bandeira portuguesa sobe ao mastro nós olhamos mas, olhamos como uma coisa normalíssima. Nos países em que nós estávamos isso caía cá dentro. Vi homens idosos e novos a cantar *A Portuguesa* e a chorarem; Choravam com saudade da pátria. Existia um amor patriótico muito, muito grande; Havia qualquer comunicação entre nós. Eu já estou cá há vinte anos e às vezes oiço o hino português e vejo a bandeira subir ao mastro e aquilo não me diz nada. Mas as pessoas que estão fora sentem...".

Todo este *sentimento pátrio* é rapidamente esquecido e alterado no momento do retorno. No lugar da saudade e do amor, gera-se a revolta e a recriminação contra Portugal no que diz respeito à sua responsabilidade nos melindrosos processos de descolonização e de integração.

"Não fomos nós que nascemos lá e vivemos lá e fizemos lá a nossa vida que fizemos a guerra d'África! Não fomos nós que a motivamos, não foi a nossa política que motivou a guerra. Quem motivou isso foram os grandes senhores em Portugal! A guerra partiu e foi forjada em Portugal. (...) Porque se tivéssemos ido para a África do Sul tínhamos lá portugueses que nos dariam a mão. Em Portugal não encontrámos ninguém, ninguém que nos estendesse a mão!".

O Estado

O Estado português é acusado de ter dificultado o desenvolvimento económico e cultural de Moçambique. Antónia faz referência à grande dificuldade que teve em continuar os seus estudos. O modo como ela e muitos dos portugueses que lá viviam resolveram esta situação, foi irem estudar para a Rodésia, um país vizinho onde a língua oficial era o inglês.

"Mas para arranjar formas de estudo na Beira foi muito difícil porque o governo português, o governo central fazia todos os possíveis para manter todo o povo na maior ignorância possível. (...) Nós queríamos estudar qualquer coisa para além da instrução primária e não havia. Porque o Estado português pura e simplesmente não arranjava formas de haver escolas superiores lá".

Só mais tarde é que esta situação se veio a alterar, pois com o desenvolvimento crescente do país surgem cada vez mais escolas com níveis superiores de ensino. Não podemos, no entanto, deixar de fazer uma referência à Universidade de Lourenço Marques que é muitas das vezes indicada como a Universidade onde os filhos desta geração de retornados estudava ou iria estudar.

Uma outra grande crítica feita ao Estado português foi a sua posição dificultadora no desenvolvimento económico colonial. Portugal limitava-se a beneficiar das matérias-primas importadas de Moçambique e não tomava nenhuma medida que permitisse e incrementasse o desenvolvimento autónomo daquele país. A população ali residente sentia-se explorada nos seus próprios bens. Revelador desta realidade é o facto de que apesar de Moçambique ter sido um dos maiores produtores mundiais de algodão, para aquela população, os produtos manufacturados em algodão inglês eram consumidos em Moçambique a um preço inferior do que os produtos manufacturados portugueses.

"Na questão da cultura e na questão económica também. Tínhamos uma grande pata em cima de nós para não nos deixar desenvolver. (...) A outra coisa era o sermos obrigados a mandar para a metrópole toda a nossa riqueza, tudo era obrigado a vir para cá na sua grande maioria. (...) Mas o que eu acho de gravoso e de criminoso mesmo era sermos forçados a mandar para cá o nosso algodão produzido por nós e depois importá-lo e ter de pagar direitos sobre o artigo manufacturado".

A Independência

Dada a circunstância de todos os nossos entrevistados terem vindo para Portugal depois de Moçambique se tornar independente, todos eles viveram situações difíceis que lhes deixaram recordações traumáticas.

Com a independência de Moçambique, o comércio, a medicina e o ensino são nacionalizados e tudo passa a ser propriedade do Estado. *Inclusivè*, as próprias crianças filhas de pais portugueses que tivessem nascido em Moçambique e não renunciassessem num curto espaço de tempo à sua cidadania, passariam a ser consideradas moçambicanas e não poderiam sair do país. Deste modo, vivia-se em Moçambique um clima de insegurança e instabilidade que *impurrava* os colonos portugueses para fora daquele país. Lembremos que foi precisamente com a independência de Moçambique a 25 de Julho de 1975 e com todo o conjunto de

situações extremas que ela proporcionou que se deu início ao *êxodo* da população portuguesa ali residente.

"Logo de seguida começaram a surgir boatos, começaram a dizer que a Frelimo ia nacionalizar as crianças. (...) A independência foi no dia 25 de Julho e no dia 1 de Julho era nacionalizada a medicina. Duas semanas depois foi nacionalizado o ensino. (...) Tudo deixou de poder exercer as suas funções, tudo tinha de pertencer ao Estado. Primeiramente os médicos começaram a vir embora, o hospital começou a andar numa balda. Tudo começou a andar num caos, num perfeito caos.

(...) Depois constou também que todo aquele que fosse moçambicano não podia sair do país num período de cinco anos. (...) Havia um outro medo: era a instabilidade política. Qualquer criado que nós tivéssemos em casa podia-nos acusar de qualquer coisa que ele tivesse inventado.

De maneira que tudo isso foi o que me meteu o medo de ali ficar".

A terra a que eles tinham chamado sua escolheu ser livre e independente. Em vez do bem-estar e da felicidade ali desfrutadas, os nossos entrevistados começam a viver dias de pânico e de dificuldade. Vejamos um relato bem elucidativo da alteração no modo de vida destes indivíduos:

"Começámos a ter privações muito grandes. Houve uma altura que já não tínhamos pão, mas pronto, da África do Sul lá vinham umas tostas e umas bolachas de água e sal. Não tínhamos queijo, não tínhamos manteiga, não tínhamos nada; Começámos a improvisar muita coisa. Mas fome eu não posso dizer que passei porque eu nunca passei fome. (...) A gente não podíamos falar, não podíamos dizer nada. Eles podiam-nos levar para um campo de concentração e fazerem-nos as piores coisas que se possam imaginar. Até podíamos ser presos por termos uma garrafa de *whisky* porque isso eram hábitos colonialistas, hábitos fascistas; Bebíamos às escondidas. Tínhamos medo de ir à igreja porque eles não queriam os padres porque para eles não havia Deus. (...) Começámos também a ser proibidos de dar e a pessoa que aceitasse decepavam-lhe a mão e a pessoa que dava era presa por estar a alimentar hábitos paternalistas. (...) Começámos a ser obrigados a fazer machambas colectivas em vez de termos as nossas paródias que tínhamos até ali. Tínhamos que ir às cinco horas da manhã cavar na machamba colectiva com os nossos empregados. (...) Nós tínhamos medo de tudo, até de tropeçar numa pedra. Não sei... foi uma coisa horrível".

O Retorno

Mais do que a independência, o retorno é o momento mais difícil na vida deste grupo social. Quer para os que retornaram ao seu país de origem, quer para os que vieram a Portugal pela primeira vez, como sucedeu com Antónia, o certo é que para todos eles a mudança de país foi inevitável.

No caso de António e de Filomena, o seu regresso não foi minimamente preparado uma vez que, ambos tinham vindo a Portugal com o propósito de regressar a Moçambique. António veio apenas para resolver um problema comercial e Filomena veio para passar férias e, nunca mais voltaram a Moçambique. Para além de deixarem lá todos os seus bens materiais e de necessitarem de *começar tudo de novo*, tiveram de tentar esquecer África.

"Por esse motivo e por outras coisas que já se tinham e que eles pensavam fazer, eles não pensavam vir para cá. Tanto que só viemos em 1978, três anos depois da independência. (...) Com a prisão do gerente geral da Senna Sugar e com a tomada daquilo tudo, dizem ao meu marido que estava cá de férias: «Esqueça África, esqueça a Senna Sugar». As pessoas que lá estavam, estavam todas a irem-se embora. O meu cunhado também veio logo a seguir e nós nunca mais fomos lá. Tinhamos deixado a cama feita para voltar e nunca mais regressámos...".

Assim, podemos afirmar que a *Terra Prometida* tornou-se num *inferno* onde a vida passou a ser muito difícil. A própria viagem de retorno dá-nos uma ideia dos momentos de pânico e incerteza vividos pelos nossos entrevistados.

"A viagem foi uma verdadeira odisséia. Os aviões vinham cheios de gente e era difícil arranjar passagens com rapidez. Na África do Sul foi tudo revolido, perguntavam-nos porque é que vínhamos, tiravam-nos objectos que diziam que não podíamos trazer e até nos pediam as facturas das coisas para comprovarmos em como eram nossas. Foi terrível! (...) Os meus filhos mais novos vomitavam, íamos cheios de embrulhos e para cúmulo tivemos que sair novamente do avião porque diziam que havia bombas lá dentro. (...) Desde a Beira até Lisboa demorámos vinte e quatro horas certinhas".

De modo a descrever este difícil momento da sua vida, Antónia utiliza uma metáfora para expressar de uma maneira mais marcante aquilo que para ela o retorno significou:

"Deixar o meu país onde eu tinha as minhas raízes! Era como arrancar uma árvore grande de raízes profundas, muito profundas, arrancá-la pela raiz e transportá-la para outro sítio. E foi isso que eu fiz!"

A chegada a Portugal marcou o fim de um período privilegiado na vida destes retornados e o início de um outro período agora cheio de dificuldades. A sua chegada em massa e a necessidade de se acomodarem em Portugal, gerou por parte dos residentes uma espécie de aversão à qual não podiam ser alheios. A discriminação e as acusações directas feitas aos nossos entrevistados marcaram este momento das suas vidas. Para além de sofrerem o estigma de retornados, esta população debatia-se com a sua meia-idade e com uma família a seu encargo que dificultava a sua readaptação à sociedade portuguesa.

"Eu regresssei a Portugal com quarenta, ia fazer quarenta e um anos; O meu marido tinha quarenta e nove e ia fazer cinquenta. Para além de sermos retornados a idade também não ajudava para começarmos tudo de novo".

Se para alguns o retorno foi ultrapassado, outros encontraram grandes dificuldades e ainda hoje sofrem as consequências desse retorno inesperado e indesejado.

"Mas há pessoas que já não tiveram hipótese de refazer a sua vida e então hoje vivem agarrados à lembrança d'África; Às suas vidas mais ou menos boas e hoje estão numa situação diferente. Só daqui por uns anos, quando as pessoas desaparecerem é que talvez se esqueça o problema do retorno. Mas mesmo assim não sei, porque não se pode apagar a história. (...) Porque eu acho que por mil anos que os portugueses vivam, para além de terem morrido todos os retornados, nós vamos estar sempre com o nosso coração junto a África".

A Família

Como já tivemos oportunidade de mencionar, a migração para as colónias portuguesas foi uma migração do tipo familiar. Assim que chegam a África, todas estas famílias ascendem socialmente e participam na construção daquele país. Com o decorrer dos anos, vêem o número dos seus membros aumentar e depressa se adaptam à ideia da radicação definitiva em Moçambique.

"Os nossos familiares mais próximos estavam lá. Nós eramos mais de quarenta pessoas só na cidade da Beira. (...) Não eram primos em segundo ou em terceiro grau, não! Próximos, primos direitos, tios,..."

Com a independência de Moçambique toda esta realidade se modificou. As famílias desmembraram-se e cada um tentou resolver a sua situação da melhor forma possível.

"Caiu a descolonização em cima de nós e desparámos por todas as partes do mundo. Tive parentes que foram para Joanesburgo, para Durbin (...) para o Brasil, para Inglaterra (...) e outros que vieram viver para Portugal "

Quando retornaram a Portugal, se alguns tiveram a casa de um familiar para se instalar outros houve que não tiveram qualquer espécie de ajuda. Para alguns dos nossos entrevistados a família foi-lhes tão hostil como o resto da população residente, e o êxito ou o fracasso da sua integração foi conseguido através do seu próprio esforço e espírito de iniciativa.

Os Retornados

Esta categoria de análise é alvo da nossa curiosidade sociológica uma vez que nela os nossos entrevistados clarificam a sua identidade enquanto retornados. Durante muito tempo habituámo-nos a ouvir considerações acerca deste grupo social, mas raramente tivemos a sua própria versão dos acontecimentos.

Na verdade, o tipo de relação que os nossos entrevistados estabelecem com este actor social é acima de tudo uma relação de orgulho. Todos eles deixam bem claro que se para muitos o ser-se retornado é um sinal de inferioridade e vergonha, para eles é motivo de grande orgulho, pois o retornado representa a luta, o dinamismo, a inteligência, o espírito de iniciativa que os fez integrar e vencer na sociedade portuguesa.

"Mas tanto a norte como no sul, como no centro, os retornados fizeram grandes coisas, grandes empresas. Não quero com isto dizer que todos tivessem vingado, porque no meio de setecentas mil pessoas há o bom e há o mal. Mas a maioria era boa e era muito lutadora e fez-se grandes industrias, mudou-se muito. Há zonas de Portugal que os

retornados viraram do avesso. Completamente! E muita gente com cultura e bem na vida dá muito valor à luta que o retornado teve em Portugal, contra ventos e contra as pessoas, contra toda a gente que não queriam que eles vingassem. (...) Mais tarde, com os anos, veio-se a confirmar que realmente nós somos bem formados".

Uma vez que este grupo social sofreu uma rotulagem depreciativa aquando do seu regresso a Portugal, os nossos entrevistados não deixaram de referir situações em que foram discriminados e estigmatizados pela sociedade portuguesa da época. Depois de terem sofrido o trauma da independência moçambicana, esperou-lhes o mais difícil: a integração em Portugal.

"Quando chegámos fomos muito hostilizados, o retornado foi muito hostilizado. Tanto que muitos não conseguiram permanecer aqui e foram para o Brasil, para a Venezuela, para muitos lados e não quiseram ficar cá. (...) Quando oiço falar em retornados, ai..., dá-me uma aflição porque lembro-me daquele tempo da chegada de África. É uma coisa que nos marca. Isso foi uma época que me marcou bastante, mas pelo negativo. Porque me sentia posta à margem, hostilizada na minha própria terra; Rejeitada, nós fomos rejeitados. Imagine que até os piolhos tinham sido os retornados que trouxeram. Durantes os anos que vivi em África nunca vi lá piolhos; Nem nos negros!".

Assim, sem dinheiro e com poucas ajudas, o trabalho foi o único meio através do qual conseguiram reorganizar a sua vida.

"As pessoas foram muito mal recebidas, mas conseguimos refazer a nossa vida a pulso, com uma certa raiva. O meu marido às vezes dizia: «Eu não preciso de pedir nada a ninguém, eu tenho duas mãos para trabalhar e quero trabalhar». Foi de facto muito difícil, muito, muito, muito. Só de facto com um trabalho quase de noite e de dia é que conseguimos".

A par de trabalhadores e dinamizadores, os retornados definem-se como um grupo onde a franqueza e a abertura são seu apanágio. Talvez por isso, referem a sua maior tendência para fazerem amizades com pessoas que vieram de África. Segundo eles, existe um *íman* que os atrai e une.

Na verdade, com o decorrer dos anos e com a integração concluída o termo retornado deixou de ter um sentido depreciativo.

"Hoje já nem ligo e hoje praticamente isso já nem se houve dizer. Às vezes são os próprios retornados que dizem uns aos outros por brincadeira: «Adeus oh retornado!», mas por brincadeira, porque praticamente essa palavra já foi esquecida. Nós integramo-nos no sistema e a maioria vingou, vingou e lutou mais do que os outros que estavam habituados a uma vida mais calma, àquela vida que existia em Portugal".

Retornado Moçambicano *Versus* Retornado Angolano

Contrariando as nossa expectativas iniciais, é curioso verificar que todos os nossos entrevistados consideram o retornado moçambicano diferente do retornado angolano. A principal causa apontada para essa diferença é a influência que os ingleses tiveram sobre os retornados moçambicanos e que não tiveram sobre os retornados angolanos. A sua vivência num país geograficamente mais distante de Portugal onde muitas das normas sociais eram inglesas, marcou definitivamente uma distinção entre os dois grupos sociais. Enquanto os moçambicanos aprenderam a delicadeza e o *fairplay* inglês, os angolanos continuaram muito ligados aos modos de pensar e de viver típicos dos portugueses.

"Há uma diferença bastante acentuada, mas isso é uma coisa que já é de longe, não vem de agora, depois de nós virmos para cá. Já antigamente, no período normal em que vinham de férias os moçambicanos eram diferentes dos angolanos. Os angolanos diziam que os moçambicanos tinham peneiras. Mas não era por peneiras, era simplesmente pelo sistema de vida que nós tínhamos que, era o sistema inglês. Porque a nossa fronteira juntava-se com a da África do Sul e com a antiga Rodésia do Sul onde a gente aprendia talvez mais... . O sistema inglês tem outra maneira de estar na vida; Boa, e eles não tinham. Notava-se a diferença que existia entre uma pessoa que estivesse em Moçambique e outra que estivesse em Angola".

Os Residentes

O grupo dos residentes em Portugal são apontados como um grupo que dificultou o processo de integração. Assim que chegaram a Portugal, os retornados depararam-se com uma série de manifestações contra o seu regresso. Acusados de

serem *racistas* e de virem ocupar os empregos dos residentes, é criada uma relação de hostilidade e de afastamento entre os dois grupos sociais.

Para além deste aspecto, os residentes possuíam uma mentalidade diferente da mentalidade adoptada pelo retornado Moçambicano. Enquanto o residente se mostrava fechado e desconfiado, o retornado era aberto e franco ao nível dos seus relacionamentos quotidianos. Tudo isto contribuiu para que a relação estabelecida entre os dois grupos não fosse isenta de dificuldades.

"Quando viemos deparámos com um modo de vida completamente diferente. Eu já era mais de África do que de Portugal. As próprias mentalidades eram diferentes. Aqui o povo é muito mais fechado. Lá o povo era muito mais aberto. Eu estava habituada a outro meio onde eu podia estar com uma bata e de chinelos, ir ao supermercado ou à peixaria e ninguém olhava para isso. Não tínhamos esse preconceito".

É curioso verificar que apesar do grupo dos retornados ter sido negativamente rotulado pelos residentes, o primeiro sente em relação ao segundo uma sentimento de superioridade. Segundo os nossos entrevistados, a sua preparação e capacidade era superior à dos residentes. O seu êxito em Moçambique e mais tarde a sua rápida integração na sociedade portuguesa confirmou o seu valor.

"Diziam que vinham cá tirar o pão deles e que vinham ocupar os seus lugares. Muitos vieram ocupar os lugares, mas eram mais capazes. Completamente diferente, tanto bancariamente como comercialmente, a todos os níveis. Qualquer retornado era mais capaz do que as pessoas que cá estavam; Eram muito atrasadas.

(...) Nós lutámos mais até porque muitos não vieram com vinte anos nem com trinta. Vieram com quarenta e com cinquenta e mais, e vingaram e andaram e lutaram e recomeçaram a vida novamente".

A Integração

Nos primeiros anos após o retorno o sentimento que mais persiste na população de retornados é o sentimento de revolta e de desespero. As tentativas de integração na sociedade portuguesa foram muitas vezes malogradas pelo facto de pertencerem a um grupo estigmatizado onde a média das idades não ajudava a sua integração profissional.

Mais do que a integração profissional, a integração cultural foi em certos aspectos traumática. Se por um lado assistiram à queda do seu estatuto socio-económico, por outro lado desesperaram com as profundas diferenças culturais.

"Foi muito mal, foi uma adaptação péssima, péssima, péssima, péssima. Passei as *passas do Algarve*, e não desejo a ninguém. Eu tive um período privilegiado de coisas boas, um período de vinte e um ou vinte e dois anos que estive em Moçambique de bom, e quando voltei para cá vim para o mal, passei mal a nível profissional. Fui fazer uma coisa que nunca tinha feito. Alguém tinha que fazer aquele serviço e era eu que o tinha que fazer, e como nunca tinha feito aquilo, custou-me bastante. E os anos passavam, passavam, passavam; Sete, oito, nove, dez anos e não estava aclimatado à terra. Quer dizer, continuava a pensar que estava aqui de passagem e que ia para lá outra vez. Isto é verdade! «Isto é de passagem, eu hei-de ir. Estou aqui de férias! Mas eu vou-me embora daqui porque realmente isto não é terra para eu viver. Não quero isto, não quero isto!». Era a revolta interior que tinha".

Apesar de todas as dificuldades sentidas no processo de integração, temos a consciência que ele decorreu de uma forma francamente positiva já que a sociedade portuguesa de então teve uma maliabilidade impressionante ao integrar uma enorme quantidade de pessoas num tão curto espaço de tempo. Referiremos que para tal tenha contribuído o dinamismo e o espírito de iniciativa tão mencionado pelos nossos entrevistados.

"Não me encostei a ninguém, não fui para hotel nenhum. Comecei logo a trabalhar, comecei logo a trabalhar. Cheguei cá em Setembro, tratei do que tinha a tratar, a família chegou em Dezembro e eu em Fevereiro estava a trabalhar. Tratei da papelada para ter casa e em Fevereiro estava a abrir um supermercado. Nunca precisei... nunca me encostei a ninguém".

Passados vinte anos sobre a descolonização, podemos constatar que em regra geral a população retornada está completamente integrada na sociedade portuguesa. Sem nunca ter esquecido África, todos os nossos entrevistados falam com uma tranquilidade própria de quem perdoou, mas não esqueceu, o erro da descolonização africana. Hoje em dia, à excepção de Antónia, todos reconhecem que já assimilaram hábitos portugueses e que deixaram alguns hábitos africanos; Mas nos seus corações continuam bem gravadas as palavras: *Kanimambo* (obrigado) Moçambique!

V - Análise Comparativa

Partindo da análise descritiva que temos vindo a apresentar relativamente ao caso de Angola e Moçambique, procederemos de seguida à sua análise comparativa. Tal procedimento constitui um dos nossos principais pólos de investigação, tendo em conta a nossa hipótese inicial, a saber:

«Porque se limitaram a trasladar a cultura portuguesa para Angola, os colonos angolanos viveram menos a cultura africana do que os de Moçambique. Se tal se vier a confirmar, os retornados de Angola poderão ter tido menores dificuldades de integração na sociedade portuguesa do que os de Moçambique.»

De uma maneira geral, podemos concluir que, do ponto de vista objectivo, a situação de retorno é em ambos os casos idêntica, embora seja subjectivamente sentida como diferente pelos que retornaram de Angola ou Moçambique. Talvez por isso se tenda a falar dos retornados como um todo, sem que se tenha em conta a especificidade que resulta do facto de terem vindo de uma ou de outra colónia. Esta distinção, a que só chegamos depois de uma análise mais profunda, é contudo bem sentida por parte dos próprios retornados, sobretudo pelos vindos de Moçambique, nos quais a estratégia de afastamento é perceptível ao longo das suas narrativas biográficas e se reflecte na sua integração na sociedade portuguesa.

Desde logo, a partida e a viagem para África constituem duas categorias importantes na construção dos discursos produzidos pelos retornados de Moçambique, enquanto para os de Angola apenas o intermediário assume especial relevância. Esta diferença, aparentemente pouco significativa, poderá indiciar o carácter aventureiro de que se revestia a ida para Moçambique. Note-se que não só a viagem era mais longa e por isso mais marcante, como também o contraste natural e cultural vivido era maior em Moçambique.

Não obstante, não podemos pôr de parte a hipótese de esta valorização se dever às diferentes condições e locais de partida dos nossos entrevistados. O facto de se ter partido de uma aldeia da Beira Alta, onde os invernos eram rigorosos e o mar era desconhecido, ou o facto de se ter partido jovem e sozinho tem um peso importante no tipo de relação que os entrevistados estabelecem com estas categorias.

Outra diferença por nós constatada e que julgamos poder ter influência ao nível da integração após o retorno, tem a ver com o facto de os Moçambicanos tenderem a valorizar o aspecto natural e físico de África, apaixonando-se acima

de tudo pela terra, enquanto os angolanos se apaixonaram pelo povo, destacando o convívio e a amizade.

Mais uma vez, não podemos deixar de ter em conta que o número de biografias por nós recolhidas não permitem isolar a distorção que os diferentes locais de acolhimento podem ter produzido na nossa amostra. A este respeito, é de salientar que no caso de Moçambique encontramos três casos que mantiveram um estreito contacto com *África Profunda*, ao passo que no caso de Angola todos os nossos entrevistados conheceram apenas a realidade urbana de Angola. Em todo o caso, parece haver solidariedades mais fortes no caso de Angola, tanto entre colonos como em relação aos nativos. A força destas solidariedades, que se reflecte aquando do retorno, sendo inúmeras as formas de entreatajuda relatadas, está ainda bem presente nos vários encontros de retornados de Angola, mais frequentados do que os de Moçambique, e também no facto de os primeiros apresentarem um carácter predominantemente regional, respeitando as zonas de recepção em Angola, que contrasta com o carácter nacional dos encontros de retornados de Moçambique. Tal permite-nos detectar a preservação das fortes identidades regionais existentes em Angola.

Esta valorização do aspecto social no caso angolano, pode também explicar a falta de vontade manifestada pelos nossos entrevistados em voltar a Angola. Enquanto a paisagem que enfeitiçou os colonos moçambicanos continua a existir, ainda que um pouco destruída, a sociedade colonial angolana foi completamente extinta. Isto sem esquecer que a guerra em Angola foi bem mais devastadora do que a de Moçambique.

Da mesma forma, os moçambicanos tendem a falar preferencialmente de África quando pretendem referir a realidade que conheceram, ao passo que os angolanos se limitam a falar de Angola. Parece-nos então poder inferir que os retornados moçambicanos têm mais a percepção de ter vivido num continente diferente do europeu, onde existia uma grande heterogeneidade cultural. Já o retornado angolano parece ter estado em África sem o estar. A este propósito, parece-nos oportuno relembrar a posição defendida por Fernando Barciela Santos:

"Mudar-se para Angola era quase como ficar na sua terra. A adaptação era imediata. Continuava a falar a sua língua e encontrava-se com os seus conterrâneos. Estes, alguns deles já bem instalados e desfrutando de prosperidade económica, preocupavam-se em ajudar o recém chegado, em orientá-lo, arranjar-lhe trabalho ou dar-lhe sociedade num negócio. (...) A sua cultura, de facto, mal se deixou infiltrar pela africana."

(Barciela Santos, 1975: 42)

De facto, o modo de vida angolano durante o colonialismo era *aportuguesado*, fruto da *trasladação* de costumes e práticas sociais típicos da cultura portuguesa, e dos quais a reprodução das marchas populares no Lobito constituem um bom exemplo. Já o modo de vida colonial moçambicano parece ser fruto de uma forte heterogeneidade de culturas que coexistiam em Moçambique e que lhes permite auto-defenir-se como *criadores de uma cultura*. Na verdade, o modo de vida que se vivia nesta colónia era um misto daquilo que os portugueses levaram para Moçambique e daquilo que foram assimilando da comunidade inglesa radicada em Moçambique e nos países vizinhos, com especial destaque para África do Sul. Paralelamente, parece verificar-se uma influência, ainda que indirecta, de outras comunidades estabelecidas em Moçambique, nomeadamente a indiana, goesa, chinesa, grega, paquistanesa, alemã, etc. Esta multiracialidade vivida em Moçambique faz do seu modo de vida uma construção social única.

Um dos aspectos em que esta heterogeneidade cultural se faz sentir é ao nível da religião. Enquanto em Angola a Religião Católica conseguiu chamar a si a grande maioria da população, incluindo a população negra, em Moçambique verificava-se uma enorme variedade de crenças religiosas, fruto da convivência com as diferentes comunidades. Assim, é de salientar as visitas a mesquitas e o vasto conhecimento que estes nossos entrevistados demonstram possuir acerca das várias religiões que ali estavam representadas. Tal facto explica a proliferação de novas crenças em Portugal após o retorno, facto reconhecido mas nem sempre atribuído aos retornados de Moçambique.

Não deixa de ser curioso que a multiracialidade, acima referida e tantas vezes mencionada pelos nossos entrevistados de Moçambique, não incluía a população negra, já que o separatismo era aqui uma realidade, bem visível no já mencionado facto de um negro ceder sempre a passagem ao seu *patrão* quando se cruzavam no passeio público. Embora em Angola também se verificasse uma desigualdade de oportunidades estabelecida pela cor da pele, situação criticada mas passivamente aceite pelo colonos, o convívio entre brancos e negros era aceite, desde que ambos gozassem da mesma situação sócio-económica. Tal é o caso da relação que uma das nossas entrevistadas estabeleceu com uma colega negra, ainda que única, num colégio de freiras. Esta situação, possível em Angola embora pouco vulgar, seria impensável em Moçambique, uma vez que o racismo que lá se praticava era do tipo ideológico, por influência de África do Sul, enquanto o praticado em Angola era uma versão paternalista da discriminação que existia em Portugal relativamente às classes sociais mais baixas. (cf. Pires, 1995:43)

Reportando-nos à época do retorno, não podemos deixar de sublinhar que todos os colonos moçambicanos por nós entrevistados regressaram a Portugal após a independência, para isso contribuíram as grandes transformações que a mudança de poder produziu a todos os níveis da vida daquele país, nomeadamente o clima de instabilidade e de desorganização que ali se fez sentir. No caso de Angola, os colonos vieram no período que antecedeu a independência, altura em que a guerra civil atingiu o seu momento mais crítico. Talvez por isso a guerra e o terrorismo constituam categorias importantes no caso de Angola e não sejam mencionadas pelos moçambicanos. Como já referimos, esta poderá ser uma das razões pelas quais os retornados angolanos demonstram maior relutância em voltar a Angola.

Associada à concepção dos colonos moçambicanos como *criadores de uma cultura* está naturalmente a sua maior dificuldade de integração na sociedade portuguesa. Assim, enquanto a população retornada de Angola revela essencialmente dificuldades de integração ao nível profissional e económico, a de Moçambique acresce a estas as dificuldades de integração cultural. Mesmo ao nível subjectivo, verificamos que os nossos entrevistados de Angola associam o conceito de integração ao aspecto material, considerando-se integrados a partir do momento em que atingiram uma posição economicamente estável. Já os moçambicanos, mesmo conseguindo um nível de vida estável, continuam a não se considerar integrados, valorizando assim o aspecto cultural.

Curiosamente os retornados angolanos consideram que as diferenças mutuamente reconhecidas entre angolanos e moçambicanos tendem a esbater-se pela experiência comum do retorno, enquanto os moçambicanos se auto-distanciam em relação aos angolanos, considerando-se uma categoria à parte. Tal poderá dever-se ao facto de o modo de vida moçambicano se distanciar mais do padrão português e ter sido mais conservado após o retorno. Neste sentido, podemos concluir que as concepções de família, religião, trabalho e lazer, por se afastarem mais do modelo português, resistiram mais fortemente à influência portuguesa. No caso de Angola, porque as diferenças eram menores, houve uma maior assimilação dos valores portugueses. Note-se que a grande diferença por nós encontrada entre o modo de vida português e angolano, embora extensiva ao caso moçambicano, diz respeito às formas de solidariedade e convívio, constituindo aquilo que designam como o *Espírito Angolano* - uma forma aberta e franca de ser que contrasta com o *Espírito Português*. Na verdade, esta é uma característica que pode ser mantida sem pôr em causa a integração económica, social e organizacional na sociedade portuguesa.

Da mesma forma, os retornados de Angola referem sempre uma aproximação mútua em relação aos residentes, depois de um período inicial de hostilidade, a qual reflecte uma integração quase total. Quanto ao grupo de retornados de Moçambique, verificamos que mantém relações com os residentes sem que com eles se identifique. Neste sentido, verificamos também aqui uma estratégia de auto-exclusão.

Parece-nos então evidente a existência de uma *estratégia de fechamento* por parte do grupo de retornados vindos de Moçambique. Esta constatação contrasta, no entanto, com o desinteresse manifestado por estes nossos entrevistados em frequentar os encontros de retornados de Moçambique. De facto, seria de esperar que a *estratégia de fechamento* se traduzisse numa forte coesão entre o grupo, reforçando o espírito comunitário. Contudo, verificamos que este grupo, quando comparado com o de Angola, se apresenta muito mais disperso, o que talvez se possa explicar por uma postura mais individualista, que mais uma vez reflecte a influência inglesa.

A título de conclusão, podemos constatar que os retornados, enquanto grupo social, não constituem um todo homogéneo, embora sejam comumente tratados como tal. As diferenças por nós encontradas entre os retornados de Angola e de Moçambique revelam-se tanto mais importantes quanto se reflectem ao nível das referências identitárias e da integração na sociedade portuguesa. Assim, destacamos que o grupo de retornados moçambicanos, através de uma estratégia de fechamento, revelam uma grande preocupação em preservar a sua identidade grupal, procurando distanciar-se, tanto do grupo de retornados de Angola quanto dos residentes.

Ao nível da integração, podemos também concluir que os retornados moçambicanos se apresentam menos integrados na sociedade portuguesa do que os angolanos, como o demonstram algumas das diferenças por nós apresentadas, nomeadamente: o querer voltar a África, o preservar de um certo estilo de vida e a recusa em identificar-se com a mentalidade e estilo de vida portugueses. Por tudo isto, parece-nos mais plausível falar de *assimilação* para definir o processo de aprendizagem, recalçamento e adaptação que este grupo teve que enfrentar. Embora este conceito também se aplique ao caso angolano, ele é especialmente visível no caso de Moçambique, visto que as diferenças culturais eram à partida maiores. Os retornados moçambicanos aprenderam a viver com as regras portuguesas sem que, no entanto, se identifiquem com elas. Os retornados de Angola já as conheciam melhor.

VI - A Segunda Geração

1. Análise Descritiva

África

África é uma palavra que os nossos entrevistados se habituaram a ouvir falar em suas casas. Faz parte das suas vidas, aliás foi o início da sua vida uma vez que lá nasceram e lá viveram os seus primeiros anos. Não obstante, é curioso verificar que este actor social surge nos discursos desta segunda geração de formas diferentes. Para os moçambicanos continua a assumir um sentido mágico, continua a exercer sobre eles o mesmo *feitiço* que exercia sobre os seus pais. Dois dos nossos entrevistados chegam mesmo a referir o incontornável *chamamento de África*.

"Não sei se me sinto português porque cada vez mais a minha terra me chama; não sei porquê! Há sensações, há sentimentos que nós não conseguimos explicar, e cada vez mais eu sinto o chamamento das minhas raízes. E as minhas raízes é a minha terra onde eu nasci, onde eu brinquei. É um chamamento que eu não consigo explicar".

Já para os angolanos, África suscita-lhes apenas uma certa curiosidade. Reflectem sobre ela de um modo mais descritivo e distante, sendo as características físicas do país (clima, dimensão, etc) as principais referências de África.

"Sinto um bocadinho, há sempre uma curiosidade enorme de conhecer o sítio, sei que um dia lá passarei outra vez! (...) Não sei, é assim, eu gosto de países exóticos, quando escolhemos férias é sempre para locais desses! Gosto desses destinos, gosto do clima tropical... enfim! E se tivesse outras condições de paz, provavelmente até poderia equacionar, como equacionei a determinada altura quando estava na faculdade, ir para lá trabalhar! Mas com os anos, como qualquer pessoa que vive em Portugal, o destino seria voltar a Portugal".

Tal como para a primeira geração de retornados moçambicanos, a referência de Moçambique como um lugar privilegiado de encontro de diferentes culturas, de progresso e de uma forte influência do modo de vida inglês, é igualmente defendida por esta segunda geração.

"Antes a diferença entre o modo de vida de lá e de cá era maior. A gente tínhamos como vizinhos as colónias inglesas; O nosso estilo de vida também era inglês, até na maneira de vestir e de falar. Portanto, o facto de nós virmos para cá fez-nos ver a diferença nos modos de vida. Hoje em dia essa diferença já não é tanta. Com a nossa entrada na CEE é que se notou realmente o que é ser-se influenciado pelo exterior. Nós não notámos tanto, as pessoas que cá estavam e que não conheciam é que notaram mais. Porque nós falamos nas saudades de Moçambique e no atrazo deste país e dizemos: «Olhe, o que nós estamos a passar agora é o que nós já conhecíamos». Não estranhámos porque já estávamos habituados".

O Espírito Angolano e o Ser Moçambicano

Ambos os actores sociais servem para pôr em destaque o mesmo espírito aberto, dinâmico e alegre que caracteriza todos os retornados das ex-colónias portuguesas. Como já tivemos oportunidade de referir, o *espírito aberto e dinâmico* são os dois atributos que ambos os grupos sociais, angolano e moçambicano, se autoatribuem. Há um claro orgulho assumido pelas suas raízes africanas.

"São pessoas completamente diferentes. Quando estou com essas pessoas ninguém joga à defesa, é uma amizade e uma sinceridade que se sente, e dizemos logo: «Olha, você não é de cá. Esteve fora!». Nota-se logo, nota-se logo, pelos olhos, pelo sorriso. (...) Com os que vieram de África estamos à vontade, a conversa é espontânea, as gargalhadas também. Sem qualquer comprometimento".

No caso dos nossos entrevistados nascidos em Angola, verificamos que apesar de não se identificarem com Angola enquanto país, identificam-se com o seu espírito aberto, dinâmico e determinado. Tal como a primeira geração, este grupo mais jovem de retornados viu o *espírito angolano* dissolvido ainda que não tenha desaparecido na sua totalidade. O mesmo acontece com a cultura africana que tem para estes indivíduos um carácter essencialmente simbólico.

"Os meus pais eram pessoas que saíam muito de casa, iam muito a festas, a casa de amigos, iam para a praia constantemente... pronto, eram pessoas que faziam muito a vida fora de casa! Chegaram a Portugal, perderam os bens e tiveram que ter uma vida de muito sacrifício, de muito trabalho para reconstruir a vida. Isso, de alguma forma, desgastou-os e a maneira de eles encararem o tempo livre mudou, preferem ficar em casa a descansar e a

gozar os bens que adquiriram. Acho que a maneira de viver angolana mudou, mudou muito mesmo!".

No caso dos nossos entrevistados nascidos em Moçambique, para além da identidade com a abertura e dinamismo do *espírito moçambicano*, eles continuam a sentir uma forte identidade com o país. O desejo de voltar é uma constante por nós verificada.

"Eu cheguei a pensar em me inscrever nos voluntários da ONU. Não me importava nada de ir para o meio do mato ensinar os miúdos a ler e a escrever. Eu é que sei como é que sinto as coisas, eu era mesmo capaz de ir para lá assim, e só não fui porque a minha mãe não achou muita piada à ideia".

Em ambos os casos, o clima é referido como uma das principais causas da abertura, do convívio e da alegria que estes retornados assumem, ou seja, como factor determinante no *Espírito Africano*.

"As pessoas que vieram de lá não temos tanto aquela influência do fado: «Ai o coitadinho». De uma maneira ou de outra, o facto de ter nascido numa terra de muito sol, de grandes espaços e de muita alegria, condiciona as pessoas quer elas queiram quer não. (...) Os ritmos africanos são mais quentes e até na tristeza eles cantam. E é isso, eu acho que basicamente nós somos mais alegres e mais abertos do que as pessoas daqui".

Os Pretos

Ainda que inseridos em sistemas diferentes de racismo, uma vez que, como vimos e segundo Rui Pena Pires o racismo angolano é do tipo paternalista e o moçambicano é do tipo ideológico via África do Sul, o certo é que em ambas as sociedades, o estatuto social dos negros estava a sofrer um nivelamento relativamente ao povo colonizador, do qual esta segunda geração tem plena consciência.

"É claro que houve muitas atrocidades, muitos conflitos, antes da independência, naqueles dois últimos anos! Mesmo anteriormente, na época dos colonos, é evidente que a supremacia dos brancos sobre os pretos foi terrível, em termos de violência, de abusos dos

direitos humanos, os pretos sempre foram considerados... pretos! E sempre houve uma grande exploração. Isso sem dúvida alguma! Mas isso também foi uma vitória que eles tiveram, é que os brancos também começaram a aceitar. Digo-te, nos últimos anos, nos bancos, nas instituições, lojas... já se via gente de cor, gente formada e com uma pinta descomunal, com uma educação e uma formação impecável, sem dúvida nenhuma!".

Um dos nossos entrevistados refere mesmo o facto de na sua turma existirem apenas dois alunos brancos e quatro indianos, sendo o resto das crianças negras. Mas refere igualmente que esse convívio se estabelecia apenas na escola uma vez que as suas brincadeiras extra-escolares eram exclusivamente partilhadas com amigos brancos que viviam no seu bairro.

São apenas os entrevistados que regressaram com mais idade, com treze ou quinze anos, é que referem a amizade e o convívio com a população negra.

"Tenho a dizer que das pessoas com quem eu gostava de brincar era com eles, porque não havia interesse nenhum da parte deles. Mesmo nos últimos tempos havia um que vinha sempre ter comigo para bricarmos; Era uns cinco anos mais velho do que eu mas pronto... vinha ter comigo e andávamos a correr e a saltar. (...) Foi um povo que gostei muito, que amei mesmo. Como disse, tinha amigos de cor e brancos, mas mesmo que fossem menos os de cor eu sei que eram amigos sinceros. Eramos amigos de rua, brincávamos, íamos à caça, aos pássaros, íamos às lagoas à pesca".

A Independência

De um modo geral todos estes entrevistados estão de acordo com a independência das ex-colónias portuguesas. Contudo, todos discordam com o modo como essa independência foi atribuída. Ao longo dos seus discursos tecem várias críticas aos governantes portugueses da época, e tal como a primeira geração, responsabilizam-nos por todo um conjunto de *desgraças* a que a independência induziu. A par das críticas, são defendidos outros modelos de descolonização, deparando-nos já com uma tentativa de explicação e de análise do problema da independência e da descolonização que procura inseri-los no contexto mundial.

"Haviam várias soluções, dar a autonomia e só depois passar por uma independência. Formar quadros africanos. Aliás, como na altura a minha classe só tinha dois

brancos, ao fim de dez anos esses já andariam no liceu e formariam uma classe de trabalhadores com mais qualificações para ocuparem certos cargos do país. Eu penso que se deveria ter dado a independência por fases, como se deu nas outras colónias inglesas que pensou nas colónias, nos colonos e pensou nos nativos. Enquanto os portugueses, como sempre, pensaram só para hoje, não pensaram como devia ser e deram de qualquer maneira as províncias ultramarinas a povos não preparados. Isto aconteceu porque os dirigentes portugueses da altura eram comunistas e deram primazia aos movimentos pro-libertação comunistas que existiam nas ex-colónias. Então deram rapidamente os territórios a essas guerrilhas comunistas e esses territórios caíram em desgraça. A população branca, os técnicos, os cérebros e os capitais saíram todos das ex-colónias e esses países ficaram vazios de tudo o que precisavam para poderem produzir".

O Retorno

Para a segunda geração, o momento do retorno marca o início de uma nova vida, de uma nova realidade. Os caminhos que os pais lhes tinham traçado foram trocados. Porém, devido à pouca idade de alguns dos nossos entrevistados, esta mudança ocorreu de uma forma despercebida.

"Eu como criança que ainda era, não vi esse período da minha vida como uma mudança radical como veio a ser. Não dei conta e dizia: «Vou para a Metrópole!», e dizia-o com alegria sem saber que aquilo iria ser um corte radical naquilo que os meus pais produziram para nós. Foi uma mudança de rumo sem eu dar conta".

Já para os entrevistados que vieram no início da sua juventude, o retorno apresentou-se de um modo mais traumático e difícil. Muitos dos excertos das suas entrevistas são semelhantes aos da primeira geração. O sentimento de queda social e as dificuldades de adaptação a uma nova realidade, marcaram esta população de retornados.

"Foi mau, é de sofrimento, é de adaptação. Por exemplo, nós quando chegámos cá eu trazia pouca roupa e passei frio. Não é porque os meus pais não tivessem dinheiro, mas porque nós vínhamos desadaptados à realidade de cá. E depois tivemos de enfrentar pessoas, inclusivamente familiares, que diziam que nós estávamos lá a explorar os pretos, quando eu sempre entendi que nós até fomos muito amigos deles".

Muitos deles chegaram a meio do ano lectivo, o clima era diferente, os professores e os colegas também. Como forma de melhor ultrapassar esta situação, o desporto e o convívio com outros jovens vindos também das ex-colónias funcionou como um suporte para a adaptação destes indivíduos a quem chamaram retornados mesmo sem eles perceberem porquê.

Passados vinte anos sobre a descolonização e sobre a vinda para Portugal, estes jovens estudaram, trabalharam e hoje, alguns deles, já constituíram família. De um modo geral, o problema do retorno foi superado.

"Os meus pais educaram-nos a assumir de maneira a achar que era uma coisa natural, que podia acontecer a qualquer pessoa e que nós não tínhamos que ter vergonha de nada. Nunca tínhamos estado em falta com ninguém e portanto não havia motivo para ter vergonha. (...) Sei que há pessoas que têm alguns complexos, mas eu não! Tanto que eu como os meus irmãos, os meus pais, mesmo nada! Sinto-me como qualquer outra pessoa!"

Não podemos no entanto deixar de referir, o sentimento de *amputação* mencionado pelo nosso entrevistado que chegou a Portugal com mais idade. A superação do problema do retorno não é tão abertamente assumida, pelo contrário, deparamo-nos com um forte inconformismo.

"Hoje sou um homem traumatizado porque as minhas raízes estão longe de mim, os sítios onde eu brinquei, os sítios onde fui feliz, os sítios onde também fui triste, está longe, está muito longe de mim e fui obrigado a recomeçar, a esquecer tudo o que foi para trás e isso custa muito. (...) Mas... foi muito mau, muito mau a nossa vinda para cá".

Portugal

Todos os nossos entrevistados referem o estado atrasado em que Portugal se encontrava na década de setenta e o grande contributo da população retornada para a transformação da sociedade portuguesa. Neste sentido, o sucesso de muitos empresários que vieram das ex-colónias portuguesas e que contribuíram para o desenvolvimento deste país, é inúmeras vezes mencionado.

"Nós chegámos aqui a Portugal, o meu pai que nasceu lá e nunca cá tinha estado, quando chegou ficou parvo e disse: «É incrível como nós, angolanos, estamos avançados, na parte das vivências, do dia-a-dia e até das infra-estruturas, estamos avançados não sei quantos anos!». Há coisas que não têm nada que se compare, o clima era diferente, a maneira de ser era diferente, mas não é isso! É a própria pobreza, o nível económico que havia cá".

Curiosamente, o grau de identidade que ambos os grupos, angolano e moçambicano, estabelecem com Portugal é diferente. Para os jovens angolanos a identidade com Portugal é completa. Consideram-se incondicionalmente portugueses e de uma maneira geral, como já referimos, não sentem desejo de voltar para Angola. Tal como a primeira geração, estes indivíduos viveram numa sociedade colonial onde o modo de vida tinha sido trasladado de Portugal continental. O ser angolano é uma mera questão de nacionalidade.

"Português, aliás às vezes fico intrigado como é que eu nasci em Angola e me sinto tão português. Acho que isso é uma prova de que as pessoas que foram para Angola não perderam a identidade com o país. As pessoas eram portuguesas, falavam português e levaram para lá muitos hábitos portugueses. Eu até nasci numa terra que se chamava Novo Redondo porque foi uma terra para onde foram muitos alentejanos do Redondo e deram-lhe esse nome. Mas mesmo nas festas, as pessoas mantinham alguns hábitos que havia cá em Portugal. Mas sinto-me português, obviamente! Nasci em Angola, mas tenho nacionalidade portuguesa!".

Já para os jovens que vieram de Moçambique, esta forte identidade com Portugal não existe. Há um afastamento nitido deste grupo social relativamente a Portugal. Relacionado com este facto, e como já tivemos oportunidade de abordar, estará a maior distância em relação à metrópole e o ambiente multiracial que se vivia em Moçambique e que não existia em Angola. Os pais desta geração delegaram nos seus filhos o gosto, a identidade e o *feitiço* por Moçambique. Só assim poderemos compreender a constante referência ao *Chamamento de África*.

"O chamamento de África é muito forte, as pessoas nunca esquecem por mais longe que estejam, por mais novos que tenham vindo, pronto têm sempre aquela noção de ter nascido lá. Eu acho que isso é indiscutível, as pessoas ficam sempre ligadas a África porque é especial. Nós os portugueses sempre fomos de nos miscegenar, e este sentimento que nós temos em relação a África é próprio dos naturais, daqueles que consideram a terra como sua.

Os nossos descobrimentos foram isso mesmo, uma fusão de raças enquanto os descobrimentos ingleses não, eles nunca se misturaram".

Os Residentes

Tal como acontecia com a primeira geração, também aqui os residentes são alvo de vários comentários acerca do seu comportamento pouco acolhedor para com os retornados no momento do seu regresso. Todos denunciam o sentimento de incompreensão, desconfiança e revolta de que foram alvo por parte da população residente em Portugal. Como já tivemos oportunidade de verificar, foram os residentes enquanto detentores do "monopólio da verdade" que rotularam depreciativamente os retornados.

Um dos nossos entrevistados chega a referir o retraimento que algumas das vezes ainda marca as suas relações com os residentes, sendo que este retraimento não é mais do que uma forma de defesa.

"Eu avalio as pessoas, se vejo que posso dizer digo, se não, não digo. Porque por exemplo, eu tive uma professora já recentemente na faculdade a quem não se podia dizer que uma pessoa tinha vindo das ex-colónias porque ela detestava. A essas pessoas não refiro, mas se há outros que eu vejo que estou à vontade digo, até porque não sou capaz de ouvir falar mal dos retornados e não falar. Muitas vezes não digo logo que vim de lá, mas defendo os pontos de vista das pessoas que vieram de lá".

Hoje em dia é curioso verificar que os jovens angolanos estabelecem com a população residente uma relação de aproximação enquanto os vindos de Moçambique estabelecem com eles uma relação de afastamento. Enquanto os entrevistados de Angola são da opinião que:

"Acho que está à vista, passados vinte anos, as pessoas convivem todas saudavelmente e não há choques entre as pessoas que vieram de lá e os que cá estavam, os chamados retornados e os que estavam cá!".

Os entrevistados vindos de Moçambique, e mesmo vinte anos depois, têm um discurso distanciador relativamente aos residentes.

"Quando estou com um português estou sempre a pensar se não sei, se estou a ser agradável, se é amizade, se é verdadeiro. Tenho que dizer tudo correctíssimo, sinto que estou a ser julgado. (...) Enquanto em África havia a convivência entre as comunidades, repartia-se, cá não. Cá as pessoas não dividem, não repartem, vivem para si mesmas e não tentam enriquecer-se umas às outras. Isso notei eu muito no meu trabalho, em vez de se enriquecerem umas às outras não, escondiam e faziam ratoeiras. Em vez de evoluírem, estão sempre a andar para trás como os caranguejos".

Mais uma vez, verificamos que o facto de os retornados terem vivido em Angola ou em Moçambique os influenciou diferencialmente. Ainda que de um modo geral se tenda a analisar os retornados como um todo, a nossa investigação chamou-nos a atenção para certas particularidades que distinguem os retornados angolanos dos retornados moçambicanos.

Os Retornados

Orgulhosos hoje da sua condição, estes nossos entrevistados foram também alvo de discriminação na altura da sua chegada.

"Lembro-me que os outros miúdos me diziam que eu era retornada assim com um certo ar, e que os retornados traziam para cá os piolhos. Eu lembro-me porque isso marca uma pessoa, mas como eu era a maior de todos batia neles todos (risos). Eles chamavam-me retornada e eu corria atrás deles para lhes bater".

Apesar de todo o ambiente discriminatório que os envolvia, é interessante verificar que, tal como a primeira geração, estes indivíduos adoptaram uma postura de superioridade relativamente a Portugal.

"Se não fossem os retornados nós ainda vivíamos no século XIX ao nível da indústria, etc. Pois, porque as pessoas vieram para cá com inovações, porque parecendo que não nós estávamos muito mais avançados do que as pessoas daqui. (...) Trabalharam muito e na minha óptica não vieram para cá tirar lugares a ninguém. Essas pessoas, para mim, tiveram que provar que eram duas vezes mais eficientes do que as pessoas que cá estavam".

Como já tivemos oportunidade de referir, a descrição dos retornados como um grupo de sucesso e dinamismo são uma constante. Há uma forte identidade e um sentimento de participação ou partilha do sucesso de todos os retornados vindos das ex-colónias portuguesas. De um modo geral, verificamos que há uma aproximação geral entre os membros deste grupo social, ainda que esta aproximação tenha diferentes significados. Enquanto para os angolanos esta aproximação verifica-se entre todos os retornados, para os moçambicanos, uma vez mais adoptando uma postura de distanciamento, esta aproximação diz principalmente respeito aos retornados moçambicanos. Ainda que não se distanciem do convívio e da amizade com os retornados angolanos, distanciam-se sobretudo do seu modo de vida e da sua identidade. Não obstante, este distanciamento é menos acentuado do que o demonstrado pela primeira geração.

Da mesma forma, enquanto para os angolanos esta aproximação é vista como casual, fruto do elevado número de retornados vindos daquele país, para os moçambicanos a aproximação entre os membros deste grupo social é explicada pela forte identidade que os une. A este propósito, não deixa de ser significativo que de entre o nosso grupo de entrevistados, haja uma maior inclinação por parte dos jovens moçambicanos em frequentare os encontros de retornados do que de jovens angolanos. Este segundo grupo adopta um completo afastamento e desinteresse em relação a esse tipo de solidariedades, enquanto que o primeiro grupo manifesta alguma curiosidade e interesse. Esta constatação é ainda mais pertinente se recordarmos que no caso da primeira geração encontrámos uma maior participação nestes encontros por parte da população angolana. Na verdade, enquanto os poucos retornados de Moçambique que frequentam estes encontros conseguem convencer os seus filhos a acompanhá-los, os oriundos de Angola têm mais dificuldade em fazê-lo. Tal vem demonstrar desde já uma maior recriação da identidade de retornado no caso de Moçambique.

2. Reflexões Gerais

Antes de mais convém referir que, devido à diversidade de opiniões por nós encontrada nas entrevistas desta segunda geração, só conseguiríamos identificar as variáveis que explicam esta diversidade com uma amostra mais alargada, recorrendo eventualmente ao inquérito por questionário.

De um modo geral, encontrámos nesta geração uma maior frieza e racionalidade na análise que fazem das situações, fruto do maior distanciamento que estabelecem com a problemática do retorno. Muitos tentam *inclusivè* encontrar explicações mais gerais e menos emotivas para a descolonização e para a independência.

"Por exemplo, em contrapartida os meus avós, principalmente a minha avó com menos cultura e informação, ela pensa que foram os pretos que a quiseram correr da terra dela para fora, da terra onde ela viveu desde nova. Uma pessoa tem que ver que, de facto, os pretos queriam a autodeterminação e pronto, movimentavam-se no xadrez mundial determinadas peças e os jogadores eram os EUA e a União Soviética".

Por outro lado, constatamos que mais do que uma recriação intergeracional da identidade de retornado, houve sobretudo uma reprodução dos discursos da primeira geração. As principais ideias e sentimentos que aparecem nas entrevistas da primeira geração, surgem novamente nos discursos da geração seguinte, ainda que com algumas alterações próprias de quem pertence a outra geração, e de quem viveu de forma diferente esta situação. Verificamos assim que, a educação se assume como central no tipo de relação que esta segunda geração estabelece com África. Razão pela qual, uma postura da primeira geração mais ou menos ligada ao passado reflecte-se no tipo de identidade que os filhos irão adoptar como sua, independentemente da idade com que regressaram e das recordações que trouxeram.

Por outro lado, verificamos que as diferenças por nós encontradas entre retornados angolanos e moçambicanos se estendem à segunda geração, razão pela qual podemos falar em recriação geracional da diferença. Porque a primeira geração de Angola era à partida menos africana, os seus filhos estão completamente integrados. Quanto ao caso de Moçambique, a estratégia de auto-exclusão, tanto em relação aos residentes e a Portugal, como em relação aos retornados de Angola, permanece válida para a segunda geração, que tende a identificar-se como moçambicana, como um grupo social autónomo, enfim, com uma realidade com a qual pouco ou nada conviveram.

Actualmente, esta geração de retornados conserva e cultiva as marcas de um passado africano mas vivem como portugueses. As próprias entrevistas por nós recolhidas não são mais do que o recordar aquilo que foi um tempo de ouro, como geralmente a infância é, mas que neste caso se presta muito mais à mitificação uma vez que para além de irrepetível ele foi irresistível.

VII - Considerações Finais

A finalizar este nosso trabalho, gostaríamos de deixar aqui referidas algumas das principais conclusões que temos vindo a tirar ao longo desta investigação.

Começamos então por analisar algumas das hipóteses por nós avançadas no início do nosso estudo e que constituíram o nosso ponto de partida. Desde já, salientamos que algumas destas hipóteses acabaram por ficar um pouco de parte por se revelarem menos importantes do que nos parecia à partida, dando lugar a novas problemáticas que julgámos mais pertinentes.

Relativamente à hipótese de trajetórias comuns entre retornados explicarem uma identidade cultural, independente das suas posições sociais, consideramos ser uma hipótese difícil de comprovar no âmbito do nosso trabalho, visto que a nossa amostra é composta essencialmente por elementos da classe média. Mais uma vez, salientamos que escolhemos os nossos entrevistados pela sua exemplaridade e não segundo um critério estatístico, onde cada uma das classes sociais estaria representada.

Da mesma forma, também a hipótese de se ter verificado uma retoma mais ou menos generalizada dos percursos de mobilidade ascendente, interrompidos com a descolonização, fica comprovada apenas no que diz respeito à nossa limitada amostra. De facto, como vimos, todos os nossos entrevistados consideram o retorno como uma questão ultrapassada porque conseguiram alcançar uma situação economicamente estável, mesmo que esta não seja tão boa como a que tinham nas colónias. Contudo, esta é uma constatação que não podemos generalizar a toda a população retornada a partir de apenas oito casos.

Quanto ao período de instabilidade que foi o pós 25 de Abril, acreditamos que as transformações então ocorridas na sociedade portuguesa criaram espaço para a população retornada, dadas as reformulações que, tanto no campo económico como no campo político, social e cultural, se fizeram sentir. Neste sentido, este grupo social parece ter sabido aproveitar as experiências por que passaram em territórios em expansão, como o eram Angola e Moçambique. Assim se explica o desenvolvimento em Portugal de novas actividades económicas, sobretudo nos sectores secundário e terciário, bem como o aumento do número de trabalhadores por conta própria. Ou seja, a vivência nas colónias de um período de crescimento económico acelerado, bem como o contacto com a cultura organizacional inglesa no caso moçambicano, permitiram aos retornados a formação de um *repertório de recursos culturais*, que possibilitou a tão bem sucedida integração da população retornada na renovada sociedade do pós 25 de Abril.

Consequentemente, parece-nos ser o *espírito de luta e de empreendimento* os atributos que esta população valoriza ao procurar explicar a sua integração. Neste sentido, a formação escolar não parece ser reconhecida como a principal responsável pela obtenção de uma posição economicamente estável, mas sim o *espírito de iniciativa e de sacrifício*. Em todo o caso, permanece válida a hipótese de uma estratégia de investimento na formação escolar da segunda geração. Esta estratégia é fruto de uma forte ambição que se funda nesse espírito empreendedor, e cuja concretização passa por um elevado nível de escolarização.

Quanto à importância dos vínculos familiares na definição das zonas de acolhimento após o retorno, verificamos que estes não foram suficientemente fortes para a fixação dos nossos entrevistados. Na verdade, na grande maioria dos casos verificamos que o abandono surge como a principal reacção das famílias residentes em Portugal, o que passados vinte anos continua a marcar a relação dos retornados com as suas famílias. Se tal pode ser simplesmente o reflexo de um clima de hostilidade geral em relação ao retornado, pode ser também fruto da tentativa de desresponsabilização por parte do Estado, ao delegar nas famílias residentes a responsabilidade de acolher a população retornada. A este propósito, é de salientar que curiosamente todos negam ter recebido ajudas significativas por parte do Estado, o qual acusam de ter cometido algumas injustiças na atribuição de subsídios institucionais.

A família também retornada parece ter sido o principal apoio que os nossos entrevistados encontraram aquando da chegada a Portugal. Mais do que um apoio económico, estas famílias serviram de *local privilegiado de refúgio entre iguais*. À medida que alguns dos elementos da família iam chegando a Portugal, iam-se fixando, ainda que provisoriamente numa mesma zona. Tal facto poderá estar na origem de uma forte coesão de grupo e da construção colectiva da identidade de retornado.

No que diz respeito à identidade de retornado, verificamos que a *amputação* constitui o seu elemento privilegiado. Mais do que a revolta, o inconformismo ou a saudade, o sentimento de *amputação* surge como o único elemento comum a todos os discursos, tanto na primeira como na segunda geração. Entendida como um sentimento de perda drástica, dolorosa e inesperada de todas as referências identitárias, a *amputação* marca a integração na sociedade portuguesa. Mesmo quando se consideram plenamente integrados, existe um passado que lhes foi arrancado, não só lhes é inacessível como já não existe, e um futuro que lhes foi negado. A reinvenção da identidade e da própria memória constituem então a única forma de adaptação. Tal como alguém a quem amputaram uma perna tem que reaprender a andar, o retornado teve que criar novas referências identitárias,

recalcando muitas das suas memórias, de modo a sobreviver na sociedade portuguesa.

Quanto à segunda geração, e relativamente à hipótese de existir uma recriação da identidade de retornado como mecanismo de reforço da coesão deste grupo social, constatamos que ela é especialmente visível no caso de Moçambique. À semelhança do que acontece com a primeira geração, a segunda procede a uma *recriação da diferença*, isto é, àquilo que temos vindo a designar como uma estratégia de auto-exclusão ou de fechamento. Ao contrário do que acontece com os retornados de Angola, que se identificam plenamente como portugueses, tentando fazer passar essa mensagem aos seus filhos, os de Moçambique cultivam a identidade africana, a qual é recriada pela segunda geração. Deparamo-nos então com uma recriação intergeracional da diferença entre o retornado angolano e o moçambicano, reconhecida pela segunda geração de retornados moçambicanos e, curiosamente, negada pelos angolanos, os quais se identificam tanto com os jovens "portugueses" como com os retornados de Moçambique, revelando, tal como os seus pais, uma identidade ou pertença dupla.

Concluimos então que, as referências identitárias e a coesão do grupo social de retornados, tidos como um todo, não se afiguram suficientemente fortes para podermos afirmar que se trata de uma comunidade autónoma. Na verdade, e como temos vindo a referir ao longo do nosso trabalho, este grupo ora se inclui ora se exclui daquilo que designa como a "mentalidade portuguesa", revelando com isto uma identidade ambivalente, estrategicamente gerida como forma de sobrevivência na sociedade portuguesa.

Referências Bibliográficas:

- Amâncio, Lígia, *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, Cap. II e IV;
- Amaro, Rogério, «Reestruturações Demográficas, Económicas e Socioculturais em Curso na Sociedade Portuguesa: o Caso dos Emigrantes Regressados», *Análise Social*, Vol. XXI, nº 87, 88 e 89, 1985, pp. 605 - 677;
- Becker, Howard S., «Biographie et Mosaïque Scintifique», *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, nº 62 / 63, Juin 1986, pp. 105 - 109;
- Becker, Howard S., «Telling About Society», in *Doing Things Together*, Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1986, pp. 121 - 135;
- Becker, Howard S., *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, New York, Free Press, 1973, pp. 177 - 208;
- Bourdieu, Pierre, «L'Illusion Biographique», *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, nº 62 / 63, Juin, 1986, pp. 69 -72;
- Carmo, Teresa, «Quando o Destino se Torceu de Pequeno», *Grande Reportagem*, nº 52, Julho, 1995, pp. 35 - 44;
- Cordeiro, Albano, «O Reconhecimento de Autonomias Comunitárias», *Cadernos de Ciências Sociais*, nº7, Novembro, 1988;
- Eco, Humberto, *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, 5ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1991;
- Feldeman-Bianco, Bela, «Multiplas Camadas de Tempo e Espaço- (Re)construções da Classe, da Etnicidade e do Nacionalismo entre Imigrantes Portugueses», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº38, Dezembro, 1993, pp.193 - 221;
- Goffman, Erving, *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan S.A., 1988;

- Maranhão, Maria José, «Repatriamento e Território: Impactos Regionais», *Dossier*, pp. 24 - 35;
- Pires Rui Pena, «Impactos do repatriamento: Um modelo Analítico», *Dossier*, pp. 17 -23;
- Pires, Rui Pena (organizado por), *Os Retornados: Um Estudo Sociográfico*, «Cadernos I.E.D.», Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984;
- Poinard, Michel, «Emigrantes Portugueses: O Regresso», *Análise Social*, Vol.XIX, nº75, 1983, pp. 29 - 56;
- Poirier, Jean et al., *Histórias de vida - Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1995;
- Pollak, Michael avec Nathalie Heinich, «Le témoignage», *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, nº 62 / 63, Juin 1986, pp. 3-29;
- Pollak, Michael, «La Gestion de L'Indecible», *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, nº 62 / 63, Juin 1986, pp. 30 - 53;
- Saint-Maurice, Ana e Pires, Rui Pena, «Descolonização e Migrações - Os Emigrantes dos PALOP em Portugal», *Revista Internacional de estudos Africanos*, nº 10 e 11, Janeiro - Dezembro, 1989, pp. 203 - 226;
- Santos, Fernando Marciela, *Angola na Hora Dramática da Descolonização*, Lisboa, Prelo, 1975;
- Sobral, José Manuel, «Memória e Identidades Sociais», *Análise Social*, Vol.XXX , nº 131 / 132, 1995, pp. 289 - 313;
- Vala, Jorge, , «Sobre as Representações Sociais - Para uma Epistemologia do Senso Comum», *Cadernos de Ciências Sociais*, nº4, 1986;
- Oliveira, Mário António Fernandes (organizado por), *A Descolonização Portuguesa: Aproximação a um Estudo*, Vol. 2, Lisboa, IDL - Instituto Amaro da Costa, 1982.

